

novos tempo

ARTIGOS E DOCUMENTOS:

- O GENERAL CAFÉ VAI COMANDAR A DERROCADA ECONÔMICA DO BRASIL — J. J. Camarinha.
- O COMUNISMO NACIONAL NAS DEMOCRACIAS POPULARES — Eurico Mendes.
- TRAJETÓRIA POÉTICA DE GEIR CAMPOS — Elyseu Maia.
- A FALSA TESE DOS “CAPITALISTAS SÓBRIOS” — Calvino Filho.
- 1930: A III INTERNACIONAL, PRESTES e GETÚLIO — Isaac Akcelrud.
- A PLATAFORMA DA OPOSIÇÃO NA RDA — Prof. Wolfgang Harich.

2

NOVOS TEMPOS

Redação e Administração:

Av. Rio Branco, 185 — Sala 509
RIO DE JANEIRO, DF — BRASIL

Diretor: OSVALDO PERALVA

Conselho de Redação:

ARMANDO LOPES DA CUNHA,
BENITO PAPI, CALVINO FILHO,
ERNESTO LUIZ MAIA, EROS
MARTINS TEIXEIRA, HORÁCIO
MACEDO LEONCIO BASPAUM,
ROBERTO MORENA e WILSON
LOPES DOS SANTOS

Editor: CALVINO FILHO

Representantes:

CARLETO FERRER FAVALLI
Rua São Bento, 405 - 16.º andar
sala 1625 — São Paulo, S.P.

DULPHE PINHEIRO MACHADO
FILHO

Rua Antenor Lemos, 22 - ap. 1
Pôrto Alegre, RGS

RAIMUNDO SCHAUN
Rua Padre Vieira - Ed. Santa Cruz,
6.º andar — Sala 605
Salvador, Bahia

Preço de cada exemplar: Cr\$ 20,00
Assinatura anual:
Para o Brasil: Cr\$ 240,00
Para o Exterior: Cr\$ 500,00

NOVOS TEMPOS é uma revista marxista sem vinculação orgânica com qualquer entidade política.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

A transcrição de documentos não implica no endosso, por parte da revista, dos conceitos neles emitidos.

Capa de Fernando P.

Composto e impresso nas oficinas da
Companhia Brasileira de Artes Gráficas.
rua Riachuelo, 128 — Rio de Janeiro

ÍNDICE

	Pág.
Editorial — OUTUBRO DE 17: NOVA ÉRA HISTÓRICA	1
O. P. — AOS LEITORES	2
Isaac Akcelrud — 1930: A III INTERNACIONAL, PRESTES E GETÚLIO	3
Calvino Filho — O SR. CAIO PRADO JÚNIOR E A FALSA TESE DOS "CAPITALISTAS SOBRIOS"	11
Eurico Mendes — O COMUNISMO NACIONAL NAS DEMOCRACIAS POPULARES	17
Eros Martins Teixeira — NOSSA REVOLUÇÃO	20
Luiz Alberto — O CARÁTER SOCIALISTA DA REVOLUÇÃO NO BRASIL	28
Armando Lopes da Cunha — FATORES ESTRUTURAI E CONJUNTURAI DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DE ESTADO NO BRASIL	31
Leônio Basbaum — RENOVAÇÃO NO P.C.B.?	34
J. J. Camarinha — O GENERAL CAFÉ VAI COMANDAR A DERROGADA ECONÓMICA DO BRASIL	37
Elyseu Maia — TRAJETÓRIA POÉTICA DE GEIRCAMPOS	53
E. Carréra Guerra — O SOBRINHO DE RAMEAU ..	55
Garcia Ramos e outros — LIVROS DO MÊS	60
C. F. e J. Toríbio da Cunha — CARTAS ABERTAS ..	63
MSR, PSB e PTB — DOCUMENTOS BRASILEIROS ..	66
Wolfgang Harich — A PLATAFORMA DA OPOSIÇÃO NA RDA	71
Redação — NOTAS E COMENTARIOS	76
M. G. Durmiahian — A CORRENTE IDEALISTA EM FISILOGIA	78

Outubro de 17: Nova Era Histórica

*40º aniversário
7 de novembro
7 de outubro*

Allen Quaresma

A periodização da história da humanidade foi sempre estabelecida por grandes transformações sociais. A passagem da Antiguidade para a Idade Média teve como marco a queda do Império Romano, no século V, sob os golpes conjugados das insurreições antiescravistas e das invasões dos bárbaros — “revolução social provocada e mascarada por uma superficial conquista estrangeira” (H. G. Wells).

A passagem da Idade Média para a Idade Moderna foi assinalada, no século XVIII, pela Revolução Francesa. Embora o medievalismo já estivesse superado desde alguns séculos antes, a verdade é que 1789 é o “limite entre o período feudal absolutista e a época burguesa inaugurada por uma longa série de guerras e desmoronamentos que transfiguraram o mundo de então” (Tarlé).

Assim também a Grande Revolução Socialista de Outubro, cujo 40.º aniversário está sendo comemorado internacionalmente (a 7 de novembro, segundo o novo calendário) por tôdas as fôrças avançadas, “iniciou uma nova época da história mundial, época de dominação de uma nova classe oprimida em todos os países capitalistas e que se encaminha para uma nova vida” (Lênin).

Colocados a uma distância propícia para a justa avaliação, os historiadores futuros é que poderão medir tôda a magnitude dêste acontecimento e situá-lo devidamente no panorama da civilização universal. Desde logo, porém, é incontestável que se trata de uma revolução superior, sob múltiplos aspectos, às revoluções que a precederam. No que ela tem de intrínseco e essencial, abstraído-se as graves deformações de origem stalinista, representa a liquidação de tôdas as formas de exploração e opressão social e nacional, enquanto que as outras se limitavam a suavizar a exploração existente, substituindo-a por outra.

A Revolução de Outubro, a mais libertadora de tôdas as revoluções, a única até então, que não foi feita em proveito de minorias, mas em benefício direto da maioria esmagadora da população, derrubou para todo o sempre as muralhas que separavam o homem de sua emancipação plena e definitiva, tornando possível a construção de uma sociedade, a sociedade comunista, antes só admissível no domínio da fantasia.

NOVOS TEMPOS saúda essa data — 7 de novembro — como a maior efeméride da História.

Aos Leitores

O presente número sai com um atraso de quase quinze dias, já que o primeiro apareceu em meados de setembro. Isto se deve à epidemia de gripe que afetou a marcha normal da produção no país e fez sentir seus efeitos também sobre os trabalhos tipográficos de composição e impressão de NOVOS TEMPOS.

O fato é, de certo, bastante lamentável, sobretudo em face da desvanecedora acolhida dispensada pelo público a este periódico e da expectativa surgida em torno do número seguinte. De fato, numerosos foram os leitores que vieram até à redação felicitar nossa equipe por esta iniciativa e oferecer sugestões. Rápida e espontaneamente, formou-se, só aqui no Rio, um corpo de assinantes em crescimento contínuo.

A imprensa, por sua vez, registrou cordialmente o aparecimento de NOVOS TEMPOS, em notas editoriais, como as que foram publicadas, entre outros, nos jornais diários "O Dia", "Última Hora", "Jornal do Comércio", no semanário político "O Nacional", nos órgãos de literatura e arte "Para Todos" e "Leitura".

Foram igualmente motivo de estímulo para nós, desta revista, as cartas que recebemos de diversos leitores dos mais diferentes recantos do país, de São Paulo, Fortaleza, Nova Iguaçu, Florianópolis, Niterói, Porto Alegre e da própria capital da República, como a que nos enviou o adido cultural da embaixada da Índia em nosso país, agradecendo o exemplar de cortesia que lhe enviáramos e salientando as qualidades gráficas da novel publicação.

Sensibilizou-nos, além disso, a homenagem silenciosa do leitor anônimo que, um após outro, adquiriu seu exemplar na banca do jornaleiro. Com efeito, já nos primeiros dias de circulação da revista, muita gente vinha procurar um exemplar na redação, porque na maioria das bancas do centro ou de seu bairro ela se havia esgotado. Por sua vez, de Salvador comunicavam-nos que toda a remessa fôra imediatamente consumida e pediam que aumentássemos em 50 % a quantidade de exemplares do número 2. As notícias de São Paulo e outros lugares são, em geral, nesse sentido.

Levando em conta tudo isso, procuramos de algum modo oferecer uma compensação pelo atraso, aumentando o número de páginas de NOVOS TEMPOS e estabelecendo, daqui por diante, como data para seu lançamento nas bancas o dia 1.º de cada mês, atendendo melhor assim às conveniências, aliás óbvias, da circulação de um mensário.

Para tanto, mister se fez considerar esta edição correspondente a outubro e novembro, sem que isso implique em prejuízo material para os leitores, porquanto o preço do exemplar permanece o mesmo, nem para os assinantes em particular, uma vez que os dois meses acima representam apenas um número.

Apraz-nos, finalmente, anunciar a introdução de mais duas seções — uma de notas sobre livros e outra de cartas abertas à redação. A partir de dezembro, ainda outra seção se inaugurará: será uma revista das revistas, isto é, uma apreciação sucinta do conteúdo das principais publicações brasileiras e estrangeiras, através das quais se expresse e se entrecruze o pensamento social de nossa época.

1930: A III Internacional, Prestes e Getúlio

ISAAC AKCELRUD

O trabalho aqui apresentado é um resumo, me- nos do que isso, uma simples sistematização de no- tas para um capítulo de uma tentativa de maior vul- to sob o título geral, talvez excessivamente ambi- cioso para minhas possibilidades pessoais, de "O marxismo no Brasil".

Tenho perfeita noção de que a contribuição que posso dar é das mais modestas. Entretanto, acolhi com entusiasmo a oportunidade oferecida por esta revista. Primeiro, porque julgo indispensável que alguma coisa seja feita neste sentido e, estando meu

trabalho muito atrasado, um compromisso público representa um acicate, uma responsabilidade que obriga a trabalhar mais intensa e organizadamente. Segundo, porque, lançadas algumas idéias à luz do dia, para fora do quarto de estudo, elas passam a beneficiar-se da crítica e da controvérsia. Terceiro, porque uma publicação parcial talvez venha a inter-essar a algum leitor benevolente que se disponha a ajudar na busca de informações e documentos, suavizando a falta dramática de arquivos com que se defronta um trabalho de tal natureza.

O Manifesto de Prestes e a Plataforma de Vargas são os dois documentos políticos mais importantes do decisivo e histórico ano de 1930. Ambos estão situados no pórtico dos acontecimentos atuais. Um e outro figuram em relêvo como a expressão mais acabada e sistemática das duas principais tendências novas que surgiam no país. Não se limitaram a abordar apenas problemas de caráter imediato, pretendiam divisar a perspec- tiva de muitos anos. Ambos faziam a crítica da situação imperante no país, tendo em vista um novo desenvolvimento na vida nacional.

Já são passados quase trinta anos e parece que já é hora de iniciar, ao menos iniciar, a indis- pensável análise crítica e o confronto daquelas posições teóricas e políticas com a realidade. Para isso, julgo necessário partir do estudo de três documentos essenciais ao esclarecimento da questão:

— as "Teses" da Internacional Comunista sobre o movimento revolucionário nos países da América Latina, adotadas em fins de 1928.

— o Manifesto de Prestes, lançado em maio de 1930.

— a Plataforma da Aliança Liberal, apre- sentada por Getúlio Vargas, no comício da Es- planada do Castelo, em 2 de janeiro de 1930.

O Manifesto de Prestes é considerado aqui anterior à Plataforma da Esplanada do Castelo porque foi uma aplicação das "Teses" da I.C. As novas idéias e tendências políticas de Prestes já eram conhecidas. Não podiam deixar de in- fluir nas idéias e na tática da Aliança Liberal. Verifica-se, logo, uma diferença importante. A I.C. elabora teses, o PCB as adota, Prestes lança manifestos, enquanto a Aliança Liberal dirige-se às massas em comícios.

O ESPECTRO DO REVISIONISMO

Em sua intervenção no XX Congresso do Par- tido Comunista da União Soviética, Otto Kuusi- nen fez uma referência às teses da Internacional Comunista sobre os países coloniais e dependentes. Kuusinen era secretário da I.C. e, nessa quali- dade, teve papel destacado na elaboração dessas teses, em 1928, e na sua aplicação prática, nos anos posteriores. Entretanto, quase 30 anos de- pois, transfere a outros a análise de atos e con- cepções que ninguém pode conhecer melhor do que ele, ao afirmar tranqüilamente que "nossos historiadores e propagandistas devem estudar e rever com espírito crítico... as célebres teses do VI Congresso da Internacional Comunista sobre a questão colonial, por exemplo". (1)

E afirma logo em seguida: "Concretamente, tenho em vista a definição e a apreciação do pa- pel da burguesia nacional nos países coloniais e semicoloniais contidas nessas teses. Já no mo- mento em que essas teses sobre a questão colonial foram elaboradas, elas estavam marcadas de sec- tarismo. Nas novas condições do presente, quando a autoridade da União Soviética cresceu grande- mente, essa apreciação não corresponde mais em nada à realidade."

Estamos, pois, diante de um repúdio frontal e completo às teses do VI Congresso da I.C. so- bre a revolução nos países chamados de subde- desenvolvidos no linguajar atual, os países coloniais e dependentes. É preciso revê-las criticamente. O espectro do revisionismo ronda a Europa.

(1) V. discurso de O. Kuusinen. "XX." Congrès du Parti Communiste de l'Union Soviétique — Recueil de documents édité par "Les Cahiers du Communisme", Paris, 1956.

Revisão, não porque tivessem perdido atualidade, porque a situação tenha mudado e as teses tenham sido superadas pelo desenvolvimento histórico. Não. No próprio momento em que foram concebidas e elaboradas “já estavam marcadas de sectarismo”. Falando claro: estavam erradas.

Revisão, concretamente, de toda uma posição de princípio, da concepção do papel das classes sociais num dado momento em determinados países. Pois era falsa e errôna a “apreciação do papel da burguesia nacional”. De fato, uma concepção errada do papel, das possibilidades e perspectivas de toda uma classe — e de uma classe em crescimento como é a burguesia nacional dos países subdesenvolvidos — leva inevitavelmente, como levou em maior ou menor grau até os dias atuais, a um falseamento total do quadro político, arrasta a uma concepção abusiva e idealista, não marxista, da correlação de forças, determina um plano tático e estratégico divorciado da realidade histórico-concreta. Sem compreender a situação e o papel da burguesia nacional não se pode compreender o papel e a situação do proletariado nacional.

Essa declaração é, fora de dúvida, uma contribuição para se localizar a raiz e o conteúdo do sectarismo, na sua forma específica e concreta, tal como se manifesta e atua entre nós. Não se trata tão somente de “mudar de métodos”, de passar a uma nova linguagem, falando macio com os aliados, de adotar a “operação sorriso” e a tática das palmadinhas nas costas. O que conta, aqui, é a “apreciação do papel da burguesia nacional”, apreciação que “não corresponde mais em nada à realidade”. Eis o que é preciso rever com espírito crítico, revisão que não devemos esperar cumprida, antes, pelos historiadores e propagandistas soviéticos a quem se dirige Kuusinen. Esta tarefa é nossa.

AS TESES DA III INTERNACIONAL

O VI Congresso da I.C. reuniu-se em Moscou, em setembro de 1928. É o mesmo Kuusinen quem nos informa que estavam presentes, com direito de voz e voto os representantes dos oito seguintes países da América Latina: México, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Brasil, Cuba e Equador. Acrescente-se que o PCB enviou três delegados. (2)

“As questões do movimento revolucionário e comunista na América Latina não figuravam na ordem do dia do Congresso como ponto especial”. Foram tratadas “durante o debate sobre o informe do Executivo sobre a guerra e, particularmente, sobre a questão colonial”, esclarece Kuusinen.

Como ponto de partida, foram reafirmadas as teses de Lênin sobre os povos coloniais e semi-coloniais apresentadas muito antes, no II Congresso, com a declaração de que elas “conservam todo o seu valor e devem servir de premissa no trabalho ulterior dos Partidos Comunistas”. Entretanto, o VI Congresso não tomou em conta o fato de que as teses de Lênin concentravam a atenção no Oriente colonial e muito particularmente na China. “A determinação **exata** (grifado por mim, IA) da relação da Internacional Comunista com o movimento revolucionário nos países dominados pelo imperialismo, **a China particularmente** (grifado por mim, IA) é um dos assuntos mais importantes para o segundo Congresso e a própria Internacional. A revolução mundial entra num período no qual é necessário um conhecimento exato dessas relações”.

Lênin falou de olhos postos na China. Exigiu um “conhecimento exato”, que destacaria as enormes diferenças entre o Oriente asiático e a América Latina, entre a China e o Brasil. Entretanto, o VI Congresso adotou resolução em que determina: “O Congresso incumbe à C.E. da I.C. de conceder uma atenção maior aos países da América Latina, a elaboração de “programas de ação” para os partidos correspondentes...”

É verdade que foi designada uma comissão para a formulação de tais “programas de ação”, dela fazendo parte os delegados latino-americanos. Mas o fato é que pelo menos a delegação brasileira voltou à pátria sem nenhum documento. O relatório que apresentou, como colhi em depoimento pessoal de um dos delegados, foi baseado em notas e no que a memória guardou. Na realidade, sua participação foi mínima, para não dizer nula, na feitura do “programa”. Lênin estava morto, foi esquecida a tarefa do “conhecimento exato” da realidade. Stálin dava as cartas, foi cumprida à risca a incumbência de traçar “programas de ação”. Os PP. CC. da América Latina não eram chamados e estimulados ao estudo da situação real de seus respectivos países. Recebiam “programas de ação”, prontinhos e acabados. Vem de longe esse método do prato feito.

(2) Todas as informações e citações relativas às Teses do VI Congresso da I.C. são tomadas do trabalho de Kuusinen, “Para a libertação dos povos coloniais e semi-coloniais”, editado no México, em apêndice ao folheto de Lênin, “A guerra e a humanidade” (Edições Frente Cultural, 1939). Dados complementares por mim colhidos pessoalmente junto a pessoas que participaram dos acontecimentos não trazem menção da fonte por motivos óbvios. Identifico-os como acréscimo às citações.

FEDERAÇÃO LATINO-AMERICANA

O exame das "Teses" da I.C. revela, de logo, que elas não estabelecem nenhuma diferenciação entre os diversos países e regiões da América Latina. Pretendem aplicar-se a todos, indistintamente. Estabelecem um padrão igualmente válido para todos. Generalizam algumas informações obtidas da Bolívia e dos países da América Central.

"Na vida econômica dos países da América Latina, dizem as "Teses", domina a agricultura e a forma dominante de organização da mesma é a grande propriedade, enormes plantações e latifúndios gigantescos... (que) se formaram, como regra geral, como resultado direto da pilhagem da população indígena".

Daí a conclusão de que as massas camponesas são compostas de índios, em boa parte. Isto, é claro, tem que ver com certos países da América Latina (Bolívia, México). Mas não se aplica ao Brasil, onde o índio é questão secundária neste assunto. Não obstante, houve em nossas cidades inscrições murais e volantes concitando os índios à união e à tomada das terras. "Índios, uni-vos!" Se ao menos fôsse em tupi-guarani.

"Como regra geral, os proprietários das grandes fazendas são ou capitalistas estrangeiros (inglês ou norte-americanos) ou agentes diretos dos mesmos".

Isto cabe à América Central dominada pela "United Fruit Co.". Mas não é, evidentemente, a "regra geral" no Brasil, onde o grande fazendeiro de café, de gado ou de cacau é nativo, ligado a empresas imperialistas através de um complexo sistema de intermediação comercial, sujeito aos ditames de um comprador monopolista e privilegiado que manipula preços e mercados.

Assim era visto o campo. Quanto à formação e desenvolvimento do proletariado, a apreciação das teses é unilateral e confusa. Ei-la:

"O capital imperialista que explora os países da América Latina, **do mesmo modo que as demais colônias e semicolônias**, (o grifo é meu, IA) contém o desenvolvimento industrial, pois o fim principal que persegue é obter matérias primas e semifabricadas a baixo preço. Entretanto, para as necessidades correntes dessa indústria de extração, e para a exploração rapace das reservas de matérias primas é preciso um proletariado industrial, e o proletariado cresce sem interrupção nos países da América Latina..."

Temos aqui que tudo se passa "do mesmo modo que nas demais colônias e semicolônias". Ora, não é bem isso. É um tanto diferente que nas demais colônias e semicolônias. Também não se explica que o proletariado cresça "sem interrupção" apenas "para as necessidades correntes

da indústria de extração". Ignora-se, nas "Teses", ao menos em relação ao Brasil, o surto industrial propiciado pela primeira guerra mundial. A Internacional desconhecia, por exemplo, o censo brasileiro de 1920. Nem sabia que os trabalhadores paulistas já tinham decretado o boicote das Indústrias Matarazzo, em 1917-18. Ignora-se a burguesia nacional. Mais ainda: Kuusinen declara que a burguesia nacional "acha-se situada no campo da contra-revolução".

As "Teses" estabelecem que os países latino-americanos "estão em vésperas de revoluções democrático-burguesas". E que estas "podem transformar-se rapidamente em revoluções socialistas e que é neste sentido que deve fundamentalmente orientar-se o movimento revolucionário".

Daí resultam diretivas, subordinadas ao seguinte objetivo estratégico:

"A orientação geral dos Partidos Comunistas dos países da América Latina deve ser a luta pelo governo operário e camponês e pela federação das repúblicas operárias e camponesas dos ditos países".

"PROGRAMA DE AÇÃO" EM 1930

Dessas posições é que Kuusinen partiu para estabelecer e difundir diretivas com sua responsabilidade e autoridade de secretário do Komintern. O "programa de ação" tinha os seis pontos seguintes:

"Os comunistas em sua propaganda e agitação devem acentuar especialmente as seguintes palavras de ordem:

1 — Expropriação sem compensação e entrega das plantações e grandes latifúndios aos trabalhadores agrícolas (**braceros**, na tradução espanhola) para o trabalho coletivo, repartindo uma parte das terras confiscadas entre os camponeses, arrendatários e imigrantes;

2 — Confiscação das indústrias estrangeiras (minas, empresas industriais, bancos e outras) e das grandes empresas da burguesia nacional e dos latifundiários;

3 — Anulação das dívidas do Estado e liquidação de todo controle sobre o país por parte do imperialismo;

4 — Jornada de trabalho de 8 horas e anulação das semibárbaras condições de trabalho;

5 — Armamento dos operários e camponeses e conversão do Exército em milícia operária e camponesa;

6 — Instauração do poder dos conselhos de operários, camponeses e soldados, em lugar do domínio de classe dos latifundiários e do clero.

Na agitação do Partido Comunista deve ocupar um lugar central a palavra de ordem do **governo operário e camponês** (grifado por Kuusi-

nen), ante o chamado governo revolucionário da ditadura militar da pequena burguesia”.

Era isto que estava em vigor em 1930.

O MANIFESTO DE PRESTES

Em 1930, Prestes ainda não era oficialmente membro do PCB, no qual ingressou formalmente só mais tarde, em 1934. Mas o Manifesto de Maio já é elaborado como a resposta de um comunista aos acontecimentos. É uma aplicação das “Teses” da IC e, ao mesmo tempo, um documento com traços pessoais, prestista.

Prestes dirige-se “ao proletariado sofredor de nossas cidades”, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável do nosso sertão. E muito especialmente aos revolucionários sinceros. (3) Define a situação como a de uma campanha política encerrada. Tudo aquilo, “no fundo, não era mais do que a luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas, apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialismos que nos escravizam”. A campanha da Aliança Liberal só foi “aparentemente democrático”, pois, “mais uma vez, os verdadeiros interesses populares foram sacrificados e vilmente mistificado todo o povo”. Assinala que houve gente sincera no movimento que contou com “o concurso ingênuo de muitos e de grande número de sonhadores ainda não convencidos da inutilidade de tais esforços”. Não pode deixar de reconhecer que “entre os elementos da Aliança Liberal (há) grande número de revolucionários sinceros com os quais creio poder continuar a contar”. Faz autocritica pública. Também errou: “em parte, por omissão e, em parte, por indecisão fomos também cúmplices da grande mistificação”. Pois, “a tudo assistimos calados, sacrificando o prestígio da revolução”. Além disso “houve quem afirmasse... apoiar politicamente os liberais por ordem de seus chefes revolucionários. Não foi desmentido”. Reconhece suas ilusões. Acreditava no “milagre que seria a eventualidade de uma luta armada entre as duas correntes em choque e que desta luta entre as duas correntes” surgiu “aquela que viesse satisfazer realmente as grandes necessidades de um povo empobrecido, sacrificado e oprimido”.

De um lado, satisfaz a I.C. que lhe exige uma ruptura completa, nega qualquer conteúdo popular ao movimento da Aliança Liberal, recusa admitir que o recurso às armas é pelo menos viável, possível, muito provável. A I.C. desencadeia violenta campanha contra o prestismo. E lhe mostra que o prestismo está sendo explorado capciosamente e criminosamente. Mesmo os poucos que informaram sobre o entusiasmo popular nos comícios da Aliança Liberal não foram capazes de

resistir ao mandonismo cruel do Bureau Sul Americano da I.C. que se negava a recolher qualquer depoimento verídico sobre o Brasil. A realidade tinha que enquadrar-se no esquema, e acabou-se. Os fatos não existem desde que não se ajustem às “teses” pré-fabricadas.

Mas essa ruptura se resolve em termos tenentistas. Os antigos companheiros da Coluna não o acompanham porque não vêem o que se passa realmente: não vêem que existe o domínio imperialista, que existe o latifúndio. Justifica-os: são vítimas, ingênuos, sonhadores, enganados. Proclama que são revolucionários sinceros. E a eles, particularmente a eles se dirige, certo de poder continuar contando com eles. Não reconhece que o povo esteja ausente, pois denuncia a mistificação das massas.

Afinal já estava correndo o mês de maio, o manifesto tinha sido adiado, já tinha havido a eleição presidencial, consumada foi a mistificação das urnas. Getúlio aceita a derrota. Não saiu revolução nenhuma. O caso estava encerrado e isto ajudaria a convencer os antigos companheiros de que era Prestes quem fazia a apreciação correta da situação. Agora separados, coincidiam na falta de confiança em relação aos políticos da Aliança Liberal, em que não era mesmo a “sua revolução” a que se articulava. O manifesto oferece a solução para um velho problema dos tenentes — nada de mistura com os politiquieiros, com os porta-vozes da oligarquia, esses desonestos e frios calculistas. Quer manter no campo da revolução os velhos companheiros, sem a mácula da aliança espúria com agentes do imperialismo e do latifúndio.

Prestes reflete no manifesto a convicção de que só o marxismo pode indicar a solução. Entretanto, a decisão que toma não se produz no campo da ciência, mas no terreno da confiança, da fé. Não no quadro da análise multilateral da realidade, mas no plano das teses comprovadas artificialmente por aspectos e fatos isolados. O argumento é o “eu não dizia? cadê a revolução?” Assim, Prestes é arrastado pelo subjetivismo do Bureau Sul Americano e não pelo aprofundamento de sua consciência de marxista. A ruptura com as velhas concepções políticas é, na prática, o isolamento do tenente mantido numa redoma para permanecer puro e imaculado, longe de contacto com os politiquieiros.

O tenente levou o marxismo de reboque, ao isolamento. O marxista deixou o povo à mercê dos politiquieiros.

(3) O Manifesto de maio vem reproduzido quase integralmente no livro de Abguar Bastos. “Prestes e a revolução social”. Editorial Calvino, 1946.

UMA REVOLUÇÃO SEM ALIADOS E SEM RESERVAS

Tudo é justificado pela análise e interpretação da realidade oferecida pelo esquema de roupagem marxista. "Somos governados por uma minoria... proprietária das terras, das fazendas e latifúndios e senhora dos meios de produção e apoiada nos imperialismos estrangeiros". Estas são as classes no poder, tais são suas relações com o imperialismo, assim é seu Estado, seu poder político.

A dinâmica desse regime é assim descrita:

"O governo dos coronéis, chefes políticos, donos das terras, só pode ser o que aí temos: opressão política e exploração impositiva. Toda a ação governamental, política e administrativa gira em torno dos interesses dos senhores que não medem recursos na defesa de seus privilégios. De tal sistema decorrem quase todos os nossos males."

"Vivemos sob o jugo dos banqueiros de Londres e Nova York. Todas as nossas fontes de renda dependem do capitalismo inglês ou americano em cujo poder estão também os mais importantes serviços públicos, os transportes e as indústrias em geral. Os próprios latifúndios vão passando aos poucos para as mãos do capitalismo estrangeiro. A eles já pertencem as nossas grandes reservas de minério de ferro do Estado de Minas Gerais, extensas porções territoriais da Amazônia e do Pará onde talvez estejam nossos depósitos petrolíferos. Todas as rendas nacionais estão oneradas pelos empréstimos estrangeiros."

E mais adiante:

"Os capitais estrangeiros investidos em nossa produção provocam um crescimento monstruoso em nossa vida econômica, tendente exclusivamente à exploração das máquinas naturais (sic) das fontes de matérias primas, reservando o mercado nacional para a colocação dos produtos fabricados nos entrepostos imperialistas. A atividade desse capital só pode, portanto, ser prejudicial ao país. Dessa forma, todo o esforço nacional, todo o nosso trabalho é canalizado para o exterior".

Essa economia, como é descrita no Manifesto de Maio, está em crise. "A crise econômica... é incontestável. Os impostos aumentam, elevam-se os preços dos artigos de primeira necessidade e baixam os salários".

Sem quebrar os grilhões, tal situação só pode agravar-se, pois "a única solução encontrada pelo governo, dentro das contradições do regime em que se debate, são os empréstimos externos com uma maior exploração da massa trabalhadora e conseqüente agravação da opressão política".

Assim se desenhava, já em 1930 o dilema da revolução agrária e anti-imperialista ou colonização total. A opressão do latifúndio gera um regime liberticida. O domínio imperialista recai sobre a massa trabalhadora e agrava mais e mais a opressão política. As forças da revolução são, portanto, os operários e camponeses. A burguesia industrial nem sequer é lembrada, não tem nenhum papel positivo a desempenhar na revolução. As contradições inter-imperialistas também não representam nada de positivo, de aproveitável em benefício da revolução. Ao contrário, as lutas inter-imperialistas "preparam o esfacelamento da nação". Estamos, dessa forma, diante de uma revolução especialíssima, sem aliados e sem reservas.

Desse documento fica de pé a denúncia do imperialismo, o chamado ardente à luta anti-imperialista. Essa é uma questão que ninguém mais poderá ignorar. É um avanço: introduz uma noção da realidade objetiva na consciência política nacional. Mas na concepção das forças revolucionárias o esquema é falho, omisso, mutilando a realidade. Nega o papel da burguesia nacional. E não toma em conta o fato que a própria Coluna Prestes pôde constatar: a não existência de um movimento camponês. (4) Para denunciar o imperialismo não era necessário apelar para as "Teses" da I.C., em 1928. Lênin já o tinha feito em 1916. A falta do "conhecimento exato" estava puxando a teoria para trás. Em conseqüência, cria-se uma situação tantas vezes repetida no movimento revolucionário marxista brasileiro de 1930 para cá: tem razão, está certo em tese. Mas, ignorando ou deformando peculiaridades nacionais de nosso país, perde a razão, erra e colhe derrotas sobre derrotas.

OS DOIS SOFISMAS DA BUROCRACIA

Em seu manifesto de 1930, Prestes apresenta uma perspectiva revolucionária de tipo soviético.

Feita a caracterização do regime, assinala que o propósito de remediar seus males "pelo voto secreto ou pelo ensino obrigatório é ingenuidade de quem não quer ver a realidade nacional". O que a análise demonstra e a situação comprova é a necessidade e a viabilidade da revolução agrária e anti-imperialista. Não há dúvida alguma

(4) V. Lourenço Moreira Lima, "A Coluna Prestes — Marchas e Combates". Editora Brasiliense, 1945.

"Só houve adesões sérias à Coluna, no Maranhão e no Piauí". Em página indignada, o A. critica os sertanejos que "se colocaram ao lado do governo". "fugiram para os matos", "conservaram-se nas suas casas". "massa amorfa que não tem a idéia de liberdade". Págs. 181-182.

sôbre o caráter do govêrno a ser levado ao poder por essa revolução. "O govêrno a surgir precisará ser realizado pelas verdadeiras massas trabalhadoras das cidades e dos sertões". Será "um govêrno de todos os trabalhadores, baseado nos conselhos de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros". O programa dêsse govêrno será a "confiscação, nacionalização e divisão das terras, pela entrega da terra gratuitamente aos que nela trabalham. Pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo, pela confiscação e nacionalização das emprêsas nacionalistas (sic) de latifúndios, concessões, vias de comunicação, serviços públicos, minas, bancos e anulação das dívidas externas".

Esse govêrno é necessário porque só êle será "capaz de garantir tôdas as mais necessárias e indispensáveis reivindicações sociais: limitação das horas de trabalho; proteção aos trabalhos das mulheres e das crianças; seguros contra os acidentes, o desemprego, a velhice, a invalidez e a doença; direito de greve, de reunião e de organização".

Portanto, temos aí que as reivindicações mínimas, "as mais indispensáveis e necessárias", só podiam ser obtidas com a conquista política máxima — o poder dos conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros. O poder soviético. Nada menos. Esse é o primeiro sofisma dos burocratas dogmáticos da I.C. ao qual iria succumbir Prestes.

Esse govêrno é viável pois "as possibilidades atuais de tal revolução são as melhores possíveis". De um lado, a crise econômica interna é incontestável. De outro lado, a situação do imperialismo é de grandes dificuldades: desocupação de grandes massas de trabalhadores nas metrópoles, insurreições nacionalistas nas colônias. "Além disso, o Brasil, pelas suas naturais riquezas, pela fertilidade de seu solo, pela sua extensão territorial, pelas possibilidades de um rápido desenvolvimento industrial autônomo, está em condições vantajosíssimas para vencer com relativa rapidez nesta luta pela sua verdadeira e real emancipação".

Aqui se argumenta com dados de natureza diferente. Quanto ao campo da reação, mostra-se que está mergulhado em dificuldades econômicas e políticas, minado por contradições internas. Mas, quanto ao campo da revolução, apela-se para um argumento geográfico — a extensão territorial, a riqueza e a fertilidade do solo do Brasil. E dêsse dado geográfico é que se deduz a possibilidade de um rápido desenvolvimento industrial autônomo. É a idéia do país rico, grande, idéia de manobra militar. Mas a força social, as massas, as classes, seu grau de organização, seu nível de consciência, sua disposição de luta

— nada disso entra em linha de conta. O inimigo está em crise, desorganizado, confuso — admitamos para maior facilidade. Mas, e a revolução? Estará ela de posse dos elementos mínimos indispensáveis para lançar-se ao ataque? A isso não se dá resposta. Nesta hora é esquecida a teoria da revolução de Lênin. A afirmação vasia, ôca, puramente verbal, da grandeza geográfica transformada em tese teórica do marxismo criador, o apêlo ao ufanismo pequeno-burguês e lírico, eis o recurso do sectarismo. Seu alimento é o atraso teórico.

Assim se apresenta o segundo sofisma do esquematismo subjetivista, não marxista e alheio à dialética materialista, ao qual iria succumbir Prestes. Esses dois sofismas são as duas lâminas da tenaz em que Prestes seria envolvido e cercado, êle que vinha de correr todo o Brasil quebrando e rompendo cercos.

A PLATAFORMA DE GETÚLIO

A Plataforma da Esplanada do Castelo, (5) documento programático de uma campanha eleitoral e devendo manter coesa uma variada frente política, é vasada em linguagem completamente diferente do Manifesto de Prestes, que tem em vista uma insurreição e expõe concepções de um partido contra todos os demais. Manifestações da mesma época, respondendo à solicitação dos mesmos problemas, os dois documentos representam o início de um diálogo, de um debate que se vem desenvolvendo até os dias de hoje.

Tanto Getúlio como Prestes dirigem-se ao povo, aos trabalhadores das cidades e dos campos, aos mesmos "revolucionários sinceros", tenentistas. Vargas proclama que "o programa é mais do povo que do candidato". Em larga medida atende ao que se pode chamar a ala esquerda da Aliança Liberal. Exige a anistia plena, geral e absoluta como "imperiosa necessidade" reclamada pela consciência nacional. Vai mais longe. "A anistia será providência incompleta sem a revogação das leis compressoras da liberdade de pensamento". Cauteloso, pede "leis de defesa social", novas, "que se inspirem nas necessidades reais do país e não se afastem dos princípios sadios de liberalismo e justiça". Explica as razões: é para que nos espíritos não seja mantido o "fermento revolucionário".

No capítulo referente à legislação eleitoral, resguarda-se das expressões violentas, não ataca nominalmente as oligarquias, mas articula um a um, com implacável frieza, os argumentos de

(5) Getúlio Vargas. "A nova política do Brasil", I vol. José Olímpio Editora, 1938.

um libelo. Estão calafetadas “tôdas as frestas por onde pode passar um sôpro salutar de renovação — eis o regime vigorante, frondosamente, no Brasil”. É o retrato de um monopólio político fechado, odioso, em que os direitos dos cidadãos “são triturados pela máquina oficial, pela violência, pela compressão, pela ameaça”.

Vai direto e franco à questão social. “Não se pode negar a existência da questão social no Brasil”. Neste mesmo capítulo, tratando de assunto tão explosivo, opondo-se tão radicalmente ao ponto de vista do Catete (a questão social é um caso de polícia), Vargas vai mais longe e enfrenta o problema da terra. Descreve a situação de “centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos”, para proclamar que “é preciso grupá-los, instituindo colônias agrícolas; investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil...”

A principal crítica então feita à Plataforma da Aliança Liberal, cedo transformada em Plataforma de Getúlio (assim como o partido dos comunistas acabaria se transformando no Partido de Prestes), é que êle “roubou” as reivindicações levantadas pelo PCB. Isto nem chegou a se transformar em discussão política. Nesse terreno não se discutem direitos autorais ou de paternidade. As questões políticas existem objetivamente e não porque alguém resolva trazê-las à tona.

O fato é que a Plataforma de Vargas fêz a crítica da legislação social vigente. “O pouco que possuímos não é aplicado ou só o é em parte mínima, esporadicamente, a-pesar-dos compromissos que assumimos, a respeito, como sinatários do Tratado de Versailles, e das responsabilidades que nos advêm da nossa posição de membros do “Bureau Internacional do Trabalho”, cujas convenções e conclusões não observamos”. Traça um programa de reivindicações: salário mínimo, férias, higienização das fábricas e usinas, construção de vilas operárias, proteção ao trabalho da mulher e do menor, estabilidade, amparo na doença e na velhice. Preconiza “a adoção de providências de conjunto que constituirão o nosso Código do Trabalho”.

PLATAFORMA DA BURGUESIA NACIONAL

O importante, para uma análise marxista dêsse documento, é verificar de que ponto de vista de classe tais questões são abordadas. Em nome de que interesse de classe falava Vargas?

É mais do que evidente que não tomava posição em nome dos interesses específicos, próprios, do proletariado e das massas trabalhadoras. Isto

é claro não porque o próprio Vargas fôsse um fazendeiro da fronteira, como nós todos, partidários do marxismo, temos argumentado ingenuamente durante anos a fio. É um pobre materialismo dialético êsse que procura interpretar todo um desenvolvimento histórico pelo número de cabeças de gado numa fazenda de São Borja. Getúlio, desde o início, proclamou na sua plataforma que “tanto o proletário urbano como o rural necessitam de **dispositivos tutelares**, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades”.

Não se trata, pois, de um movimento independente da classe operária. Aí é que estava o centro ideológico e programático da divergência. Nêsse ponto é que devia incidir nossa crítica de princípio, crítica que devia estar apoiada concretamente numa ação real que impusesse e fizesse respeitar essa independência de classe dos trabalhadores. Mas não é isso apenas. Era preciso responder à pergunta: dispositivos tutelares de quem? quem pretende ser o tutor? quem se candidata a mentor, ao pôsto de dirigente ideológico e prático do “proletariado urbano e rural”?

Cronologicamente, o Manifesto de Prestes é posterior à Plataforma de Getúlio. Tinha tempo suficiente para enfrentar a tarefa. Mas para isso precisaria estudar a realidade do Brasil e não a forma literária, verbal, de ajustar essa realidade ao esquema prévio traçado pela IC em 1928. Precisaria inclusive, nêsse confronto dos fatos reais com as concepções importadas, fazer a crítica da tese básica sôbre o papel da burguesia nacional. Porque, como podemos ver agora (sômente agora, tarde, demasiadamente tarde, para evitar erros grosseiros, em tempo de começar a acertar pelo menos daqui por diante) Getúlio, em tôdas as questões novas que aborda, coloca-se do ponto de vista da burguesia nacional. Essa é que devia ser a tutora dos trabalhadores.

“É incontestável, sob muitos aspectos, o progresso material do Brasil”, diz a certa altura. Evidentemente, o ex-ministro da Fazenda não se refere aos produtos agrícolas de exportação então em crise. O que a Plataforma advoga é o incremento das forças produtivas, pois “a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção.” Está pensando nos interesses burgueses de atrair mão de obra qualificada, quando afirma que “nenhuma atração exercerá, realmente, o Brasil sôbre **bons operários** rurais e urbanos do estrangeiro enquanto a situação do proletariado, entre nós, se mantiver no nível em que se encontra.”

Agitou as reivindicações dos trabalhadores. Mas argumentou com as vantagens daí decorrentes para o desenvolvimento da burguesia. É a êsses interesses de classe que correspondem as

exigências de arejar e atualizar o ensino já formuladas no Manifesto da Convenção Liberal, onde se denunciava que “os cursos de especialização, praticamente, não existem entre nós”. Não é o latifúndio, mas a burguesia sequiosa de progresso que reclama atenção às ciências econômicas, às disciplinas financeiras e administrativas, aos cursos técnico-profissionais, “cujas vantagens ninguém mais contesta”. A perspectiva que oferece é a do desenvolvimento econômico, numa série de idéias que podem ser assim resumidas: produzir muito e barato a maior quantidade possível de artigos — cultura do trigo, exploração do carvão nacional, aproveitamento gradual das quedas d’água para produção de eletricidade, adicionar álcool aos óleos que nos faltam, subdividir a terra. Com essas medidas, acumular recursos para lançar-se à industrialização. Teme indústrias artificiais. “O surto industrial só será lógico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão tôdas, a maior parte das máquinas que lhe são indispensáveis”. Isto não permite mais “adiar, imprevidentemente, a solução do problema siderúrgico”. E aqui eleva o tom, em claro estilo nacionalista:

“Não é só o nosso desenvolvimento industrial que o exige: é, também, a própria segurança nacional, que **não deve ficar à mercê de estranhos**, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa”.

Em mais de um ponto da plataforma aparece claramente esta idéia de mostrar que os interesses da industrialização correspondem às necessidades da segurança nacional e que, portanto, o Exército, as Forças Armadas têm um papel a desempenhar, são um esteio e força propulsora da batalha do desenvolvimento econômico. Esta não é simplesmente uma idéia inspirada por motivos técnicos, é uma idéia política, uma perspectiva para a fermentação política no seio das Forças Armadas e liderada pelos tenentes.

Vislumbra-se, dessa forma, o plano político da disposição de forças que a Plataforma tem em vista como expressão dos interesses da burguesia nacional. É um plano de uma burguesia fraca econômica e politicamente, sem forças para romper com os senhores da terra e menos ainda para denunciar abertamente o imperialismo. Essa burguesia procura aliados e os meios de abrir uma brecha na estrutura agrária que ela ainda não

pode transformar radicalmente. Esses aliados são os tenentes, os militares, os quadros políticos da pequena burguesia aos quais ela oferece postos de comando, e os trabalhadores, o movimento operário que ela procura pôr a seu serviço. A nosso ver está aí descrita em linhas muito gerais o que pelo menos tendia a ser a esquerda da coligação de forças que era a Aliança Liberal.

*

Dessa ala esquerda, excluíram-se os marxistas que deveriam exprimir e encarnar os interesses próprios, específicos dos trabalhadores, das massas populares, das forças avançadas e progressistas, no quadro dos interesses nacionais do Brasil. O desenvolvimento da situação até os dias presentes está mostrando de maneira cada vez mais cortante que a causa dessa auto-exclusão, materializada no Manifesto de Prestes, está na apreciação incorreta e não científica da estrutura de classes da sociedade brasileira. Colocar a burguesia nacional no campo da contra-revolução é vender os próprios olhos, leva a formular exigências descabidas inviáveis ao proletariado e sua vanguarda. Nada mais alheio ao marxismo na teoria e na prática. Pior — nada mais eficiente para denegrir o marxismo, adulterá-lo, transformá-lo numa grotesca caricatura, empobrecê-lo até à indigência e dar pasto a tôdas as calúnias dos seus inimigos e detratores.

O processo histórico real, nesses quase 30 anos já decorridos, estraçalhou ambos os esquemas, o de Prestes e o de Getúlio. Não existe mais ninguém, neste país, capaz de negar o papel positivo, progressista da burguesia nacional. O movimento operário, às vezes sufocado brutalmente pela violência, outras vezes acaudilhado e amesquinhado, emerge à tona, afirma-se como força nova, independente, cioso de sua autonomia.

Entretanto, os que deveriam e queriam agrupar a classe operária sob a bandeira do marxismo não o conseguiram, falharam clamorosamente, porque substituíram o método do materialismo dialético pelo dogma stalinista.

O resultado atual é que a classe operária se encontra politicamente acéfala. Cobrir esta lacuna, preencher este vácuo — eis a tarefa gigantesca que a história incumbe aos marxistas brasileiros. Pelo menos criar as condições preliminares para que isto possa ser feito — eis o que se esforcem por construir os comunistas renovadores.

O Sr. Caio Prado Júnior e a falsa tese dos “Capitalistas Sóbrios”

CALVINO FILHO

No n. 5 da “Revista Brasiliense”, o Sr. Caio Prado Júnior escreveu um artigo de crítica severíssima sobre o “Manual de Economia Política”, editado pelo Instituto de Economia da Academia de Ciências da URSS. Nêsse artigo, entre outras coisas, o Sr. Caio Prado Júnior diz o seguinte:

“Encontramos mesmo no *Manual de Economia Política* — diz — *falhas grosseiras* ao tratar do sistema econômico do capitalismo. E’ assim que entre os fatores negativos do capitalismo que, segundo o *Manual*, impedem o desenvolvimento das forças produtivas do sistema, se encontra a larga “prodigalidade” dos capitalistas, que “desperdiçam somas enormes em comprar objetos de luxo e em sustentar uma numerosa criadagem” (pág. 199). Eis-nos voltando com essa afirmação aos tempos e às declamações dos socialistas pré-marxistas e românticos do século passado que Marx denunciava: “É falso ver na produção capitalista o que ela não é; a saber, uma produção que tem por fim imediato o gozo ou a produção de meios de gozo para o capitalista. Esquece-se totalmente com isso o caráter específico dessa produção”. (1). Seja qual fôr o critério moral aplicável ao esbanjamento e ostentação vaidosa da vida burguesa, o fato é que isso não conta economicamente por nada nos desajustamentos e crises do sistema capitalista. Poder-se-ia até, dentro de certos limites, afirmar o contrário, a saber, que são a excessiva capitalização e a ânsia capitalista do lucro pelo lucro e não pelas satisfações que o lucro pode proporcionar, que constituem fatores importantes dos desequilíbrios e desajustamentos do sistema. Em outras palavras, os capitalistas, como classe, pecam economicamente antes pela sobriedade que pela prodigalidade”.

Examinaremos a seguir as afirmações contidas nêsse longo período de autoria do Sr. Caio Prado Júnior.

Propome-nos a provar que:

a) O Sr. Caio Prado Júnior acusa, sem nenhuma base científica, o “Manual de Economia

Política”, soviético, de conter FALHAS GROSSEIRAS.

b) Deformou a verdade quando destacou 2 linhas de longo texto do Manual referente aos fatores que impedem o desenvolvimeto das forças produtivas do capitalismo.

c) Citou Marx maliciosamente.

d) Fugiu à verdade quando insinuou que os autores soviéticos do *Manual de Economia Política* atribuíram às satisfações materiais dos ricos a responsabilidade dos desequilíbrios e desajustamentos do sistema capitalista.

De fato, a retransformação de parte da mais-valia obtida à custa do trabalho não pago em capital é o fim imediato, é o móvel determinante da produção capitalista, mas com isso e para isso o capitalista não se proíbe em geral de desperdiçar e muito o que sobra das necessidades satisfeitas da produção e reprodução capitalistas; e como sobra e como desperdiçam!

Ademais é preciso que nos lembremos de que, em geral, o trabalho do capitalista está na razão inversa da grandeza de seu capital e de sua qualidade de capitalista, donde sobrar-lhe cada vez mais tempo para o uso e gozo dos lucros máximos extorquidos às massas trabalhadoras.

Em nenhuma página dos numerosos trabalhos de Marx encontraremos a afirmação de que os capitalistas modernos não esbanjem, não desperdicem. O sr. Caio Prado Júnior procura fazer acreditar ser pensameno de Marx, que os capitalistas “pecam economicamente antes pela sobriedade que pela prodigalidade”, mas com isso apenas repõe em circulação a liquidada há mais de 150 anos economia vulgar.

Dizer que o capitalista moderno só e exclusivamente movimenta a produção para acumular lucros, efetivamente só um moderno economista vulgar poderia dizê-lo. Seria transformar o capitalista moderno no usurário do pré-capitalismo. Se o seu objetivo inicial, imediato e móbil é obter lucros, êsse objetivo, atingida determinada etapa da produção e acumulação, embora não desapareça é esmaecido por outros que adquirem maior expressão segundo o momento, impostos pelo próprio mecanismo da produção ca-

pitalista, que limitam e põem em perigo o objetivo imediato — o lucro.

Ontem como hoje, em geral, ninguém pretende ser capitalista com o objetivo único do lucro pelo lucro, mas pelas vantagens e privilégios pessoais e sociais que o lucro acumulado, a riqueza, enfim proporcionam, inclusive a possibilidade de esbanjar, desperdiçar, ter um padrão de vida inacessível aos produtores da mais-valia, vida de ostentação e de luxo incríveis.

E mais luxa, desperdiça e esbanja, afastando-se da produção, quanto mais rico é o capitalista. Seu esbanjamento, ostentação e luxo crescem com o desejo de acumulação do capital que realiza, sem que aquêles limitem necessariamente a éste e nem éste àqueles. Assim, no coração do capitalista se estabelece um conflito que amargura a sua existência.

Não é preciso ser economista, bastam olhos para vêr ao nosso redor o esbanjamento dos capitalistas.

Pretendendo indicar como “falha grosseira” do *Manual*, o sr. Caio destaca 2 de 4 linhas que se encontram na pág. 199 (da edição em espanhol do *Manual*), no longo capítulo (8 páginas) em corpo 9, tipográfico, dedicado à Renda Nacional, que diz com inteiro acêrto, e apesar das desarrazoadas restrições do Sr. Caio Prado Júnior:

“Uma parte muito considerável da renda nacional — lê-se no “Manual” — se destina ao consumo parasitário dos capitalistas e latifundiários. *Esses desperdiçam somas enormes em comprar objetos de luxo e em sustentar uma numerosa criadagem*”.

(O grifo é meu — C. F.).

Não assistimos a tôda hora e instante, aqui e alhures, que essa afirmação do *Manual* é uma verdade meridiana?

Que pretendeu o Sr. Caio citando falsamente a Marx, porque deformou o pensamento desse gênio incomparável, e subtraindo do longo trecho do *Manual* em que estuda a *distribuição da renda nacional* uma das suas partes, a menos importante, para transformá-la falsamente numa como-tese fundamental exposta pelo *Manual* e de que o *Manual* indicaria a produção capitalista como sendo uma produção para o gôso e luxo dos capitalistas?

Justificar a sua falsa afirmação de FALHAS GROSSEIRAS.

Quem puder que leia o capítulo “A renda nacional” do *Manual*; e “o processo da produção do capital”, em *O Capital*, de Marx, para se horrorizar com a afirmação do Sr. Caio, tal como eu me horrorizei.

O Sr. Caio, continuemos, revela profunda má vontade com os autores soviéticos, porque do con-

trário não teria do capítulo “Renda Nacional”, do *Manual*, destacado, realçado, o texto que se leu linhas atrás e vamos repetir agora apenas a parte que interessa a êstes comentários:

... “entre os fatores negativos do capitalismo que, segundo o *Manual* — diz o Sr. Caio — impeçem o desenvolvimento das forças produtivas do sistema, se encontra a larga “prodigalidade” dos capitalistas, que “desperdiçam somas enormes em comprar objetos de luxo e em sustentar uma numerosa criadagem” (pág. 199)”.

O *Manual* absolutamente não apresenta como fundamental, nem mesmo como das mais importantes componentes da distribuição da renda nacional a parte que permite a prodigalidade e o desperdício por parte dos capitalistas, justificando dess’arte o destaque dado pelo Sr. Caio. Absolutamente, não. Trata-se de simples escamoteação da verdade, a fim de justificar a sua referência gratuita e violenta, a transcrição praticamente de 2 linhas de importância relativa num texto indicando resumidamente componentes de distribuição da máxima importância, que ocupam 50 linhas! O Sr. Caio destacou o ultrasecundário para escamotear o principal.

Inicialmente, para bem compreendermos o assunto, em poucas palavras, vejamos o que são *fôrças produtivas*, e depois, *renda nacional*.

Para que a produção se realize é preciso que existam instrumentos ou meios de produção e o homem ou fôrça de trabalho do homem, que deve manejá-los. Esse conjunto é que se designa por fôrça produtiva da sociedade.

As forças produtivas constituem o elemento mais dinâmico e mais revolucionário da produção. São o elemento determinante de seu desenvolvimento. A princípio, se modificam e se desenvolvem as forças produtivas da sociedade e, depois, *em conexão e em consonância com esse desenvolvimento*, transformam-se as relações de produção entre os homens.

O que distingue as épocas econômicas umas de outras, não é o que se produz, mas como se produz... Os meios de trabalho não são somente o barômetro do desenvolvimento da fôrça de trabalho do homem, senão também o expoente das relações sociais em que se trabalha.

“De tempo imemorial, diz M. Rosental, os homens trabalham para existir. O trabalho do homem é uma relação definida entre o homem e a natureza. O homem diferencia-se do animal pelo fato de que produz os meios de trabalho, os instrumentos de produção, e os emprega para obter os meios de existência de que precisa. Os instrumentos de trabalho, e a fôrça de traba-

lho do homem são elementos sem os quais não pode existir o trabalho; em conjunto, representam as forças produtivas da sociedade.

As forças produtivas e o respectivo desenvolvimento constituem o conteúdo da vida social em toda sociedade.

A existência desse mesmo conteúdo está, contudo, estreitamente, indissolúvelmente relacionada com outro aspecto da produção social. Os elementos das forças produtivas — os instrumentos de trabalho e os homens que os põem em ação — por si mesmos, isolados uns dos outros, não podem existir. Deve haver entre eles determinada conexão, relação recíproca; no processo da produção, os homens acham-se em determinadas relações entre si.

Essas relações podem ser de colaboração e de ajuda mútua, podem ser relações de exploração de uma parte dos homens por outra, mas são elementos tão necessários da produção quanto o são as forças produtivas. Essas relações chamam-se relações de produção e, diversamente das forças produtivas, compõem a *forma* da produção social.

As forças produtivas são a base da sociedade, são aquilo de que se compõe a produção, de que esta se acha constituída. Sem elas, não poderia haver, em geral, uma produção.

A *forma* da produção social são as relações de produção. Estas organizam, vinculam de maneira determinada os elementos das forças produtivas, estabelecem determinado tipo social de organização das forças produtivas. Sem essa organização social, as forças produtivas não podem converter-se em força atuante. Este é o significado da *forma* em qualquer processo e objeto.

A *forma* é a estrutura interna, a organização interna do próprio conteúdo.

Desta definição de *conteúdo* e *forma* depreende-se também o caráter de suas relações recíprocas.

Se o conteúdo compõe a base da forma, não pode haver, por conseguinte, forma sem conteúdo.

Se a forma é a estrutura interna, a organização interna do conteúdo, não pode haver, por conseguinte, conteúdo sem forma.

Forma e conteúdo, portanto, em qualquer objeto e processo acham-se em estado de conexão estreita, indissolúvel, de penetração recíproca.

Um determinado nível das forças produtivas gera determinadas relações de produção, ou, seja, a forma da produção social. As ferramentas de pedra, nos tempos primitivos, deram vida à forma da organização de comunidades primitivas da sociedade. O aparecimento das ferramentas de metal trouxe como consequência o nascimento do primeiro regime baseado na exploração do homem pelo homem. O capitalismo está ligado ao nascimento da grande indústria mecânica. O comunismo, como forma superior de organização social, só é possível com alto grau de desenvolvimento das forças produtivas.

O método dialético estabelece não só a conexão e a ação recíproca entre forma e conteúdo, mas também o valor decisivo, determinante, do conteúdo.

O fato de que o conteúdo determine a forma, de que a forma exprima determinado conteúdo, demonstra que a correspondência só pode existir entre um conteúdo definido e uma definida forma. Nem toda forma pode ser a de um conteúdo determinado, assim como nem todo conteúdo pode ser a base de uma forma determinada. E, dado que não há na natureza, objetos imutáveis, dado que o conteúdo dos fenômenos muda constantemente, o conteúdo dos objetos em desenvolvimento tem, por conseguinte, de entrar em contradição com a velha forma.

Essa contradição é a fonte mais importante do desenvolvimento, do progresso na natureza e na sociedade. É importante compreender o caráter dessa contradição. A contradição não existe entre o conteúdo e a forma geral, mas entre um novo conteúdo e a velha forma. Um objeto qualquer representa a unidade de conteúdo e forma, mas no processo de desenvolvimento o conteúdo muda, adquire novos elementos e converte-se, em última instância, em novo conteúdo. Pelo contrário, a forma do objeto continua sendo a anterior, a velha. Por certo tempo, a forma facilita o desenvolvimento do conteúdo, desempenha papel ativo, influi positivamente sobre o desenvolvimento do conteúdo, mas quando o conteúdo mudou, considerável ou radicalmente, então rompe-se a consonância que antes existia entre o conteúdo e a respectiva forma. A forma, então, transforma-se de elemento favorável, que era, em obstáculo para o ulterior desenvolvimento do conteúdo. Surge o conflito, a contradição entre eles. E essa contradi-

ção só pode resolver-se quando a forma fôr mudada, quando entrar em consonância com o novo conteúdo.

Isto demonstra, uma vez mais, a dependência da forma dos objetos relativamente ao respectivo conteúdo. A forma fica atrasada em relação ao conteúdo, dado que a própria necessidade de nova forma só nasce quando o conteúdo, que tinha mudado ou está mudando, assinala a necessidade da mudança da forma.

A nova forma, que exprime, correspondentemente o "novo conteúdo", cria de novo a possibilidade do desenvolvimento deste, constitui a organização interna do conteúdo em desenvolvimento. Esse desenvolvimento continua a efetuar-se até que surja, novamente, entre eles, um conflito, etc.

O capitalismo contemporâneo oferece exemplo claro do agudo conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção. Se, antes, nas primeiras décadas da existência do capitalismo, as relações capitalistas de produção eram a forma que favorecia, ativamente, o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, essa mesma forma, há muito tempo, entrou em contradição com as forças produtivas desenvolvidas. Entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada da apropriação existe antagonismo tão profundo, que só a revolução proletária é capaz de destruir a forma antiquada e transformada em reacionária das relações capitalistas de produção. A revolução socialista, na URSS, destruiu tal antagonismo, estabelecendo novo regime social.

O desenvolvimento de qualquer sociedade depende, em último termo, do estado das forças produtivas. Se existe determinado nível das forças produtivas, força alguma é capaz, por tempo mais ou menos longo, de voltar a história para trás ou obrigar a sociedade a dar um salto de muitos séculos para diante. O desenvolvimento das forças produtivas é também o fundamento da necessidade histórica das leis pelas quais se rege o movimento da sociedade".

Examinemos, agora, ultra-resumidamente, à base do "Manual de Economia Política", Soviético, a questão da renda nacional.

Tôda a massa de bens materiais produzidos na sociedade durante um determinado período — por exemplo, em um ano — forma o *produto social* global (ou produto global).

Uma parte do produto global, a que equivale ao valor do capital constante consumido, des-

tina-se a repôr, no processo da reprodução, os meios de produção invertidos. A parte que resta do produto global materializa o novo valor criado pela classe operária no processo da produção.

Esta parte do produto global em que se materializa o novo valor criado é a *renda nacional*.

A renda nacional, portanto, é criada pelos trabalhadores, ocupados nos diversos ramos da *produção material*. Os ramos *não dedicados à produção material*, entre os quais se encontram o aparelho estatal, o crédito, o comércio (com exceção das operações comerciais que continuam o processo da produção na esfera da circulação), e outros, não criam renda nacional.

Nos países capitalistas, uma parte considerável da população apta para trabalhar não somente não contribui para aumentar o produto social e a renda nacional, como não participa, em nada, do trabalho socialmente útil. Tal é, antes de tudo, o caso das classes exploradoras e de seu numeroso séquito parasitário, do gigantesco aparelho burocrático, militar, policial, etc. Grande parte da renda nacional se consome sem o menor proveito para a sociedade. Assim ocorre com as enormes despesas por força da concorrência, da desenfreada especulação e desmedida propaganda para vendas.

A anarquia da produção capitalista, as devastadoras crises econômicas e o funcionamento das empresas abaixo da sua capacidade de produção, são outros tantos fatores que reduzem de muito o emprego da força de trabalho. Massas imensas permanecem em desemprego. O número de desempregados totais registrados nos países burgueses, não baixou nunca de 14 milhões, durante o período de 1930 a 1938.

O capitalismo põe a renda nacional criada pelos operários à disposição dos capitalistas industriais (incluindo os patrões capitalistas na agricultura). Os capitalistas industriais realizam as mercadorias produzidas e obtêm o total de seu valor, compreendidas as massas de capital variável e da mais-valia. O capital variável se converte em *salários* que os capitalistas industriais pagam aos operários, ocupados na produção. A mais-valia fica nas mãos dos capitalistas industriais; dela saem as receitas dos grupos das classes exploradoras. Uma parte de mais-valia se converte em *lucro dos capitalistas industriais*, os quais cedem uma parte aos comerciantes, sob a forma de *lucro comercial*, e outra parte aos banqueiros, a título de *juros*. Outra parte da mais-valia a entregam os capitalistas industriais aos possuidores de terras a título de *renda do solo*.

A verdade é que a distribuição da renda nacional é sobretudo expressão das relações de produção, que caracteriza o modo de produção. A renda nacional se destina, em última instância,

como assinala o *Manual*, ao consumo e à acumulação. O emprêgo da renda nacional nos países burgueses o determina a natureza de classe do capitalismo e reflete o caráter cada vez mais parasitário das classes exploradoras.

Que a distribuição da renda nacional nos países capitalistas não se faz no sentido do desenvolvimento pleno das forças produtivas, pelo contrário — é fácil de se comprovar.

A parte da renda nacional nos países capitalistas, que se destina a ampliar a produção, é muito pequena em comparação com as necessidades da sociedade. Por que? Porque grande parte da renda nacional se destina ao consumo parasitário dos capitalistas e a gastos improdutivo.

Uma parte cada vez maior se destina aos gastos de guerra, à corrida armamentista e à manutenção do aparelho estatal.

A parte da renda nacional destinada a satisfazer as necessidades pessoais dos trabalhadores, é tão pequena que, em regra geral, não lhes assegura nem o mínimo de vida.

Nos Estados Unidos, nestes últimos anos, se destinam para fins de guerra mais de 70 % do total do orçamento e para a saúde pública, instruções e construção de casas menos de 4 %.

Quase o inverso desse trágico quadro ocorre nos países socialistas.

“Além disso, diz Marx, cumpre acrescentar que os homens não são livres de escolher suas *forças produtivas* que constituem a base de sua história, pois toda força produtiva é uma força adquirida, resultado de uma atividade anterior.

“Assim, pois, as forças produtivas são a consequência da energia humana prática, mas esta energia está por sua vez condicionada pelas circunstâncias em que se encontram os homens, graças às forças produtivas já obtidas, à forma social existente anteriormente à atividade dos indivíduos, as quais não são devidas ao esforço criador dos homens da atualidade, mas representam o resultado da geração precedente.

“Pelo simples fato de cada geração subsequente se encontrar de posse de forças produtivas conseguidas pela geração anterior, as quais utiliza como material novo para nova produção, chega a constituir-se uma conexão interna da história humana, e desse modo, a história da humanidade adquire maior legitimidade desde o momento em que as forças produtivas do homem e, portanto, suas relações sociais, se estendem. Segue-se daí que, necessariamente, a história social dos homens nunca é outra coisa senão a história de seu desenvolvimento. Suas relações de ordem material

formam a base de suas demais relações. Estas relações materiais não são senão as formas necessárias em que se realizam suas atividades materiais e individuais”.

(Cartas históricas de Marx a P. V. Annenkov-in- “Divulgação Marxista”, pág. 128 n. 17/18 de 25-3-47).

A condição e manifestação principal do desenvolvimento das forças produtivas, convém repetir, são as relações de produção, embora estas no seu desenvolvimento dependam inteiramente do desenvolvimento daquelas. Uma e outras íntima e indissolúvelmente entrelaçadas constituem o modo de produção. Essas relações de produção que constituem manifestações do desenvolvimento das forças produtivas, em determinado momento, transformam-se em obstáculos a esse desenvolvimento, quando novas formas de relações de produção se impõem, a fim de que as forças produtivas continuem a desenvolver-se.

Quando o desenvolvimento das forças produtivas, que se realiza através de um longo processo histórico sob o impulso também de numerosos fatores, todos sobre a base das necessidades sociais, entra em conflito com as relações de produção existentes, tornadas forças frenadoras, estas sim, que fundamentalmente impedem o continuado e posterior desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, impõe-se um processo revolucionário, que reajuste o estado existente do desenvolvimento das forças produtivas com novas relações de produção, que de forças frenadoras passem a ser estimuladoras do seu eterno desenvolvimento.

“Ao chegarem a determinada fase de desenvolvimento, diz Marx, as *forças produtivas* materiais da sociedade chocam-se com as condições de produção existentes ou com o que não é senão a expressão jurídica disso, com as relações de propriedade dentro das quais se moveram até aí. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações convertem-se em seus obstáculos. E abre-se, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, transforma-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura sobre ela erguida”. (Marx — Contribuição à crítica da economia política, Obras Escolhidas, pág. 399. Barcelona, 1938).

O que impede, *fundamentalmente*, o desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista, e está clara e largamente exposto no *Manual*, como em todos os textos marxistas sobre o assunto, largamente difundidos no mundo todo, não é a larga prodigalidade dos capitalistas, mas a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, uma

das manifestações da contradição antagônica fundamental que é a produção ser social e a apropriação privada, capitalista.

Na sociedade socialista, onde, pela primeira vez na história, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção é liquidada; onde, devido a isso, abre-se um horizonte ilimitado para o desenvolvimento das forças produtivas, a ciência e a técnica adquirem um novo sentido social e uma nova força de desenvolvimento. A atividade do cientista, do pesquisador, deixa de ser algo de interesse pessoal, adquirindo um sentido para todo o povo, para o Estado. Em nenhum outro Estado há nem pode haver um tal interesse para o desenvolvimento da ciência e da técnica, nem um tal carinho, como no Estado Soviético, onde as conquistas da ciência e da técnica não são de interesse de tal ou qual empregador, mas de toda a sociedade, em cujo benefício estas conquistas são utilizadas. Por isso, em nenhum lugar o papel dos intelectuais técnico-científicos é tão apreciado como nos países do socialismo. (C. Kovalión — A “Inteligüentia” no estado soviético — in — “Divulgação Marxista” — págs. 29/30, n. 21 de 25-5-47).

Leia e estude, o Sr. Caio, os capítulos do *Manual de Economia Política*, da segunda seção: “O modo capitalista de produção”, e verá que as “falhas grosseiras”, etc., que nele critica só existem, na verdade, em sua imaginação.

Portanto, convém seja repetido mais uma vez, o que freia, impede ou estimula o desenvolvimento das forças produtivas, *principalmente*, é o estado das relações de produção.

As relações de produção burguesas já foram prodigiosa fonte de desenvolvimento das forças produtivas, mas com o advento do imperialismo foram mais e mais se transformando em forças frenadoras.

Essa a tese exposta nos capítulos apropriados do *Manual* e não a do esbanjamento dos capitalistas, simples aspecto secundário, mas tão importante para o Sr. Caio, “et pour cause”, que o destacou dos demais fatores ou aspectos e da causa fundamental, apenas para poder criticar o que não havia a criticar.

Fabulosa, outrossim, é a afirmação final do Sr. Caio Prado Júnior, no trecho de seu artigo inicialmente transcrito, que repito:

“Em outras palavras, os capitalistas, como classe, pecam economicamente antes pela sobriedade que pela prodigalidade”.

Como revivescência dos economistas vulgares, em pleno ano de 1957, o Sr. Caio deveria ter dito:

se o mundo vive, todavia, é graças à automortificação desse moderno penitente de Vichnú, o capitalista!

Coitados dos capitalistas, vivem miseravelmente, sóbrios que são. Não fôsse essa “sobriedade”, êsse espírito de economia, jamais chegariam a ser e se manteriam como capitalistas!

Marx, em “O Capital”, tomo I, volume II, Livro 1, Seção 7.^a, capítulo 22, que trata da “Transformação da mais-valia em capital”, estuda minuciosamente a evolução do capitalista, desde o seu aparecimento no mundo até os primórdios do século XIX, bem como a teoria da abstinência, tem páginas deliciosas que recomendo aos leitores.

Se o Sr. Caio tivesse lido todo êsse capítulo 22, encontraria trechos como os dois que vou transcrever, para delícia dos meus eventuais leitores que não possuam “O Capital”.

“Nos começos históricos do modo capitalista de produção — e todo aquê que chega a capitalista passa por êsse estágio histórico — o apetite de riqueza e a avareza são paixões dominantes.

Mas o progresso da produção capitalista não cria somente um mundo de gôzos; abre mil fontes de enriquecimento súbito. A um certo grau de desenvolvimento, o “infeliz” capitalista se vê obrigado, como necessidade do seu negócio, a um grau convencional de esbanjamento, que ao mesmo tempo é ostentação de riqueza e, portanto, um meio de crédito. O luxo entra nos gastos de representação do capital. Ademais, o capitalista não enriquece como o entesourador, proporcionalmente ao seu trabalho pessoal e ao seu não-consumo pessoal, mas na medida em que absorve força de trabalho alheia e impõe ao operário a renúncia a todos os gôzos da vida. Assim, pois, ainda que o esbanjamento do capitalista nunca tenha o caráter *bona fide* da prodigalidade do grão-senhor feudal e em seu fundo se escondam a mais sôrdida avareza e o mais mesquinho cálculo, seu esbanjamento cresce com a acumulação, sem que aquê limite necessariamente a estagnem esta àquele. Nasce, assim, no seio do indivíduo-capital uma espécie de conflito faustiano, entre o desejo de acumular e o desejo de gozar”.

Marx conheceu apenas os capitalistas “pobretões” do início do século passado.

Os modernos capitalistas, os monopolistas, êstes sim, são tão ricos que os do tempo de Marx e o grão senhor-feudal, comparados a êstes, não passariam de pobres indigentes... E seu esbanjamento cresceu nas mesmas ou maiores proporções que cresceram os lucros máximos...

O COMUNISMO NACIONAL NAS DEMOCRACIAS POPULARES

EURICO MENDES

Há certa contradição no fato de o processo de democratização nos países do Bloco Soviético, agrupados em torno da URSS, realizar-se na forma de um movimento comunista nacional, pois a democracia visada pelas diversas oposições, que se manifestaram durante a luta, é legitimamente socialista. As reivindicações levantadas têm o objetivo de dar às massas maior participação na administração pública, como medida prática de desburocratização. A palavra de ordem sob a qual se desenrola a luta da vanguarda é a volta ao leninismo.

Se chegamos a um estado de coisas, em que o proletariado de países, nos quais o capitalismo foi virtualmente destruído, levanta novamente reivindicações de caráter nacionalista, deve-se isso unicamente à correlação de forças lá criadas. O chamado comunismo nacional não é um programa e tampouco uma teoria. É um produto prático do stalinismo, destinado a superá-lo.

O fenômeno é tão antigo como as próprias Democracias Populares. Na maioria desses países a revolução foi trazida de fora, pelo Exército Vermelho. Isso por si não explica o caso, como mostra o exemplo da Iugoslávia, mas traçou desde o início as linhas gerais do desenvolvimento. Não demorou, entretanto, para que se fizessem sentir as conseqüências do desvio de parte da renda nacional desses países para a URSS sob a forma de reparações das chamadas sociedades mistas e de Tratados Econômicos des-

favoráveis. Não é possível, também, explicar o comunismo nacional unicamente por essas razões, pois ele surgiu igualmente na China, onde esse fator não chegou a se verificar e subsiste na Europa Oriental (Alemanha, Tchecoslováquia) onde essa fase já foi superada. A causa maior e primitiva da rebeião nacionalista, parece-nos, foi a aplicação de padrões de um socialismo russo (stalinismo) em países de estrutura social, cultura e tradições completamente diferentes.

Abstraindo, no momento, o fato de já estarem superados esses mesmos métodos na própria União Soviética, onde se iniciou aberto processo de reformas, que se manifesta, não só pelas mudanças políticas e administrativas, como também pela gigantesca reestruturação econômica (descentralização), cujos efeitos sociais não tardarão a se fazer sentir, foram os seguintes fatores que possibilitaram o surgimento do stalinismo:

Depois de 1923, quando se evidenciou a estagnação da revolução mundial, impôs-se à Rússia Soviética a necessidade da industrialização, da realização de uma acumulação socialista primitiva, como condição de sobrevivência num mundo capitalista hostil. Isolada e boicotada, não podia contar com ajuda material do exterior, em forma de créditos, investimentos ou assistência técnica. O processo de industrialização requeria o constante e radical sacrifício do nível de vida da sociedade e a transformação de milhões de "mujiks" em operários industriais. A estes

Prossegue Marx:

"Para defender esse pobre homem (capitalista-C. F.), contra o conflito desastroso que se criaria em seu coração entre o desejo de gozo e a sede da riqueza, Malthus preconizou, nos primeiros anos do século XIX, uma divisão particular do trabalho: os capitalistas realmente engajados nos negócios teriam sido encarregados da acumulação e os outros, a quem caberia igualmente uma parte da mais-valia, isto é, os latifundiários, os dignitários do Estado e da Igreja, teriam a função de esbanjar".

Numerosíssimas são as páginas que se encontram nos trabalhos de Marx, que indicam quão falsa é a teoria da abstinência, como igualmente falsa é sua nova versão de que os capitalistas "pecam economicamente antes pela sobriedade que pela prodigalidade".

O revisionismo e o reformismo estão ligados intimamente, por força de lógica interna, sejam quais forem as formas que tomem. Com um pouco de trabalho, são revelados. É o que sempre faremos nesta revista.

(1) Karl Marx — *Le Capital*, trad. de J. Molitor. — Paris, 1924 - 1930 — Tomo X, pág. 177.

faltaram as premissas mais elementares para o modo de vida industrial e o processo de produção mecanizado. Os constantes sacrifícios materiais exigidos nutriram e reforçaram a oposição primitiva dessas massas contra o novo modo de vida, oposição que se manifestava numa resistência passiva contra as máquinas, horário de trabalho e disciplina industrial em geral.

Nessas condições não restava muito lugar para a democracia econômica e administração obreira. "Liberdade é o conhecimento da necessidade", dizia Engels, mas as massas de camponeses que, voluntariamente ou sob pressão, deixaram uma vida semi-asiática para integrar-se num moderno processo de produção industrial, pouco ou nada podiam contribuir para a administração de uma fábrica, necessitando, no início, freqüentemente de métodos drásticos para poder integrar-se na marcha da produção. Foi aí que surgiu a hierarquia burocrática, que de seu centro de Moscou determinava e regulava os mínimos detalhes de produção de uma empresa situada a milhares de quilômetros de distância, na Sibéria ou na Ásia Central.

A influência da burocracia crescia na medida dos primeiros sucessos industriais. A precária situação material da Rússia Soviética daquele tempo e a não existência de uma democracia econômica restringia as já estreitas bases da democracia política, que já involuíram nos anos da guerra civil e da intervenção imperialista. As lutas de frações e, especialmente, os métodos com que foram travadas por todos os lados acabaram com a democracia interna do Partido Comunista. A União Soviética caiu sob o domínio absoluto da burocracia, que a administrava política e economicamente, imprimindo-lhe as suas feições próprias. É verdade que, mesmo comparado com padrões ocidentais, a administrava mal e deficientemente, gastava muito papel em "ukases" e energia humana, esbanjava os recursos, matava as iniciativas e consumia parte desproporcionalmente alta da renda nacional. Mas é verdade também que conseguiu a obra de transformar o país agrário mais atrasado da Europa em sua primeira potência industrial. E quando os povos soviéticos, na Segunda Guerra, conseguiram aguentar e rechaçar o impacto das divisões blindadas nazistas, equipadas pela indústria alemã, eles sabiam que todos os sacrifícios não eram em vão.

O papel progressista da burocracia no campo econômico só perdurou, todavia, enquanto não havia outra alternativa. Esta surgiu no próprio processo de industrialização. Criou-se um proletariado industrial qualificado. Formou-se uma

intelectualidade soviética com seus novos quadros técnicos e administrativos. O analfabetismo foi vencido e o nível cultural dos povos soviéticos cresceu incessantemente. Das Universidades Soviéticas saem hoje mais estudantes formados do que das norte-americanas. As bases materiais para a Democracia Socialista estão criadas.

O problema, entretanto, não é de hoje. Já antes da guerra notou-se crescente choque entre esses novos fatores na vida soviética e os velhos métodos burocráticos. "Fenômenos históricos mesmo os mais importantes, não sabem distinguir a hora em que têm de deixar o cenário", disse Mehring, o biógrafo de Marx. A burocracia não o sabia e foi justamente esse o "erro" de Stalin.

Daqui em diante só podia conservar os velhos métodos contra a crescente oposição das novas forças surgidas na sociedade soviética, o proletariado e a intelectualidade, que tinham aceito os padrões stalinistas como transitórios e de emergência, e que lutavam, consciente ou inconscientemente pelo restabelecimento da democracia socialista em nível mais alto. Não foram só os velhos bolcheviques que fizeram oposição. Estes serviram mais como bodes espiatórios. Toda a nova geração, saída das escolas, tinha de ser domada de novo. Daqui em diante Stalin só podia conservar o velho "statu quo" à base de terror e de sangue. É esse o segredo das constantes ondas de expurgos, liquidações e processos monstros, das quais Khruschiov nos contou uma parte.

Quando os Exércitos Vermelhos penetraram na Europa Central, implantaram um sistema político que, dentro de poucos anos, devia copiar as feições do modelo russo. Os planos de produção das fábricas Zeiss, na Alemanha Oriental, tinham de ser aprovados por Moscou. Os operários da SKODA, na Tchecoslováquia, deviam ter tão pouca voz ativa na administração da sua empresa, como os seus colegas nos Urais. Os métodos da acumulação primitiva foram implantados em países que, devido às suas tradições industriais, dispunham de uma base de saída mais elevada para iniciar uma produção socialista. Das massas desses países, habituadas a um nível de vida mais alto, exigia-se uma aproximação ao nível de vida soviético. A situação econômica desses países foi agravada pela intromissão direta da burocracia russa. A situação política tornou-se insustentável devido à implantação dos métodos políticos do stalinismo em países com um proletariado que, ao contrário do russo, contava com fortes tradições democráticas, sindicais e de co-gestão obreira. Para

completar o quadro, implantavam-se os métodos de expurgos e processos monstros para vencer a crescente resistência do proletariado e da própria vanguarda comunista em cada país, sob o domínio dos stalinistas russos e locais. Foram os melhores quadros dentro dos Partidos Comunistas que sentiram primeiro os perigos do alienamento da classe operária.

O comunismo nacional não é outra coisa do que a manifestação concreta das contradições criadas entre os métodos stalinistas surgidos na União Soviética e as necessidades do fortalecimento do socialismo nas Democracias Populares. Representa ele o esforço de vencer o abismo criado pelos stalinistas entre a classe operária das Democracias Populares e a União Soviética. Fortalece ele o campo socialista em seu conjunto — e isso, no momento, só pode ser feito contra a resistência da burocracia soviética.

Na prática, o comunismo nacional revela dois aspectos, é composto de duas forças: o elemento proletário, consciente e comunista, que se opõe à burocracia soviética e seus satélites nacionais, porque luta pela democracia socialista e pelas relações à base de igualdade entre países socialistas. A outra força é representada pelo elemento pequeno-burguês e contra-revolucionário, que apoia a oposição comunista, porque vê em sua vitória uma etapa vencida na luta pela restauração de formas sociais burguesas. Existe o perigo da força contra-revolucionária tomar a liderança. Isso se pode dar, quando a resistência, interna e externa do stalinismo às reformas, se mostra tão estúpida e brutal que torna antagonica toda uma classe operária e toda uma nação, como aconteceu na Hungria. O proletariado húngaro desesperado, sem uma liderança comunista, aceitou os "slogans" nacionalistas pequeno-burgueses, renunciando à idéia da reforma socialista. Destruindo as bases da Democracia Popular húngara, não havia mais o que reformar, — estavam abertas as portas para a contra-revolução.

A alternativa para o caso húngaro foi demonstrada na Polónia. Gomulka, ao contrário de Nagy e Kadar, preparou com seu grupo, conscientemente, a luta contra os stalinistas, à base de um programa de reformas socialistas. Organizou a oposição dentro do Partido, mobilizou os operários de Varsóvia e outros centros industriais e aceitou o apoio pequeno-burguês como

fôrça auxiliar. O resultado foi o completo isolamento dos stalinistas poloneses, e os soviéticos não se viam com fôrça moral para impedir o processo de democratização.

A precária aliança entre comunistas e oposição pequeno-burguesa tem de desmoronar, quando o comunismo nacional tomar de fato o poder. Chega o momento em que as águas se dividem: de um lado os reformadores socialistas; de outro, as tentativas de volta a formas sociais burguesas. Na Iugoslávia, foi o caso Djilas, que representou a pedra de toque. Na Polónia parecem ter sido as eleições, que iniciaram nova fase. Na China assistimos recentemente à rebelião dos Ministros pequeno-burgueses do governo de Pequim, que pretendiam aproveitar-se da discussão inter-partidária para fortalecer as suas posições à custa dos comunistas. Em todos esses casos, tanto Tito, como Gomulka e Mao Tse Tung tomaram medidas que garantissem a continuação das reformas pelo caminho socialista.

As forças contra-revolucionárias têm mais chances quanto mais as reformas socialistas demorarem de ser realizadas e quanto maior tornar-se o abismo que o stalinismo criou entre as Democracias Populares e a URSS. O que restabelece a unidade do campo socialista não são unicamente os gestos amigáveis por parte de Moscou nem as viagens de Khrushchiov, que aconselha os stalinistas tchecos e alemães, em conversações particulares, a mudar as suas atitudes, porque as coisas não podem continuar assim. A única maneira de superar o antagonismo explosivo, acumulado dentro do Bloco Oriental, é dar aos operários nacionais a liberdade de decidir de maneira soberana quais os métodos mais apropriados para o desenvolvimento socialista dos seus países. Isto em parte dependerá do ritmo do processo de desestalinização na própria União Soviética, que ainda está longe de ter atingido o seu auge. Mas desde já ficou demonstrado que o movimento comunista nacional pode vencer etapas nessa direção. Ele não desaparecerá enquanto os métodos stalinistas continuarem a ser empregados. E ele um legítimo produto do stalinismo. Só desaparecerá vencendo, quando a Comunidade Socialista, à base de direitos iguais dos seus componentes, for criada, como reabilitação formal do internacionalismo proletário, — o nosso aliado mais poderoso, na hora da luta final.

Nossa Revolução (*)

EROS MARTINS TEIXEIRA

III — AS ETAPAS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA. A ESTRATÉGIA E A TÁTICA.

Em toda revolução é indispensável que se focalize o problema do poder. Sempre se tratará de “quem substituirá a quem”; que classes, correspondentes ao vigente regime social, se cuida de deslocar da posição dominante; que classes tendem à tomada do poder; que novo regime se deseja estabelecer; que modificações são pretendidas para a velha estrutura. Tudo isto, sempre, tem de ser bem definido em tôdas e em cada uma das etapas de qualquer revolução.

Entender como se distribuem as classes de acôrdo com os seus interesses particulares e comuns; estabelecer um plano de forças sociais; distinguir que classes e camadas pretendem o poder para transformá-lo em um NOVO poder e quais as componentes do VELHO poder; eis os fundamentais problemas da ESTRATÉGIA da revolução.

Mas, para se estabelecer o plano estratégico de forças é necessário que se conheça antes de tudo e com profundidade a realidade social objetiva. É necessário que se compreenda e se perceba com clareza em que sentido as leis sociais objetivas tendem a mudar o regime. Trata-se, pois, de estabelecer com precisão as *etapas da revolução*. Assim, o conhecimento da realidade objetiva e a estratégia são inseparáveis.

Desejo destacar aqui uma tendência ultimamente observada: em nome do “anti-stalinismo”, e porque Stálin elaborou esquemas estratégicos errados (direção do golpe principal, determinada estratégia para os países atrasados em certos períodos, etc.) tenta-se liquidar com as distinções entre linha estratégica e medidas táticas, entre fases e etapas revolucionárias, entre o todo e a parte, como se tudo isto fôsse uma “criação” stalinista. Procurarei, de minha parte, evitar êstes extremos. E para os que, momentaneamente, não se recordam que se trata, justamente, de ensinamentos de Lênin, transcrevo estas suas simples frases diferenciadoras de fases e etapas:

“Em minha primeira “Carta de longe” (“a primeira etapa da primeira revolução”), publicada no “Pravda”, ns. 14 e 15,

de 21 e 22 de março de 1917, e também em minhas teses, determinei “a peculiaridade do momento atual da Rússia”, como fase de *transição* da primeira etapa da revolução à segunda”. (Cartas sôbre tática — Carta I. Marx, Engels e o Marxismo, pág. 353).

Como constatamos anteriormente, a vida nos ensinou não mais encarar as revoluções democrático-burguesas e socialistas como se estivessem separadas por um profundo abismo. Já na Revolução de Fevereiro na Rússia, a revolução democrático-burguesa trazia em seu bojo a revolução socialista que, encontrando aberto pela primeira o seu caminho, oito meses após também se concretizava. A dualidade de poderes — o poder central burguês de Kerenski, de um lado, e os soviets de operários, camponeses, soldados e marinheiros, por outro lado — mostravam claramente a divisão da hegemonia entre o proletariado e a burguesia, na primeira etapa da revolução russa, embora já favorável à classe operária. Lênin expunha esta sua concepção sôbre as revoluções com muita clareza:

“Quem coloque a questão sôbre o “término” da revolução burguesa *ao velho estilo*, sacrifica o marxismo vivo em holocausto à letra morta.

Segundo o velho estilo, *atrás* do domínio da burguesia pode e deve chegar o domínio do proletariado e do campesinato, sua ditadura.

Porém, na vida real as coisas resultaram *já de outro modo*: resultou um *entrelaçamento de um e de outro* em forma extraordinariamente original, nova e inaudita”. (obra citada, pág. 356).

Após a Revolução de Outubro, outras revoluções se sucederam no mundo, com novas características. Já Dimítrov assim definia a democracia popular, logo após a segunda guerra mundial, ao se referir à futura República da Bulgária:

(*) O presente trabalho teve sua publicação iniciada no número anterior, continuando e concluindo nesta edição.

“...não será uma República soviética, mas uma República popular na qual o papel dirigente será exercido pela enorme maioria da Nação: operários, camponeses, artesãos, intelectuais.” (O que será a nova república búlgara — Problemas, n.º 3).

E o economista soviético Eugênio Varga assim descrevia as novas democracias, em artigo traduzido no n.º 6 da revista citada e intitulada — “O que é a democracia de novo tipo”:

“Não é a ditadura da burguesia, nem tampouco a ditadura do proletariado”.

Na China Popular, a ditadura da democracia popular, a nova democracia ou a república popular chinesa (várias denominações para um mesmo regime ou um mesmo poder) foram o coroamento da revolução democrático-burguesa que se iniciara em 1911. Mas não foi uma revolução qualquer. Nela constatamos que na “etapa” democrática-burguesa estabeleceu-se um poder ditatorial de várias classes, de operários, camponeses, da pequena burguesia e da burguesia nacional, ditadura que não era outra coisa, senão uma NOVA FORMA de ditadura do proletariado. Eis como em 1940 Mao-Tse-Tung diferenciava a Revolução Chinesa:

“... a revolução democrático-burguesa da China sofreu uma transformação depois do desencadeamento da primeira guerra mundial imperialista de 1914 e a Revolução russa de 1917 que edificou um Estado Socialista em uma sexta parte do globo. Antes desses acontecimentos, a revolução chinesa entrava no marco da velha revolução democrático-burguesa mundial, da qual fazia parte: depois desses acontecimentos ela se transformou e pertence à nova revolução democrático-burguesa; e vista pelo ângulo revolucionário, ela forma parte da revolução socialista do proletariado. Por que? Porque a primeira guerra mundial e a primeira vitória socialista da Revolução de Outubro transformaram o curso da história mundial.” (La Nueva Democracia, pág. 66).

E mais adiante:

“Sua revolução não mais pertencerá ao domínio da velha revolução democrático-burguesa mundial. Os países coloniais e semicoloniais revolucionários já não podem ser considerados como aliados

da frente capitalista contra-revolucionária, mas sim como aliados da frente socialista e revolucionária mundial.”

É evidente que não tratamos de aplicar mecânicamente a experiência chinesa ou imitar os teóricos chineses na interpretação das etapas revolucionárias no Brasil. Ao contrário, é necessário estudarmos as novas circunstâncias internacionais já acentuadas no capítulo I e que, certamente, modificaram mais ainda o caráter das revoluções democrático-burguesas. E ainda mais, não podemos ignorar que a especificidade de cada país faz com que variem a estratégia e a tática revolucionárias.

Como é sabido, não temos um passado de grandes lutas camponesas. Por outro lado, embora num crescendo quantitativo e qualitativo, nosso proletariado não conseguiu ainda a liderança hegemônica, não constituiu até hoje uma sólida aliança com os camponeses, base indispensável não só da vitória final nesta primeira etapa, como da hegemonia desejada. Não está, porém, afastada a possibilidade, é claro, de vitórias táticas, parciais, de alguma fase ou fases, ainda nesta etapa, mesmo sem a participação das grandes massas camponesas, particularmente no que se refere às tarefas anti-imperialistas.

É até facilmente constatável o maior avanço na solução das tarefas antiimperialistas (que poderemos dizer — nacionalistas) do que das agrárias. Tudo nos indica ser possível — mas já aí com a indispensável colaboração da maior parcela de nosso povo, os camponeses — substituir esse governo heterogêneo, que representa o latifúndio e os interesses imperialistas, particularmente norte-americanos; esse poder que, embora já representando e defendendo a burguesia nacionalista e alguns fazendeiros mais progressistas, o faz debilmente; esse governo que não representa absolutamente a pequena burguesia, a classe operária e os camponeses; é viável, dizíamos, mudá-lo por um governo bem mais avançado, apenas representativo destas cinco últimas classes e camadas por último referidas.

Quanto à divisão esquemática como etapas distintas, da revolução de nossos dias e nos países atrasados e dependentes, em revolução democrático-burguesa e revolução socialista, julgo não mais corresponder à realidade e ela deva ser encarada sob novos aspectos, próprios da nova situação mundial e das particularidades de cada país. Não que elas ou suas tarefas características tenham deixado de existir. Apenas elas não mais existem isoladamente. Quanto aos aspectos antiimperialista e agrário da

revolução, penso que êles não devem também esquematicamente definir uma determinada e única etapa revolucionária, pois, mais acentuado ora um ora outro aspecto numa fase ou etapa, êles são e serão indissociáveis e caracterizarão, juntos, várias etapas, ou pelo menos algumas etapas.

Imagino ser possível dividir a nossa revolução em três etapas:

1.^a — REVOLUÇÃO NACIONALISTA, DE LIBERTAÇÃO NACIONAL OU NACIONAL-LIBERTADORA;

2.^a — REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICO-POPULAR e

3.^a — REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

Atravessamos no momento a primeira etapa da REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Para a vitória nesta etapa, finalmente, será decisiva a aliança entre as forças mais populares: os trabalhadores das cidades e do campo, e será imprescindível a formação, no processo da luta e não antecipadamente, de poderosa frente única da qual deverão participar, além da classe operária e dos camponeses, a pequena burguesia, a burguesia nacionalista e alguns setores de latifundiários.

O objetivo fundamental desta frente, e portanto da Revolução Nacionalista ou de Libertação Nacional, será o afastamento do governo das classes mais retrógradas que o compõem: dos agentes do imperialismo norte-americano oriundos de várias classes e camadas sociais; da burguesia especuladora e dos latifundiários mais reacionários. Contra êstes deverá ser dirigido, pois, o GOLPE PRINCIPAL. A razão de ser da luta será, enfim, a conquista do poder.

Não pretendo ignorar que na primeira, como nas demais etapas, na frente única formada, cada classe tudo desejará para si, o que não impedirá se aliarem para a tomada do poder. Certamente cada qual procurará “puxar a sardinha para o seu lado”, pois uma aliança não líquida, mas pelo contrário, aguça as contradições entre as classes que se aliam.

Será, porém, sempre dominante dentro da frente — se não disfarçadas as contradições internas existentes, mas sim superadas — o interesse comum de libertar o país da dominação estrangeira e levá-lo a formar junto aos demais países pacíficos, de impulsionar o seu desenvolvimento industrial, capitalista, mesmo

porque, conforme dizia Lênin de certos países: ...“a classe operária sofre não tanto do capitalismo como da insuficiência dêste último”.

Um outro problema é preciso ficar claro. Refiro-me à possibilidade que existe de as principais reivindicações da primeira etapa só virem a ser cumpridas totalmente na segunda ou terceira etapa. Uma etapa nunca leva à total resolução suas tarefas. A posterior sempre herda algumas delas ou parte delas.

Para se julgar da justeza do objetivo fundamental de nossa revolução em sua primeira etapa é necessário têmos em mente os ensinamentos da Internacional Comunista. Eis como êste organismo, em seu II Congresso, em 1920, depois de constatar que...

“... a dominação estrangeira freia constantemente o livre desenvolvimento da vida social.” (Atas Taquigráficas do II Congresso da I.C.).

...assim define o objetivo primordial das revoluções nos países atrasados e dependentes:

“... por esta razão, o primeiro passo da revolução nas colônias há de ser a derubada do capitalismo estrangeiro.” (Lugar citado. O grifo é meu — EMT.).

No que se refere à direção da revolução nessa primeira etapa, ela será conquistada pela burguesia nacionalista ou pelo proletariado, ou ainda por ambas, predominando, porém, quem, com maior sabedoria, souber conquistar o apoio das demais classes e camadas interessadas na revolução. Julgo não ser esta afirmativa simples convicção teórica, pois a prática da vida não nos tem mostrado outra coisa, senão esta disputa de liderança entre o proletariado e a burguesia nas revoluções democrático-burguesas, principalmente nas que têm tido, ultimamente, caráter de libertação nacional, como sucede no Egito, na Índia e noutros países.

Do ponto de vista dos interesses do proletariado, mesmo que suas forças não consigam mais do que dividir com a burguesia nacionalista a liderança, a superação dessa primeira etapa será um grande avanço na conquista futura do socialismo. E o maior ou menor avanço em uma segunda etapa dependerá do sucesso inicial e da influência do proletariado nessa primeira etapa, a qual poderá assim ser... “um trecho da estrada que nos conduzirá ao socialismo”, como se referiu com acerto Agildo Barata ao nacionalismo que, justamente, caracterizará o atual período revolucionário.

No que se refere à tática, deve ser ela estabelecida de momento, nas várias fases, pois é de momento a momento que ela poderá e deverá variar, dentro de uma mesma etapa. Já a estratégia, principalmente no que se refere à polarização das forças sociais distintas, permanecerá imutável dentro deste mesmo período. Quando as segundas vitórias táticas dialéticamente vierem a mudar a estratégia, acontece que elas, então, também terão mudado a etapa da revolução. Estaremos já entrando na 2.^a Revolução, na segunda etapa, mais avançada.

Tratarei neste estudo apenas de alguns problemas táticos, mas o farei em outro capítulo, especial.

IV — ALGUNS PROBLEMAS TÁTICOS.

Abordarei neste capítulo, como disse, apenas alguns problemas táticos, isto é, os que julgo de maior atualidade.

Da parte *subjetiva* do movimento revolucionário, dentre a *tática* e a *estratégia*, a primeira (ao contrário da segunda) é que muda durante determinada etapa da revolução. Suas grandes “viradas” correspondem a marcos precisos da etapa e caracterizam o que em linguagem revolucionária designamos por *fases*. A seqüência *quantitativa* de fases táticas levam a revolução à mudança *qualitativa*. Então, a “virada” é um pouco maior e a revolução é conduzida a uma *nova etapa*, para a qual *nova estratégia* deve ser estabelecida. Este momento é que sempre corresponde, simultaneamente, à queda e à tomada do poder, ou a sérias modificações em sua composição.

Eis o que, para mim, diferencia fases e etapas. Nas primeiras há mudanças táticas, apenas. Não há necessariamente alterações na composição de classes do poder e das componentes da frente única. Já as segundas se caracterizam por transformações estratégicas (composição de classes e camadas) na frente única e, posteriormente, no poder. Estes são velhos ensinamentos leninistas, como podemos constatar:

“A passagem do Poder de Estado das mãos de uma às mãos de outra *classe* é o primeiro traço, o principal, o fundamental da *revolução*, tanto no significado rigorosamente científico, como no político-prático deste conceito.” (Marx, Engels e o Marxismo, pág. 354 — Cartas sobre tática).

E ainda quando Lênin, categórico, define o problema fundamental de toda revolução:

“O problema fundamental de toda revolução — diz ele — é o problema do Poder de Estado. Sem compreender claramente isto, não será possível intervir conscientemente na revolução, nem muito menos dirigí-la.” (Obras Escolhidas — A dualidade de poderes, pág. 17).

Como sabemos, a tática refere-se às *formas de organização*, às *formas e tipos de lutas*; refere-se às *palavras de ordem* no movimento, diz respeito também à “*linguagem*” falada entre a vanguarda (os Partidos Comunistas) e as massas. Estes são ensinamentos para os quais, de fato, Stálin contribuiu, embora somente “*trocando em miúdos*” a teoria e a prática leninista da revolução, ensinamentos que, em nome da luta contra o *culto da personalidade* (erro que do ponto de vista dos princípios é secundário, pois é consequência de um mal maior: a infração do *princípio da direção coletiva*), não devemos de maneira alguma desprezar.

Mesmo despreziosamente, como desejo abordar alguns aspectos táticos da primeira etapa de nossa revolução, foi-me imprescindível precisar a terminologia revolucionária e definir termos, para que os conceitos por mim emitidos fossem perfeitamente entendidos. Assim tentei fazer, embora alongando-me um pouco mais.

Vejamos os problemas táticos:

1.º) O “*caminho pacífico*” da revolução brasileira.

Uma coisa que precisa ser esclarecida pelos que defendem esta tese diz respeito a “relativamente a quando” se referem à possibilidade da vitória pacífica da revolução brasileira. A que etapa ou a que “fase” se referem? Significa que conseguiremos um governo nacionalista, democrático-popular ou socialista por via pacífica? Ou apenas um ou outro destes? Ou tão-somente se avançar alguns passos, ultrapassar algumas fases, no caminho da conquista de um poder, de um governo nacionalista? Esta última hipótese, aliás a única viável, é a que me parece defendida, embora sem clareza de limites, pelos teóricos da solução pacífica. Mas neste caso não poderão generalizar uma possível experiência tática de uma ou mais fases para toda a revolução, para toda a etapa. Ainda eu diria com Lênin: “confundem-se duas questões de caráter completamente distinto: nossa par-

ticipação em uma das fases da revolução *democrática* e a revolução socialista.”

Não julgo possível à classe operária alijar do poder as classes retrógradas dominantes e dêle participar, sem antes encontrar violentas resistências. Além dos argumentos que anteriormente apresentei, penso que a modificação na correlação de forças, para passar a ser favorável a nosso povo (condição indispensável da vitória, *principalmente* pacífica) será conquistada sem os aplausos e sem o beneplácito das classes dominantes. Nosso povo encontrará certamente a violência — pois isto é que ensina a história — e não seremos necessariamente pitonisas se admitimos para o futuro inclusive a “luta contra o invasor... norte-americano”.

Só numa hipótese seria aceita como certa para nós a via pacífica para a tomada do poder: se aguardássemos a derrocada do imperialismo no mundo. Neste caso, embora não obrigatória, mas possivelmente, outros teriam lutado por nós. Para alguns países da Europa, da Ásia ou mesmo da África, poderá ser possível a vitória popular sem violências; isto porque podem eles se encontrar numa posição em que, usando um termo técnico de física no referente ao equilíbrio de forças: o seu “momento” na balança internacional seja igual ou maior que o da reação. Isto possibilitará manter uma estabilidade, um equilíbrio de forças internamente, ou uma vantagem que, por sua vez, tornará viável o caminho pacífico. Não será, porém, de todo absurdo se prever em alguns casos (particularmente na Europa) que os povos, em lugar da conquista do poder, provoquem a guerra mundial. A debilidade resultante de certas “facilidades” na conquista do poder e na construção do socialismo, ou um sucesso pacífico temporário, poderão levar à contra-ofensiva os inimigos. A Hungria é um exemplo gritante disto e de que o imperialismo nunca se conforma com as derrotas. Lá, aproveitando-se dos sérios erros cometidos, a reação agiu com eficiência e habilidade, servindo-se, inclusive, dos justos movimentos operários e populares. Só o auxílio militar soviético pôde vencer a contra-revolução, por um preço, é verdade, difícil de se avaliar como compensador, pois, se foi conseguida a manutenção do socialismo em um país em particular (e um duvidoso socialismo), abalou-se o prestígio do socialismo em geral, porque, justamente, se comprometeu o país que mais se deveria preservar dos ataques inimigos, a União Soviética. Valorizou-se mais o *particular* que o *geral* na luta de classes internacional.

2.º) A fase de ACUMULAÇÃO DE FÓRÇAS na primeira etapa.

O reforçamento por nós da burguesia nacionalista que já participa do poder; o desmascaramento das classes reacionárias e de seus representantes no governo; o fortalecimento de toda aliança com outras classes sociais no sentido de pressionar de fora o governo e forçá-lo a caminhar num sentido progressista; a participação em tôdas as batalhas reivindicatórias que possam trazer vitórias populares e das massas, constituem para a classe operária fases de *acumulação de forças* e preparatórias para a batalha maior que será inevitável: a retirada do poder das classes dominantes, já bem caracterizadas. Isto é a instituição de um governo composto pelas classes participantes da frente única (operários, camponeses, pequena burguesia, burguesia nacionalista e alguns setores de latifundiários interessados em nossa emancipação, pelo menos no que se refere à política exterior), constituirão o objetivo da primeira etapa da revolução que só será conquistada por todo o povo, incluindo-se a sua maior parcela, os camponeses. Já as fases de acumulação de forças não necessitarão obrigatoriamente do apoio decisivo de todo o campesinato; não necessitarão de prévia constituição de uma sólida aliança operário-camponesa. Esta justamente se forjará no processo das lutas, com a obtenção de vitórias em várias fases revolucionárias e na medida em que a classe operária ajude a seus irmãos do campo a obter as suas reivindicações próprias. Não se propugnará, mesmo em toda a primeira etapa e quiçá na segunda, por radical *reforma agrária*, mas por algumas modificações da estrutura.

Nosso proletariado e nosso povo, apesar das grandes qualidades que possui, tem um grande defeito: sua desorganização. Também o tem o restante de nosso povo. Além dos sindicatos que, apesar de liderarem importantes lutas grevistas, somente congregam uma parcela dos que trabalham, também nosso povo é, nesse sentido, inexperiente e pouco dado ainda à organização. É ainda o “caudilhismo” que aproxima — e não organiza — os filiados dos partidos trabalhistas, populistas ou operários.

No campo, são poucas as organizações existentes. As uniões e associações de lavradores não são numerosas, como também não são as verdadeiras cooperativas agrícolas. Infelizmente, em grande parte dos municípios, o padre, o médico e o “coronel” ainda dirigem nossos crédulos “roceiros”.

No que se refere às mulheres e aos jovens, só êstes últimos, assim mesmo particularmente os estudantes, estão organizados e, justiça seja feita, suas entidades são bem eficientes nas lutas pelas reivindicações próprias e nas campanhas patrióticas que entusiástica e realmente nossos estudantes lideram.

Assim, nosso povo não pode ir neste momento às mais altas formas de lutas, além de greves econômicas ou mesmo políticas e de algumas outras manifestações. Atuando em frente única que precisará forjar e ampliar, estará nosso povo cuidando sempre de se organizar, preparando-se para formas de lutas futuras, mais elevadas.

3.º) *As formas de lutas.*

As circunstâncias é que deverão determinar as formas de lutas. A *eleitoral* merece ser especialmente citada, não só pela sua importância como pela proximidade das eleições. Outras formas tradicionais e eficientes nunca poderão ser subestimadas mas, pelo contrário, elevadas a primeiro plano, como as greves econômicas e políticas, o que nos obriga mesmo a dar maior destaque à LUTA SINDICAL, porque, sem ela, qualquer luta nacionalista perderá o exato conteúdo de classe e todo caráter verdadeiramente revolucionário. É necessário, porém, rever cientificamente nossa orientação sindical, não só nacional, como internacionalmente.

4.º) *As formas de organização.*

São as formas de organização uma função direta das formas de luta. Como dissemos, são os sindicatos as organizações da classe operária próprias para as suas lutas, pelo menos econômicas. Porém, só a vida poderá nos indicar quais os melhores tipos de organização para as lutas do restante de nosso povo.

Na luta política, a frente única, a FRENTE POPULAR NACIONALISTA deverá congregiar todo o povo. De acôrdo com as formas que deverão tomar as lutas, algumas frentes restritas, dentro ou paralelamente à frente mais ampla, se destacarão, como já o vem fazendo a FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA que, se tiver ampliada a sua influência a tôdas as câmaras legislativas, estaduais e municipais, dará outro conteúdo ao MUNICIPALISMO, tomará uma importância imensa e refletirá com fidelidade as aspirações do povo brasileiro.

Quanto à juventude, penso ser desaconselhável a manutenção ou criação de organizações

de *massas e ilegais*, pois estas duas qualidades, se não incompatíveis, pelo menos são difíceis de se combinar. Aliás, me parece, assim pensam também os nossos jovens comunistas, quando opinam decididamente pela dissolução da U.J.C.

5.º) *O papel das forças armadas e o sentimento nacionalista de nossa oficialidade.*

Nossa oficialidade tem tradição progressista, tendo sofrido certa influência positivista. Sua atuação anti-escravagista, quando se negava a ser "capitão do mato", sua participação nos vários episódios históricos, onde foi decisiva na maioria das vezes, como na recente "manifestação de novembro", denominada ainda de "retôrno aos quadros constitucionais", para só citar a última, permitiu demonstrar serem também nossas forças armadas, particularmente a oficialidade do Exército, um poderoso destacamento de vanguarda na luta nacionalista, contra o imperialismo e pela nossa total independência.

Eis uma grande garantia para a vitória, principalmente quando admitimos a violência por parte das classes dominantes para se perpetuarem no poder. O povo brasileiro deve prestigiar e apoiar essa força e com ela se irmanar, porque dêle ela faz parte.

6.º) *As palavras de ordem, os "slogans".*

Evidentemente que algumas palavras de comando para o povo deverão ser popularizadas. Quer de ação, quer de propaganda ou agitação, elas definem posições. A palavra e a ação, combinadas, diferenciarão nossa política de uma política ôca, de simples jargões.

"Slogan" que necessita no momento ser divulgado, porque traduz nossa posição em relação às duas forças políticas que atuam decisivamente no panorama nacional, definindo os que desejam entregar nossa Pátria ao imperialismo e os que querem defendê-la, é esta *palavra de ordem* que indica ação firme em dois sentidos:

Todo o poder aos NACIONALISTAS!
Fora do govêrno os ENTREGUISTAS!

V — O PROGRAMA MÍNIMO. SUA PLATAFORMA.

Uma vez esclarecida a etapa da revolução, para o que é imprescindível o conhecimento da

realidade objetiva, aí subentendidas as reivindicações de todos os aliados da frente única uma vez definida a linha estratégica e tática — e tudo isto faz parte de um programa — é que poderemos pensar em colocar em letra de fôrma, em definir numa plataforma, concretamente, tôdas aquelas reivindicações que serão apenas limitadas pelo âmbito da sua correspondente etapa. Estas aspirações serão a expressão das realistas leis sociais que no momento atuam. O processo da resolução das contradições, das tarefas, que, como vimos, poderá penetrar pela etapa subsequente, será o próprio motor de nossa história.

Eis em que se resumirá nosso PROGRAMA MÍNIMO: na determinação da primeira etapa revolucionária, com sua estratégia e tática; e na consubstanciação das concretas reivindicações da frente única, das classes e camadas sociais que a compõem, na elaboração de sua PLATAFORMA na mesma etapa.

O PROGRAMA MÁXIMO será o programa da última etapa histórica da revolução, a expressão dos últimos choques antagônicos das lutas de classes em nosso país, será o programa do socialismo, que seria sectário se defender como objetivo imediato em qualquer outra etapa, mas cujos fins, em qualquer delas, será justo e é mesmo um dever dos Partidos Comunistas e dos comunistas propagarem.

Claro está que poderão existir programas médios se etapas médias existirem. Aqui ficou afirmada a existência prevável de, pelo menos, uma etapa média: a democrático-popular. E um programa que hoje é considerado médio, amanhã será um programa mínimo, porque o atual mínimo, então, já terá sido superado.

Somente uma profunda discussão popular, de toda a frente única, poderá completar com minúcias nosso programa mínimo atual. As linhas gerais de sua plataforma que se enquadram em quatro pontos: LIBERTAÇÃO NACIONAL, PAZ, LIBERDADES DEMOCRÁTICAS e MELHORIA DE VIDA — podem ser expressas assim:

1.º — Conquista de um govêrno que represente os interesses gerais e imediatos do proletariado, dos camponeses, da pequena burguesia, da burguesia nacionalista e de alguns fazendeiros latifundiários, interessados na ampliação de nossos mercados;

2.º — Execução de uma política exterior independente do imperialismo, particularmente o

norte-americano. Reatamento de relações diplomáticas com todos os países do campo socialista;

3.º — Ampliação de nosso comércio exterior; comércio com todos os países;

4.º — Garantia das liberdades democráticas (direito de organização, liberdade de imprensa, de reunião, de palavra, de greve, etc.) Legalidade para os comunistas e suas organizações políticas. Direito de voto a analfabetos, soldados e marinheiros. Igualdade para as minorias nacionais;

5.º — Melhoria da legislação trabalhista e de salários para a classe operária e os trabalhadores em geral;

6.º — Aplicação da legislação trabalhista para os assalariados no campo. Estímulo e apoio às cooperativas e associações de lavradores. Segurança oficial de preços para os produtos da lavoura e garantia oficial de seus preços internos. Política exportadora de estímulo à produção agrícola. Maiores garantias para os arrendatários, com prorrogações compulsórias dos prazos de arrendamentos. Distribuição gratuita aos lavradores das terras devolutas do Estado e execução de certas desapropriações territoriais, com ou sem indenização e de acôrdo com a posição dos latifundiários em relação à revolução;

7.º — Imediata paralização da carestia com fixação de preços para as mercadorias de primeira necessidade e eliminação de intermediários atravessadores

8.º — Aplicação de medidas anti-inflacionárias. Estímulo à produção e ao comércio com aumento de crédito e combate ao comércio especulador;

9.º — Criação de crédito popular a longo prazo, para aquisição de habitação;

10.º — Melhorias para o funcionalismo público. Reorganização da administração pública visando maior aproveitamento do funcionalismo e maior rendimento nos serviços públicos;

11.º — Efetivação da gratuidade do ensino primário em todo o país. Liquidação do analfabetismo;

12.º — Levar a incidência dos impostos mais pesadamente sobre os lucros extraordinários, visando maior arrecadação e mais atenuada para aqueles que mais diretamente incidem sobre o povo;

13.º — Execução de medidas protetoras da indústria nacional em relação aos investimentos estrangeiros. Reforma tarifária e cambial, protetora de nossa indústria estatal ou privada;

14.º — Nacionalização de certas empresas norte-americanas, de interesse nacional e social;

15.º — Estimular ao máximo o desenvolvimento de nossa indústria básica, dos monopólios de Estado já existentes: Petrobrás, Eletrobrás, empresas siderúrgicas, etc. Estímulo e proteção aos demais ramos industriais, que deve ser livre à iniciativa privada.

Muito desejaria aprender com os estudiosos e especialistas, com os que se dedicam aos estudos filosóficos, sociais, políticos e econômicos, sobretudo estimaria ouvi-los sobre as coisas aqui por mim mal explanadas e defendidas. Para isto merecer, mas que não ignoro ser insuficiente, e como uma modesta contribuição pessoal ao renascente e renovador movimento marxista brasileiro, sem outras pretensões dei à publicidade êstes meus estudos.

Rio, julho de 1957

ERRATA:

Tendo a primeira parte dêste trabalho, publicado em nosso primeiro número, saído com algumas incorreções gráficas, anexamos, então, as retificações devidas:

Na pág. 23, 2.ª coluna, 3.ª e 4.ª linhas, ao invés de: também, o surgimento — leia-se: também, em muitos dêles, o surgimento.

Pág. 25, 2.ª coluna, nas 25.ª e 26.ª linhas, excluir a frase: no que se refere à exportação.

Na pág. 26, 1.ª col., na 28.ª linha, onde se lê: o número — leia-se: o do número. Idem, 2.ª col., na 30.ª linha, onde se lê: devido à força — leia-se: por força.

Na pág. 27, 2.ª col., 3.ª linha, onde se lê: o tendando — leia-se: e tentando. Idem, idem na 4.ª linha, leia-se: com o objetivo — e não como está: no objetivo.

Na pág. 28, 1.ª col., na 5.ª linha, exclua-se a palavra: que. Na linha seguinte, onde se lê: nacionalista é — leia-se: nacionalista que é. Na mesma pág. e col., na 40.ª linha, ao invés de: duas — deve ler-se: delas.

Na pág. 29, 2.ª col., na 38.ª linha, onde se lê: pacificamente. Se elas — leia-se: pacificamente, se elas.

O Caráter Socialista da Revolução no Brasil

LUIZ ALBERTO

Colocar o problema do desenvolvimento nacional do Brasil em termos de aliança do proletariado com a burguesia é retroceder diante da revolução e do socialismo. A luta contra os trusts e monopólios internacionais deve ser dirigido do ponto de vista de classe, ou seja, do proletariado contra o sistema geral de exploração capitalista.

O crescimento da produção industrial, no Brasil, supera de muito o crescimento da produção agrícola. A burguesia está no poder e as relações de produção capitalistas, dominantes, embora o atraso de grandes setores da economia nacional, que progride de forma irregular, desigual e combinada, definem o caráter eminentemente socialista do processo da revolução no Brasil.

A IMPOTÊNCIA DA BURGUESIA E O PAPEL DO ESTADO

A burguesia mostra-se impotente para levar avante, de per si, as suas realizações no campo industrial e agrário. O Estado é, dessa forma, chamado a desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento nacional. A sua intervenção na economia cresce, em ritmo acelerado, ou através de empreendimentos diretos nas atividades industriais ou incentivando e orientando iniciativas privadas, com subsídios e financiamentos.

Os grupos da burguesia, chamados "progressistas", são precisamente aqueles que, por fraqueza e incapacidade para competir com os alimentados pelo capital imperialista, vivem à sombra do Estado. A prova disso é que, quando combatem a exploração do petróleo pelas firmas estrangeiras, não a reclamam para si, mas, para o poder público.

INTERESSES REAIS DA CLASSE OPERÁRIA

Resta, no entanto, saber quais são os reais interesses da classe operária no processo do desenvolvimento nacional. Lutar pelas suas reivindicações específicas, como ponto de partida para o programa da revolução, ou fortalecer o Estado da burguesia, numa hora de crise mundial do ca-

pitalismo? Os marxistas não podem perder de vista a conjuntura econômica na qual se integra o Brasil.

O Brasil está intimamente ligado aos Estados Unidos por laços históricos, geográficos, políticos e econômicos, o que lhe dá dos mais decisivos papéis, pela sua localização estratégica, no movimento operário internacional. Uma revolução, aqui, não só poderia arrastar todo o continente sul-americano para o socialismo, como, também, produziria profundos reflexos no seio da classe operária norte-americana.

PERIGO DE DITADURA BONAPARTISTA

Uma das tarefas fundamentais, no momento, é, por conseguinte, a organização e a formação da consciência de classe para si no proletariado. Essa tarefa só se realizará, portanto, à base de uma luta por suas reivindicações específicas e não de "slogans" nacionalistas, que só podem confundí-lo ainda mais e agravar os prejuízos que lhe causaram anos e anos de colaboracionismo getulista e stalinista.

Essa política de alianças e de conchavos, com a burguesia à testa do movimento, põe em evidência o perigo de uma ditadura bonapartista, demagógica, de direita, em face da mentalidade nacionalista criada num proletariado sem tradições de lutas, formada pela propaganda malsã do Partido Comunista e pela carta-testamento de Getúlio Vargas, que escreveu quando de seu suicídio, a 24 de agosto de 1954.

A ÉPOCA DOS KERENSKIS JÁ PASSOU

O nacionalismo do Partido Comunista foi consequência de uma orientação submissa aos interesses episódicos da diplomacia soviética em detrimento dos interesses gerais da revolução proletária, representando concessões a tendências pequeno-burguesas, à mistificação do paternalismo político, próprio dos países atrasados, que podem constituir o esteio para uma ditadura militar e reacionária, sustentada, economicamente, pela propriedade estatal capitalista.

No Brasil, a época dos Kerenskis já passou. A revolução, na Bolívia, — país ainda mais subdesenvolvido, — veio demonstrar o fracasso das frentes nacionalistas de alianças com a burguesia. Lá, os problemas fundamentais das massas continuam por se resolver, o que só será possível com o impulso da revolução para os campos do socialismo. A burguesia de Paz Estensoro e Ziles Zuazo, que esteve à frente do movimento de 1953, cedeu, após a tomada do poder, à pressão do imperialismo.

O MUNDO ESTÁ MADURO PARA O SOCIALISMO

Na Bolívia, porém, onde as forças da revolução se desencadearam, a crise é permanente e não terá solução dentro dos quadros democrático-burgueses. Mas, não só a Bolívia se encontra em tal situação. As revoluções estão fermentando, com maior ou menor intensidade, em todos os países da América do Sul. A América do Sul é um barril de pólvora. O Oriente e a África do Norte já explodiram.

Não se deve alegar o atraso dos países latino-americanos para afastar ou adiar a idéia do socialismo. O mal, no Oriente Médio e na África do Norte, é que os levantes nacionais vêm sendo liderados pela burguesia, que faz, em certos casos, o jôgo inter-imperialista, em favor dos Estados Unidos contra a Inglaterra e a França. Nasser é uma constante ameaça da reação. O mundo, entretanto, está maduro para o socialismo.

A REALIDADE SUPERIOR DA ECONOMIA MUNDIAL

O capitalismo, criando um mercado e uma divisão do trabalho acima das fronteiras, preparou o conjunto da economia mundial para o socialismo. É bem verdade que essa transformação revolucionária se concretizará, entretanto, de acôrdo com o ritmo industrial de cada país, podendo, em determinadas condições, nos mais atrasados, a classe operária chegar ao poder antes que nos demais. Isto se dá em consequência de haver uma realidade superior: a economia mundial.

Há entre os diversos países uma interdependência que amarra os destinos de um aos destinos do outro. O Brasil, por exemplo, está entrelaçado com os Estados Unidos de tal sorte que, no caso de uma revolução aqui vitoriosa, esta, certamente, provocaria a ruptura do equilíbrio nas relações políticas internacionais, mesmo se fôsse esmagada pela intervenção militar. A existên-

cia, todavia, de vários países no caminho do socialismo não só dificultaria a repressão armada do estrangeiro como, também, evitaria a degenerescência da revolução pelo isolamento e pelo cêrcio imperialista.

EDIFICAÇÃO DO SOCIALISMO EM ESCALA INTERNACIONAL

O proletariado poderá chegar ao poder no Brasil, embora a edificação ulterior do socialismo dependa da revolução nos outros países, particularmente na América do Sul. É de se prever, todavia, que a insurreição, deflagrada no momento oportuno, seria vitoriosa no Brasil, rompendo as relações de forças entre as diversas potências e abalando, profundamente, os alicerces do sistema capitalista internacional.

No mundo inteiro, as massas começam a ter consciência da necessidade do socialismo. Nos Estados Unidos, onde a classe operária carece de politização, o curso objetivo da história, como consequência do mais alto grau a que atingiu a sua evolução econômica, criou um poderoso movimento sindical e as condições necessárias para que, aguçando-se a crise e surgindo uma vanguarda revolucionária, possa ser expropriada a burguesia.

A CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

A agitação em que vive a classe operária, no Brasil, põe em xeque a frente nacionalista. As reivindicações salariais e as greves, em número crescente, rompem, a todo momento, o pacto com a burguesia. A espiral da inflação gira vertiginosamente. As massas sentem que o capital explorador é um só — seja do Estado ou dos particulares, estrangeiro ou nacional.

A classe operária, que, em 1945, emergiu dos anos de ditadura, mais forte e mais robusta, embora embriagada pelo paternalismo político, representa, atualmente, uma poderosa base na política brasileira, pela conquista da qual lutam os diversos grupos, tanto da esquerda quanto da direita. Mas o impulso de suas reivindicações choca-se com os limites das lideranças partidárias. Prestes, hoje, não ousaria aconselhar, francamente, que o proletariado “aperte o cinto na barriga e evite as greves”.

NACIONALISMO — EXPRESSÃO DEFORMADA DA REVOLTA

A onda nacionalista é uma expressão deformada e pequeno-burguesa da revolta coletiva. O

que é preciso, no entanto, é transformá-la num movimento geral de cunho e de objetivos socialistas. A defesa nacional é uma tarefa que não compete ao proletariado. Defender o que? — A Burguesia. O Estado da burguesia. A pátria da burguesia. — Essa política leva, infalivelmente, à derrota da revolução e do socialismo.

A revolta contra os trusts e monopólios estrangeiros deve ser orientada no sentido de um levante contra o sistema geral de exploração capitalista. Não será pelo nacionalismo que o proletariado se libertará das correntes que o esmagam. Ao contrário. “No interesse da pretensa riqueza nacional, buscam-se os meios de estabelecer, artificialmente, a pobreza do povo” (Marx — “O Capital”, cap. XXV, vol. I).

POR UM PROGRAMA DE TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

A política de nacionalizações pelo Estado burguês, se bem que, em determinadas condições, possa e deva ser apoiada, implicaria, se possível fosse a sua completa e real efetivação, no retardamento do movimento socialista. O Estado é um instrumento de opressão de uma classe sobre outra. E se o Estado burguês nacional tivesse forças para concretizar as nacionalizações, de um lado, não tiraria o Brasil da esfera de influência do **dollar** nem do domínio dos Estados Unidos e, do

outro, imprimiria uma grave derrota ao proletariado.

Assim como a concorrência deu lugar ao monopólio, as disputas inter-imperialistas abriram as portas para a hegemonia dos Estados Unidos sobre as diversas potências. Vence o maior capital. Triunfa o Estado mais forte. A Inglaterra e a França já não são adversários. O capitalismo no Brasil, como em todos os países atrasados, não tem futuro. E o que cabe à classe operária é lutar por um programa de transição para o socialismo.

NO CAMINHO DO PODER

Esse programa deverá constituir-se de reivindicações específicas das massas trabalhadoras, — escala-móvel de salários, controle dos lucros patronais, central sindical, reforma agrária, — preparando a transformação revolucionária do socialismo. Esta só se realizará com a tomada e a destruição do poder político da burguesia pelo proletariado militante.

É necessário, todavia, compreender as exigências da situação. No momento só pode ser lançado um programa de reivindicações mínimas, um programa socialista, que conduza o proletariado, orientando-o e educando-o numa luta de classe aberta contra toda a burguesia, à frente das outras camadas da população do campo e da cidade, no caminho do poder.

SÔBRE FRENTE ÚNICA NO BRASIL

No trabalho de A. Guedes, estampado no número anterior — “Algumas Idéias Sôbre Frente Única no Brasil” — verificou-se um erro tipográfico que eliminou todo um trecho, mutilando dessa forma o pensamento do autor.

Assim é que, na pág. 31, 1.^a coluna, linhas 18 a 19, depois da palavra “imperialismo”, deve-se ler o seguinte “... e contra os restos feudais no campo.

Parece-me que se criam, no momento atual, condições objetivas para um tal governo: de um lado, o choque dos interesses da burguesia nacional com o imperialismo norte-americano; de outro lado, o aumento da força do proletariado e das massas trabalhadoras em geral.”

Fatores Estruturais e Conjunturais do Desenvolvimento do Capitalismo de Estado no Brasil

ARMANDO LOPES DA CUNHA

Nos últimos anos, é patente a tendência ao crescimento da formação capitalista de Estado na economia brasileira. Trata-se de um, fenômeno fortuito e temporário ou de uma tendência duradoura, decorrente do jôgo mais profundo das variáveis que atuam no processo de desenvolvimento econômico? A resposta a esta pergunta impõe um breve exame dos móveis e das características do processo de desenvolvimento que o país atravessa.

Históricamente, o Brasil se formou como país que participava da divisão internacional do trabalho como fornecedor de produtos alimentícios e de matérias primas aos países mais adiantados, que já haviam ingressado na fase capitalista de desenvolvimento, fase em que a indústria assume a função de força dirigente e dominante de toda a economia. Tal quadro, que configura o caráter colonial com que se desenvolveu nossa economia durante séculos, significava que só o comércio exterior permitia a organização no Brasil de atividades econômicas de importância. Essas atividades variaram — quanto à cultura ou produtos extrativos predominantes — de acordo com as mudanças ocorridas nas condições de produção e de comércio, em escala mundial. A importação supria o consumo interno de bens manufaturados e dos produtos agrícolas cuja demanda não era satisfeita pela lavoura de subsistência, que se mantinha em torno das absorventes monoculturas de exportação. Durante o século XIX, devido de um lado ao crescente consumo mundial e, de outro lado, às excepcionais condições que a cultura encontrou na região centro-sul do país, o café se tornou o principal produto de exportação.

Esse tipo de entrosamento do país com a economia mundial favorecia o desenvolvimento das relações mercantis e, além disso, parece ter oferecido ao Brasil vantagens relativas, durante certo período. Permitia-lhe desfrutar, em escala maior do que seria possível com produção própria, dos produtos criados pela indústria das nações mais avançadas. De fato, a criação e expansão da indústria entre nós tinha como con-

dição preliminar a ampliação do mercado interno até os limites mínimos que a tornassem economicamente vantajosa. Mas, embora necessária, esta condição não seria ainda suficiente para determinar um surto industrial significativo. Embora seja esse um problema que exija investigação própria e cuidadosa, pode-se admitir, teoricamente, que o desenvolvimento industrial pressupunha também o desaparecimento das vantagens que adinham ao país da tradicional estrutura de trocas externas (1). Parece que foi exatamente o que se deu e isto em consequência de três fatores principais: 1) as variações na oferta, no mercado internacional, dos bens importados pelo Brasil; 2) a deterioração das relações de trocas entre os bens importados e exportados; 3) o reflexo da conjuntura internacional sobre os nossos produtos de exportação, particularmente o café.

Os momentos de profunda perturbação no sistema internacional de trocas, ocorridos por ocasião da primeira grande guerra, durante a crise de 1929-32 e quando da II guerra mundial, levaram a momentos agudos de não satisfação da procura nacional de produtos manufaturados e condicionaram, conseqüentemente, os três primeiros surtos industriais no Brasil.

Quanto aos outros dois fatores referidos, exerceram eles influência menos espetacular, contudo mais permanente, no sentido do desenvolvimento do parque industrial brasileiro. De fato, a constante deterioração das relações de troca internacionais em detrimento dos nossos produtos exportáveis diminuía relativamente nossa capacidade para importar. Era a consequência inevitável da especialização polarizada da economia mundial, que beneficiava os países avançados, onde se desenvolvia a indústria, de produtividade mais elevada. Assim, e nas condições de paulatina ampliação do mercado interno, provocada pelo desenvolvimento da econo-

(1) Ver a respeito o trabalho de Jazek Stanovnik: "A Unidade da Economia Mundial, in QUESTIONS ACTUELLES DU SOCIALISME, n.º 39, 1957.

mia mercantil, exercia-se pressão constante e crescente no sentido da instalação de indústrias no Brasil.

A crise persistente em que entrou a cultura cafeeira no Brasil a partir dos anos 20 veio acentuar esse fenômeno. Realmente, os preços do café entram em baixa prolongada, em consequência da superprodução que se formara ao antigo nível de preços. As reservas mundiais cresceram até alcançar o nível de 2 milhões 214 mil toneladas em 1931, mantendo-se ainda em nível muito elevado nos anos posteriores⁽¹⁾. Quanto aos preços, só depois da II guerra voltaram aos níveis de 1922. O caráter persistente e prolongado desta crise terminou por desestimular novas expansões da cultura cafeeira, ao tempo que incentivava a inversão dos recursos acumulados pelos fazendeiros do café em outros setores. Por outro lado, a crise do café diminuía ainda mais nossa capacidade para importar, estimulando a instalação de manufaturas.

A conjugação de todos esses fatores levou realmente à expansão do parque industrial brasileiro, sobretudo nas indústrias leves. Caracteristicamente, a indústria paulista nasce vinculada aos fazendeiros de café. Esse desenvolvimento conservava no entanto um caráter precário e não rompia a estreita dependência de nossa economia em relação à conjuntura internacional. Essa a razão pela qual muitas indústrias que surgiam sob o influxo de dificuldades momentâneas de importar determinado produto, desapareciam uma vez superados os estímulos conjunturais que as haviam gerado. De qualquer modo, porém, formava-se uma indústria, incipiente mas que crescia, e seus representantes passaram a exercer influência sobre o aparelho estatal, influência essa que tendia e tende a se acentuar com o correr do tempo.

Foi nos quadros desse tipo de desenvolvimento que começaram a surgir as primeiras formas de capitalismo de Estado, na década de 1930. Assim, ao fracassarem certos negócios especulativos de capitalistas que viviam à sombra do aparelho estatal e que conseguiram financiamentos oficiais através de influência política, o Estado encampava o acervo, assumindo a responsabilidade de operar o estabelecimento. É o caso de muitas das empresas incorporadas ao patrimônio da União, da própria Acesita, mais recentemente, e de umas tantas mais. Muito nos aproxima do capitalismo de Estado também a transferência para o Estado de companhias e estradas de ferro pertencentes ao capital estrangeiro e tornadas deficitárias em virtude da deterioração das relações de troca e do distanciamento crescente das zonas de produção em relação aos portos, gravando sobremaneira os custos

dos transportes. Outro caminho intervencionista que chega às raias do capitalismo de Estado e se confunde mesmo com ele é o da criação de institutos para resguardar o equilíbrio estatístico produção-consumo, ou defender da ruína, de outro modo irremediável, regiões inteiras do país. O do Açúcar e do Alcool é talvez o mais típico, embora seu papel não se limite a isso.

Essas formas de capitalismo de Estado predominaram, possivelmente, até por volta de 1945, embora subsistam até hoje. Não brotavam elas, em absoluto, da necessidade de o Estado impulsionar o desenvolvimento econômico, elemento que parece diferenciar as formas que começam a surgir com Volta Redonda.

Terá efetivamente outro caráter o capitalismo de Estado que surge ultimamente e que se torna predominante no após-guerra? Haverá razões econômicas que justifiquem tal interpretação?

Parece-nos que surgem realmente diferenças entre o capitalismo de Estado oriundo do período anterior e o que está surgindo de há cerca de quinze anos para cá. Aparentemente, a razão de ser dessa mudança deita raízes no conteúdo novo do processo de desenvolvimento econômico nacional após a segunda guerra. Vejamos as linhas gerais desse aspecto da questão, pois, para bem compreender o processo de desenvolvimento, não basta medi-lo, mas é preciso verificar *de onde* parte e *como* se processa ele. Alguns grupos de causas parecem contribuir principalmente para a mudança referida.

Antes de mais nada, temos o fenômeno de os países de economia complementar se verem privados de mercados, desmoronando-se com isso a divisão internacional do trabalho que surgiu com o capitalismo e que, em fins do século XIX, se estendera a todo o mundo, estabelecendo a unidade da economia mundial. Devido a seu caráter polarizado, era uma estrutura insustentável a longo prazo, em virtude da constante deterioração das relações de trocas internacionais em detrimento dos países subdesenvolvidos, como já vimos para o caso brasileiro. No segundo quartel do século XX, porém, um fato novo veio revolucionar completamente aquele estado de coisas: a ascensão dos Estados Unidos à posição de centro da economia capitalista mundial. A estrutura das trocas mundiais foi substancialmente modificada com isso, pois, além de potência industrial de primeira ordem, são os Estados Unidos um grande produtor de matérias primas e gêneros alimentícios. Realmente, até

(1) — Ver "World Production and Prices", League of Nations, 1935-36, p. 138; 1936-37, p. 114.

1913 o volume do comércio mundial de matérias primas acompanhou aproximadamente a expansão da produção industrial do mundo. Após a guerra de 1914, no entanto, enquanto a produção da indústria mundial acusava em 1938 um crescimento de 85% em relação a 1913, o comércio internacional de matérias primas aumentara apenas em 16%. Essa disparidade se acentua após a segunda guerra, pois, enquanto a produção industrial acusava em 1951 um crescimento de 126% em relação a 1929, o volume do comércio mundial de matérias primas aumentava, no mesmo período, de apenas 8% (1).

A transferência do centro da economia mundial da Inglaterra para os Estados Unidos acrescentaram-se, com a segunda guerra mundial, novos fatores a privar de mercados os países de economia complementar. Assim, o desenvolvimento técnico levou à produção de matérias primas naturais a custos mais baixos, nos países avançados, e, principalmente, ao surgimento de materiais sintéticos. Em todo o mundo, e particularmente nos países avançados, a conjuntura mundial levou a um esforço de cada país por retirar do próprio solo os recursos de que precisa para seu desenvolvimento.

Outro fator provocou também modificações na estrutura do comércio internacional. A industrialização, que vinha se dando nos países subdesenvolvidos desde antes da guerra, ao ganhar incremento deslocou a procura desses países no mercado mundial, no sentido dos bens de capital. Na exportação de mercadorias dos países industriais para os subdesenvolvidos passaram a predominar os bens de produção, com 55% do total. Por sua vez, os países industrializados, cuja indústria metalúrgica muito se ampliou com a guerra, necessitam estimular a exportação de equipamentos a fim de manter um equilíbrio relativo na conjuntura e evitar uma depressão de proporções catastróficas.

Portanto, a necessidade de criar indústrias de base passou a ser imperativa para o Brasil, bem como para outros países subdesenvolvidos, como a Índia, a Birmânia, a Indonésia, o Egito, etc. De fato, além de todos os motivos já expostos, a capacidade de importar do Brasil agravou-se mais do que a de outros países atrasados. A crise agrária que se estendeu de 1920 até a segunda guerra mundial impunha a redução dos custos da produção agrícola, facilitando o surgimento de novos concorrentes, que pudessem produzir a preços competitivos, naquelas áreas onde a renda da terra não se cristalizara em nível elevado, de acordo com o antigo padrão dos preços agrícolas internacionais.

Por outro lado, a demanda de equipamentos, que tende a crescer em virtude do aceleramento do desenvolvimento industrial já conseguido no passado, exerce pressão no sentido de tornar deficitária nossa periclitante balança comercial, limitando as possibilidades de crescimento da indústria à base da importação maciça de bens de capital.

De tudo isto resulta como necessidade premente o controle do comércio exterior pelo Estado, a orientação do desenvolvimento econômico no sentido da instalação de indústrias substitutivas das importações, principalmente as de base, por delas depender a expansão de todas as demais e aliviar-se a pressão sobre as disponibilidades cambiais.

A primeira vista isto poderia ser conseguido lançando-se mão de inversões diretas estrangeiras ou por meio da mobilização do capital privado nacional. Aquela fonte resulta afinal de contas em uma sangria do país, dificultando a longo prazo o desenvolvimento industrial, como já foi demonstrado por diversos estudiosos. Quanto ao capital privado nacional, constata-se facilmente que não pode sustentar sozinho as grandes inversões exigidas pelo desenvolvimento dos ramos básicos, no ritmo que o país precisa.

Parecem ser estas as razões mais profundas do crescimento da formação capitalista de Estado no Brasil, como de resto em muitos outros países subdesenvolvidos, durante a segunda guerra mundial e sobretudo depois dela. Nesse período o capitalismo de Estado reveste de preferência a forma de sociedades de economia mista, forma essa que lhe facilita desvencilhar-se das marcas burocráticas de que está eivado o aparelho estatal brasileiro.

A serem verdadeiras estas razões pode-se concluir então que o crescimento do capitalismo de Estado não é temporário e ocasional, mas tenderá a se manter por um longo período. Também resulta das causas antes examinadas que as principais formas do capitalismo de Estado surgidas no último período se caracterizam, além de outros elementos que não examinaremos aqui, pelo objetivo de conduzir o país da etapa de subdesenvolvimento para o estágio de nação industrial. Assim, o imperativo de desenvolvimento econômico determina o recurso às formas do capitalismo de Estado como caminho obrigatório para o progresso do país.

(1) Ver Jazez Stanovnik, artigo cit.

Renovação no P.C.B.?

LEÔNICIO BASBAUM

A imprensa comunista do país acaba de publicar um informe do Sr. L. C. Prestes à última reunião do CC do PCB, verificada em meados de agosto p.p. Trata-se, como diz o documento, de "um primeiro e modesto passo no sentido de vencer as dificuldades que hoje enfrentamos".

Há sem dúvida muita coisa interessante nesse documento, e a mais importante delas é o reconhecimento da péssima e lamentável situação a que chegou o PCB: "uma pequena seita desligada das massas", num momento em que mais do que nunca sua presença se fazia necessária. Desapareceu quase totalmente o sentido *baluartista* dos documentos anteriores, nos quais se falsificava simplesmente a real situação do PCB perante a base do Partido e perante as massas. Esse é, sem dúvida, o lado positivo do documento. A autocrítica, o reconhecimento de erros antigos e profundos de catastróficas conseqüências, ainda que insuficiente, é também um lado positivo.

Não vamos examinar aqui as causas que levaram o CC a cometer toda essa longa série de erros. Isto poderá ser objeto de um estudo futuro. No momento nos interessa examinar o que significa o documento, o que lhe falta, o que falta ao CC para que se coloque à altura das necessidades do Partido e dos interesses do povo brasileiro.

1) Em primeiro lugar, notemos que não foram citados todos os erros referentes aos "métodos de trabalho". Já não nos referimos ao afastamento compulsório "encoberto", mascarado, ao congelamento, de todos os membros do Partido que mesmo de leve ousassem pensar por sua própria conta. Mas há que lembrar a sempre manifestada subserviência a PP.CC. de outros países, em particular ao da U.R.S.S., pela qual, em vez de enfrentar os problemas brasileiros com soluções brasileiras, se procurava enfrentá-los com soluções russas, polonêsas ou chinêsas. Mas há algo ainda mais grave: é que nem mesmo os problemas eram brasileiros. Na verdade, o CC começou trazendo para o Brasil apenas *soluções* alienígenas e acabou transplantando para cá os próprios problemas alienígenas. Os problemas brasileiros não existiam, só existiam problemas russos, polonêsas, chinêsas. A famosa revista *Problemas*, que só trazia problemas estrangeiros

e nada sobre o Brasil, é uma prova desse fato realmente único na história do movimento comunista mundial.

2) Como se sabe, a partir de outubro do ano passado, alguns jornalistas do PCB, rompendo corajosamente os grilhões do dogmatismo, iniciaram por sua própria conta a discussão em torno de problemas levantados e provocados pelo XX Congresso do PCUS, que o CC do Partido tentava evitar. Forçado pelas circunstâncias, teve o CC de suportar essa incômoda agitação de idéias que fazia ruir os alicerces em que havia dez anos se assentara, acreditando que para sempre. Simplesmente apavorado, o CC permitiu que a discussão continuasse até que o Sr. Prestes, em histórica e lamentável carta, com sua autoridade, lançou sobre a discussão um jato de água fria, encorajando os dogmáticos a continuar com o método de arrolhamento das consciências.

O pretexto era evitar o "revisonismo", o "anti-sovietismo" que ameaçava infiltrar-se nas bases do Partido. Pretexto sem dúvida pueril, pois que se tratava de opiniões discutíveis de dois ou três membros dentre milhares.

Pensava-se que o informe do Sr. Prestes reconhecesse o erro cometido, pois, na verdade, o que se conseguiu foi, não silenciar os "revisonistas" mas todo o Partido. Entretanto o novo documento justifica a medida, apoia-a, confirma-a, como acertada. Qual deveria ser a posição do CC diante dessas idéias "revisonistas"? É claro que devia ser, simplesmente, criticá-las, e expôr o seu próprio ponto de vista. Em vez disso, arrolhou todo o Partido. Isto significa que o CC está longe de se haver libertado do dogmatismo que agora pretende combater.

3) Diz o documento que o CC, nesse período, do encerramento abrupto e forçado da discussão até agora, concentrou os seus esforços "na luta em defesa do Partido e de sua unidade". "Dirigimos nossa atenção para o combate às atividades divisionistas". E, ainda: "graças à posição firme que assumimos em defesa dos princípios do Partido e da sua unidade, foi possível isolar o pequeno grupo fracionista e impedir que causasse maiores danos ao Partido". Nessas linhas tudo é falso, ou resulta de uma falsa apreciação dos fatos. Em primeiro lugar não conse-

guiu "isolar" o grupo. Ele se acha ligado diretamente à base do Partido, infiltrado no mesmo. Em segundo lugar, o grupo não é pequeno, mas numeroso, pois que em algumas regiões do país constitui mesmo a maioria. Aqui não entramos na apreciação política do "grupo divisionista". Apenas constatamos fatos. Quanto a evitar "maiores danos ao Partido", eis ainda um lêdo engano. Antes, a discussão se fazia aberta, agora é oculta e o CC, desligado como se acha da base do Partido, a ignora. Na verdade o movimento "divisionista" fez um grande bem ao Partido, qualquer que seja a sua origem, ou seu futuro, ou mesmo suas idéias políticas. Se de um lado a posição dogmática do CC reduziu a base do Partido à passividade, o tal grupo teve o condão de despertar pelo menos uma parte dêle, que é, aliás, a única que hoje trabalha e discute, afóra pequenos grupos isolados e independentes dentro do próprio PCB e totalmente desligados do CC.

Por outro lado, ao que se sabe, *nenhum esforço fez* o CC, que tanto fala em lutar pela unidade do Partido, em evitar essa dissidência, o fracionismo, e permitiu ao contrário que antigos e dedicados militantes se desligassem do Partido, sem mesmo se interessar pelos motivos que os levaram a tão drástica atitude. Esse fato merece ser registrado pela história.

4) *Afirma* o documento que existe uma contradição — só agora descoberta — entre a direção e a base do Partido. E embora reconhecendo a culpa do CC, joga o maior pêso sobre o Presidium. Vai mais além: dentro do Presidium, joga a culpa sobre "alguns membros" dêste, afastando-os, quase que a pedir desculpas, "sem ajuste de contas e sem retaliações pessoais" do Presidium. Não sabemos se essa medida visa a salvar o Presidium ou o CC, mas uma coisa é certa: não salvará o Partido.

Em primeiro lugar porque entre o CC e a base do Partido existe uma série de escalões intermediários, Comitês Regionais, Zonais, Distritais feitos à imagem e semelhança do CC, isto é, meros organismos burocráticos, igualmente desligados das massas e das bases do Partido e que revelaram até agora nada ter aprendido dos ensinamentos do XX Congresso do PCUS. É claro pois que a simples substituição de alguns membros do Presidium não será de grande ajuda para a transformação do PCB. Por outro lado, todos aqueles membros do Presidium agora "rebaixados" de suas privilegiadas posições *continuam* no CC.

Resulta dêste fato que a base do Partido não pode ter no CC a confiança de que o mesmo

necessita. Aliás, pelo próprio documento que aqui estamos analisando, verifica-se que o CC não se libertou ainda do dogmatismo e do sectarismo que sempre foi sua característica:

a) Por que não foram citados os nomes dos membros excluídos do Presidium? Por *motivos de segurança*? Está claro que não, pois a polícia provavelmente conhece todos os membros do Presidium. Aliás, sua exclusão dêsse organismo não iria *piorar* sua situação. Qual o motivo, então? Para agravar essa dúvida vemos que o CC não pretende "ajuste de contas", talvez porque não compreendeu até agora a gravidade dos erros cometidos por êsses elementos, e do mal que causaram ao Partido e ao movimento revolucionário em geral. Deu-se-lhes um pequeno puxão de orelhas e ao mesmo tempo uma batidinha nas costas. A impressão que tal atitude do CC dá aos observadores é que essa exclusão, e a não citação dos nomes, para que a base do Partido os conheça, visava sobretudo salvar o CC, lavar a cara, como dizem os chineses, ou pelo menos dar-lhe mais algum tempo de vida.

O fato — habitual — de ocultar a verdade à base do Partido, ou de só lhe revelar a meia verdade, é uma prova de que o CC está longe de se haver libertado do dogmatismo.

b) A expulsão do Sr. Agildo Barata dos quadros do PCB, quando já havia pedido demissão do mesmo, é outra prova de que o dogmatismo domina ainda o CC. Qual o objetivo dessa expulsão, senão o fato de poder acimá-lo de traidor ou outro nome parecido? Erradamente ou não, mas seguindo seus próprios princípios e sua consciência, Agildo Barata, querendo ser leal consigo mesmo e não desejando fazer fracionismo, pediu demissão do Partido. Que tem o CC com isso? Ora, qualquer pessoa é livre de entrar ou de sair do Partido. Sempre foi assim em toda parte em qualquer Partido democrático. Menos no PCB, mesmo quando êste diz que se está democratizando.

c) mas não é somente no terreno dos métodos de trabalho que se revela o dogmatismo e o sectarismo do documento. Também no terreno da linha política. Esse assunto exigiria um espaço maior pela sua importância, o que ficará para outra oportunidade. Aqui indicaremos apenas as principais características da linha política que se traça para o futuro V Congresso, nas quais se revela o dogmatismo, o sectarismo e até mesmo o oportunismo que ainda domina o CC.

Em primeiro lugar, a elaboração de "uma tática do Partido tendo como centro a tática

eleitoral", é a nosso ver, puro oportunismo. A tática eleitoral, por sua natureza transitória e circunstancial, é sempre uma atividade marginal dentro da tática geral do Partido e nunca o centro dessa tática. Aliás, essa linha preconizada pelo CC não é nova; pelo contrário, sempre foi a tática empregada pelo CC nestes últimos anos, e, como sabemos, sempre com resultados funestos. A nosso ver, o centro dessa tática deve ser a reconquista das massas populares, incluindo nessas massas *novas camadas e setores da população brasileira*, tendo em vista uma *larga frente única de caráter popular, dentro de um amplo programa comum*.

Em segundo lugar, fala o documento nos "objetivos da revolução democrática popular", como se fôsse uma questão perfeitamente conhecida, sem que jamais se tenha explicado que significa. Quem souber, é favor explicar.

Em terceiro lugar, indica-se, para a elaboração de um projeto de documento para o V Congresso, como um dos temas, "O problema do poder político, o tipo de governo que devemos ter por objetivo". A nosso ver, colocar, na ordem do dia, neste momento em que se fala em frente única, o problema do "poder político" e do "tipo de governo", é voltar ao caminho do mais estreito sectarismo. Não é esse o caminho da conquista das amplas massas da população brasileira. Não está em jogo no momento "o tipo de governo".

5) O V Congresso não foi ainda convocado. O documento apenas insinua que o mesmo será brevemente convocado, embora não o diga quando. Mas esse problema, apesar da sua importância para o futuro do PCB, perde valor em face desse outro: como será realizado o Congresso, quem dele participará? Considerando que o IV Congresso não passou de uma reunião de compadres, de amigos-do-peito dos membros do CC e particularmente dos membros do Presidium, quem garante aos membros do Partido que este será diferente, quando o CC que convocou o IV é o mesmo que convocará breve o V?

6) Outro problema que o próximo (será mesmo próximo?) Congresso suscita: Onde e como serão debatidos os documentos a serem apresentados ao Congresso? Só "dentro do Partido"? Que significa "dentro do Partido"? E por que "dentro do Partido"? Para esconder os debates da massa, que se acha na expectativa, à espera de um Partido que seja aquilo que deve ser? Ao contrário, a única maneira de o PCB se libertar definitivamente do dogmatismo e do sectarismo é libertar-se de falsos "complexos", revelando à massa — que mais do que ninguém está interessada nisso — como prova de honestidade tudo o que estava errado, como errou e por que o fez, lavando a roupa suja na frente de todos, como o faz a própria massa. O PCB não tem, nem pode, nem deve ter segredos para a massa, pois que o PCB é dela, vive por ela e para ela.

Por temor aos penabotos? Isso é ridículo. Os maiores e mais perigosos inimigos do comunismo são os maus e os falsos comunistas. Que proveito tiraram os penabotos da discussão já iniciada no ano passado e que durou pelos menos uns quatro meses?

Aqui deixo duas sugestões capazes de ajudar o PCB:

1) Abrir desde já a discussão pela imprensa comunista, ampla, livre e franca, em torno de idéias e de indivíduos, respeitando-se apenas questões de segurança. Temário absolutamente livre, sem passar pelo crivo do CC. Tal como se começou em outubro do ano passado e que o dogmatismo do CC interrompeu.

2) Considerando a falta de confiança — aliás bastante justificada — da base do Partido no CC, deverá ser nomeada uma Comissão de militantes que não façam parte do CC, com o objetivo de convocar e organizar o V Congresso e estabelecer o seu temário.

Com a realização dessas duas medidas, o CC terá dado um passo real para a sua recuperação e demonstrará o espírito marxista dos seus membros.

RIO, 10-9-57

O General Café vai comandar a derrocada econômica do Brasil

J. J. CAMARINHA

A situação do café brasileiro apresenta-se hoje — aos olhos analíticos dos que observam o tanscurso desorientado da economia nacional em relação àquele produto — sob obscuros prognósticos, a se materializarem em fatos desastrosos dentro de futuro próximo.

Essa previsão decorre de fatos estatísticos evidentes. E ressalta, cristalinamente, à mais leve e ligeira análise, a que procederemos neste trabalho, que se desenvolverá de forma objetiva e a mais sintética possível.

PRODUÇÃO EXPORTÁVEL DO BRASIL

O Instituto Brasileiro de Café divulgou a estatística da produção nacional que constitui nosso quadro n.º 1, logo abaixo inserido, que abrange um período de 20 anos.

Da sua observação se evidenciam:

1.º que a produção elevada obtida no 1.º quinquênio, resultou, ainda, da intensificação dos plantios originada pelos altos preços do café, que foi a única finalidade da política cafêeira adotada na época;

2.º que embora aquela política e os correspondentes preços artificiais conseguidos houvessem ruído em outubro de 1929, as lavouras plantadas na vigência daquela situação continuaram a manter alto nível de produção, muito embora uma grande massa de cafézais menos produtivos fossem gradativamente sendo abandonados, de ano para ano. Esta asserção é confirmada pelo declínio regular da produção que, do primeiro para o último ano daquele quinquênio, sofreu uma queda vertical de 10 milhões de sacos, correspondente a 38,4 %, queda que prosseguiu durante o 2.º quinquênio;

3.º que as médias anuais de produção dos dois últimos quinquênios passaram a se elevar, novamente, de 12 para 15 e 16 milhões sucessivamente, com o efeito da reação natural dos preços do produto, a partir de 1941, por força de sua baixa oferta anterior;

QUADRO N.º 1

PRODUÇÃO DE CAFÉ EXPORTÁVEL NO BRASIL

De 1936-37 a 1955-56

Unidade: 1.000 sacas de 60 quilos

<i>Média anual dos quinquênios</i>	<i>Safras</i>	<i>Total</i>	<i>Total geral</i>
24.305	1936/37	26.359	109.525
	1937/38	24.351	
	1938/39	23.221	
	1939/40	19.138	
	1940/41	16.456	
12.681	1941/42	15.797	63.408
	1942/43	13.613	
	1943/44	12.160	
	1944/45	9.137	
	1945/46	12.701	
15.920	1946/47	14.019	79.300
	1947/48	13.572	
	1948/49	16.952	
	1949/50	16.303	
	1950/51	8.754	
16.568	1951/52	15.021	82.844
	1952/53	16.100	
	1953/54	15.148	
	1954/55	14.512	
	1955/56	22.063	
	1956/57	12.000	
	1957/58	17.700	

NOTAS:

1. Considera-se "produção exportável" a quantidade de café despachada para os portos e registrada no IBC, destinada à exportação ou ao consumo desses portos.

2. A safra em curso, 1956-57, está avaliada em cerca de 12 milhões de sacas, já tendo sido registradas, até 28-2-57, 11,532 milhares de sacas.

4.º) que a média de produção do último quinquênio foi grandemente prejudicada pelas geadas de 1953 e 1955. Não fôsem êsses dois acidentes, ter-se-ia ela elevado a mais de 17 milhões de sacos;

5.º) que a inteasíssima crise cafeeira deflagrada repentinamente em outubro de 1929, aliada à crise mundial verificada na mesma ocasião, repercutiu desastrosamente na economia brasileira durante os dois lustros subsequentes, como sempre acontece nos países agrícolas e fornecedores de matérias primas, ocasionando a anulação ou o baixo rendimento dos esforços construtivos de várias gerações e, conseqüentemente em acentuado atraso no desenvolvimento material e cultural brasileiro.

Focalizando a nossa produção exportável do ano agrícola de 1946-47 para cá, não poderíamos deixar de transcrevê-la separadamente no Quadro incluso (n.º 2), cujos comentários indispensáveis poderão se tornar, por isso, mais compreensíveis.

Não levaremos em consideração, portanto, nessa análise, os dados de produção referentes ao ano de 1956-57, visto a sua anormalidade decorrente da geada de 1955.

Todavia, a produção de 1954-55, também prejudicada pela geada de 1953, não poderia deixar de figurar no decênio em estudo, fruto que foi das lavouras atingidas, porém já em franco processo de recuperação, embora ainda não totalmente conseguida.

Se o fenômeno meteorológico de 1953 não se houvesse manifestado, a produção de 1954-55 se teria elevado, fatalmente, ao nível mínimo de 16 milhões de sacas. Nestas condições, o índice de crescimento anual da produção, no período, teria atingido a 8%, mais ou menos, e não a apenas 6,6% como o que está registrado no Quadro retro.

Para qualquer cálculo de crescimento da produção seria errôneo adotar-se, portanto, o índice de 6,6% de crescimento anual, uma vez que êle resultou da ocorrência de um fato puramente acidental como é a geada.

Poderia ser criticado êste ponto de vista sob a alegação de que, no decênio em causa, outras ocorrências meteorológicas teriam determinado flutuações da produção, tais como falta ou excesso de chuvas. Cremos, entretanto, que esta crítica não procederá porque tais ocorrências são comuns e normais no processamento da vida agrícola de qualquer produto e em qualquer país e, conseqüentemente, determinativas dos níveis normais de produção anual, sob variações também aceitas como normais, de pequenas amplitudes relativas, como ocorreu em vários anos do período analisado.

QUADRO N.º 2

PRODUÇÃO BRASILEIRA EXPORTÁVEL

1946/47 — 1955/56

Unidade: 1.000 sacas

Ano	Produção	Variações percentuais da produção de cada ano	
		Sôbre o ano base 1946/47	De ano para ano
1946/47 (Base)	14.019		
1947/48	13.572	— 3,1%	— 3,1%
1948/49	16.952	+ 20,9	+ 24,9
1949/50	16.303	+ 16,2	— 3,8
1950/51	16.754	+ 19,5	+ 2,7
1951/52	15.021	+ 7,1	— 10,3
1952/53	16.100	+ 14,8	+ 7,1
1953/54	15.148	+ 8,0	— 5,8
1954/55	<u>14.512</u>	+ 3,5	— 4,1
1955/56	22.063	+ 57,3	+ 52,0
1956/57 (*)	<u>12.000</u>	— 14,4	— 45,5

Crescimento sôbre o ano base 1946-47 57,3%
 Média anual de crescimento, de ano para ano, dentro das flutuações percentuais (positivas e negativas) do período 6,6%

LEGENDA:

— ano de geada
 == colheitas subsequentes às geadas

FONTES ESTATÍSTICAS: I.B.C. e Bureau Pan-Americano do Café.

(*) A produção de 1956-57, em virtude de sua anormalidade, foi excluída no cálculo em que se computou, apenas, o período de 1946-47 a 1955-56.

OBSERVAÇÕES:

A média brasileira registrada, de crescimento anual da produção, está grandemente prejudicada pelas geadas de 1953 e 1955. Não fossem êsses fenômenos, ela deveria se situar na base de 8,7%.

Verifica-se que, entre a produção do ano normal de 1952-53 e a de 1954-55, houve uma di-

ferença de mais de 1,5 milhões de sacos, diferença que é anormal. Não consideramos, todavia, neste caso, a produção consignada em 1953-54, porque sofreu ela, já na árvore, os efeitos da geada que apenas lhe reduziram o rendimento por força da destruição de certa percentagem de frutos verdes, ainda não perfeitamente granados, como ocorre no norte do Paraná, onde a maturação do café é tardia. Essa produção que seria indiscutivelmente maior sem a geada, não apresentaria, entretanto, profundas diferenças negativas sobre os níveis normais.

O mesmo ocorreu com a produção de 1955-56, que seria maior, certamente, se não houvesse sobrevivendo a geada de 1955. Tomaremos, portanto, para continuidade da nossa análise, os quantitativos registrados na estatística para aqueles dois anos, — 1953-54 e 1955-56.

Para se proceder a uma previsão razoável das produções brasileiras, a partir do ano daquela geada (1955-56), o índice de 8% correspondente aos aumentos anuais da produção é o aconselhado para os cálculos.

Nestas condições, as produções subseqüentes a esse ano deveriam ser as seguintes, eliminados de consideração os totais reais registrados na estatística:

1955-56	22.063.000 de sacos
1956-57	23.828.000 de sacos
1957-58	25.734.000 de sacos
1958-59	27.792.000 de sacos

É claro, entretanto, que esses quantitativos não se alinhariam assim, nessa progressão regular, por força das flutuações decorrentes do próprio equilíbrio morfo-fisiológico do cafeeiro que, subseqüentemente a uma safra pesada facultava outra menos volumosa, período em que se recompõe para nova produção densa.

É provável, ainda, que a produção vindoura — de 1958-59 — atinja a nível mais elevado, uma vez que os nossos cálculos aqui registrados, partiram de uma safra como a de 1955, que seria maior desde que não houvesse sofrido a geada daquele ano, com parte de fruto não maduro ainda na árvore.

Passemos a considerar agora a progressão produtora dos dois grupos de concorrentes do Brasil: *Países da América Latina* (exclusive Brasil) e *África-Ásia-Oceania*.

Analisemos o primeiro, cujo Quadro (n.º 3) inserimos a seguir:

QUADRO N.º 3

PRODUÇÃO MUNDIAL EXPORTÁVEL DE CAFÉ
PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

(Exclusive o Brasil)

Unidade: 1.000 sacos

Ano	Produção	Variações percentuais da produção de cada ano	
		Sobre o ano base 1945/46	De ano para ano
1946/47	11.945		
1947/48	10.647	— 10,8	— 10,8
1948/49	10.425	— 12,7	— 2,0
1949/50	8.733	— 26,8	— 16,2
1950/51	8.460	— 29,1	— 1,1
1951/52	9.797	— 18,1	+ 15,8
1952/53	11.172	— 6,4	+ 14,0
1953/54	11.039	— 7,5	— 1,1
1954/55	11.645	— 2,5	+ 5,4
1955/56	10.627	— 11,0	— 8,7
1956/57	14.245	+ 19,2	+ 34,0

Crescimento da produção de 1956-57 sobre o ano base 1946-47 19,2%

Média anual de crescimento de ano para ano, dentro das flutuações percentuais (positivas e negativas) do período 2,7%

A produção latino-americana passou a reagir sobre uma anterior posição estatística marasmática a partir de 1951-52, firmando-se desde então, numa escala ascensional segura, porém moderada, havendo excedido, em 1956-57, a produção do ano base de 1946-47 numa percentagem de 19,2%. Assim mesmo a sua média anual de crescimento, de ano para ano, dentro das flutuações percentuais (positivas e negativas) do período, atingiu a 2,7%.

Quanto ao segundo grupo (África-Ásia-Oceania), a situação produtora que se apresenta é francamente impressionante como demonstra o Quadro abaixo (n.º 4).

QUADRO N.º 4

PRODUÇÃO MUNDIAL EXPORTÁVEL DE CAFÉ

PAÍSES DA ÁFRICA, ÁSIA E OCEANIA

Unidade: 1.000 sacos

Ano	Produção	Variações percentuais da produção de cada ano	
		Sobre o ano base 1945/46	De ano para ano
1946/47	3.332		
1947/48	3.698	+ 10,9	+ 10,9
1948/49	3.541	+ 6,2	- 4,2
1949/50	3.875	+ 16,2	+ 9,4
1950/51	5.071	+ 52,1	+ 30,8
1951/52	5.037	+ 51,1	- 0,6
1952/53	5.906	+ 77,2	+ 17,2
1953/54	7.361	+ 120,9	+ 24,6
1954/55	6.796	+ 103,9	- 7,6
1955/56	7.302	+ 119,1	+ 7,4
1956/57	9.590	+ 187,8	+ 31,3

Crescimento da produção de 1956-57 sobre o ano base 1945-46 187,8%

Média anual de crescimento de ano para ano, dentro das flutuações percentuais (positivas e negativas) do período 11,9%

Do seu exame verifica-se, desde logo (Quadro n.º 4), a absoluta regularidade no desenvolvimento da produção que, em ano algum deixou de se acentuar sobre a do ano base (1946-47).

Ainda mais. Considerando-se nele as flutuações, positivas e negativas, de ano para ano, havidas no período, o aumento médio constatado pautou-se numa base anual aproximada de 11,9%.

Confrontada a produção dos três grupos analisados, teremos a seguinte situação de cada um:

Grupos Produtores	% de aumento da produção de 1956-57 sobre o ano base 1945-46	% Média de crescimento de ano para ano, dentro das flutuações positivas e negativas do período
Brasil	57,3%	+ 8,7%
Outros Países Americanos	19,2%	+ 2,7%
África, Ásia e Oceania . .	187,8%	+ 11,9%

Diante desses números índices e da regular marcha ascensional da produção do terceiro grupo, caem por terra tôdas as asserções fáceis e demais argumentos errôneos que têm sido levantados entre nós no sentido de se subestimar o desenvolvimento da produção afro-asiática.

* * *

EXPORTAÇÃO

A exportação brasileira de café, nos últimos 25 anos, comportou-se de forma medíocre, como se poderá constatar pelo Quadro que se segue (n. 5).

Pela exposição numérica desse quadro, verifica-se que de uma média anual de 14.209.000 sacos no 1.º quinquênio, evoluímos apenas para 14.560.000 no último (mais 2,4%), depois de transcorridos 15 anos entre um período e outro.

Se computarmos a média geral dos três quinquênios intermediários (14.169), inferior às médias dos extremos, seremos obrigados a concluir que a nossa evolução exportadora apresentou apenas um coeficiente anual de aumento de 0,8%.

Todavia, a situação é ainda mais grave, pois que na realidade a média de crescimento regular, de ano para ano, sobre a média anual do período base (1932-36) foi apenas de 0,12%, correspondendo, quantitativamente, a 17.550 sacos por ano.

Esses dados resultaram da comparação entre os quantitativos extremos, uma vez que eles refletem a tendência do mercado, que vem se enfraquecendo progressivamente nestes últimos 5 anos, apesar das violentas flutuações verificadas em todo o decênio. Nos três lustros anteriores, ape-

QUADRO N.º 5

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ

ANOS DE 1932 A 1956

E SUAS TENDÊNCIAS

A n o	Quantida- des	Totais dos quinquênios	Média anual de cada quinquênios
1932	11.935	—	—
1933	15.459	—	—
1934	14.140	—	—
1935	15.329	—	—
1933	14.186	71.049	14.209
1937	12.113	—	—
1938	17.203	—	—
1939	16.645	—	—
1940	12.053	—	—
1941	11.055	39.039	13.813
1942	7.280	—	—
1943	10.116	—	—
1944	13.558	—	—
1945	14.172	—	—
1946	15.609	60.735	12.147
1947	14.688	—	—
1948	17.492	—	—
1949	19.368	—	—
1950	14.835	—	—
1951	16.358	82.741	16.548
1952	15.821	—	—
1953	15.562	—	—
1954	10.918	—	—
1955	13.696	—	—
1956	16.805	72.802	14.560

OBSERVAÇÕES :

Média anual de crescimento percentual do período 1932-1946, considerada a diferença entre os anos extremos = 2,3% .

Média anual de crescimento percentual do período 1947-1956, considerada a diferença entre os pontos extremos = 1,4% .

— Média mensal dos 25 anos	1.187.000
— Média anual dos 25 anos	14.255.000
— Média anual de crescimento regular baseada na diferença das médias anuais dos períodos base e final	0,12%
— Quantitativo de crescimento médio regular, por ano, consideradas as diferenças das médias anuais do 1.º quinquênio e do último	17.550 sacos

sar dos percalços da guerra que ali se refletem, verificamos no mercado exportador, de 1943 a 1946, uma nítida reação ascencional que, no quinquênio seguinte passa a sofrer as violentas e bruscas alterações já citadas, para em seguida entrar em declínio.

Sem considerar, isoladamente, os totais exportados em cada ano, mas tendo em vista apenas as tendências do mercado como já dissemos, verifica-se que o aumento das nossas exportações, no último decênio, sofreu uma redução de 0,9% em relação ao verificado entre 1932 e 1946. Tem havido, portanto, ultimamente, uma redução do nosso índice exportador.

* * *

CAFFEEIROS EXISTENTES NO BRASIL

As estatísticas do Instituto Brasileiro do Café registraram, em 1956, a existência, no país, de um total de 3.471.000.000 (três bilhões, quatrocentos e setenta e um milhões) de pés de café, sendo que formados 2.984.000.000. No presente ano este número de cafeeiros formados já ultrapassou, com certeza, o marco dos três bilhões e em 1958 terá atingido a 3,5 bilhões, aproximadamente.

A safra de 22.063.000 sacas de 1955, colhida de 2,646 bilhões de pés formados, indicou uma produção média de 33,3 arrobas por mil pés. Em 1956 essa média de produção caiu para 16 arrobas em consequência das geadas de 1955. Já em 1957 a safra prevista, sendo de 17.700.000 sacos, deverá corresponder a uma produção de 25 arrobas por mil pés.

É de se prever, por todos os motivos, que em 1958 a média por mil pés se eleve a 35 arrobas aproximadamente. Se isso acontecer, desde que não sobrevenha alguma geada tardia ou qualquer outro acidente meteorológico, teremos uma primeira safra bastante elevada que nos colocará em situação estatística desastrosa em função das nossas médias de exportação.

Não poderíamos deixar de incluir no presente estudo o Quadro n.º 6 sobre cafeeiros existentes no Brasil, desde 1948 a 1957.

A inclusão desse quadro (n.º 6) vale mais como curiosidade. O seu valor de peça estatística é deficientíssimo, fato esse que salta à vista dos que tenham alguma experiência sobre as coisas caféiras do país. É voz corrente que o Paraná, para citar um só exemplo, já possui um bilhão de pés. Esta afirmativa não deixa de ser

QUADRO N.º 6

CAFEIROS EXISTENTES NO BRASIL

Unidade: 1.000.000 pés

A N O	E S T A D O S																	
	São Paulo		M. Gerais		Paraná		E. Santo		Rio de Jan.		Goiás		M. Grosso		Outros		Totais	
	Cafeeiros		Cafeeiros		Cafeeiros		Cafeeiros		Cafeeiros		Cafeeiros		Cafeeiros		Cafeeiros		Cafeeiros	
	Novos	Produ- zindo	Novos	Produ- zindo	Novos	Produ- zindo	Novos	Produ- zindo	Novos	Produ- zindo	Novos	Produ- zindo	Novos	Produ- zindo	Novos	Produ- zindo	Novos	Produ- zindo
1948	—	1.299	—	549	—	198	—	228	—	53	—	11	—	3	—	—	—	2.464
1949	—	1.016	—	476	—	151	—	262	—	78	—	12	—	2	—	—	—	2.147
1950	—	1.070	—	486	—	167	—	259	—	91	—	17	—	3	—	—	—	2.241
1951	—	1.079	—	506	—	183	—	275	—	91	—	23	—	3	—	—	—	2.313
1952	80	988	12	470	104	197	3	279	2	101	9	13	1	4	3	118	214	2.170
1953	145	1.220	69	535	377	318	19	291	6	93	17	36	3	4	18	154	654	2.651
1954	—	1.365	59	534	383	298	5	282	5	89	17	36	—	—	—	—	469	2.604
1955	—	1.400	61	542	108	251	27	319	6	95	14	39	—	—	—	—	216	2.646
1956	—	1.400	68	538	341	409	40	332	5	89	18	42	15	8	—	166	487	2.984
1957	—	1.400	73	559	340	410	34	329	7	78	11	52	—	—	—	—	465	2.828

OBSERVAÇÕES: — Na coluna "Outros", estão apenas computados os totais da Bahia e de Pernambuco.

NOTA: — Anos de 1948 a 1951 — cifras do S.E.P.

Demais anos — cifras do I.B.C.

razoável, desde que a sua safra prevista para o próximo ano é de 9 a 10 milhões de sacas. Aceitando-se, entretanto, os números do referido Quadro n.º 6, que neste ano de 1957 apresenta, inexplicavelmente, menos 156 milhões de pés formados que em 1956, deveremos ter, em 1958, seguramente, 3 bilhões de pés em produção, com um índice aproximado de 33,5 arrobas por mil pés.

Nestas condições, e desde que não sobrevenham ocorrências meteorológicas prejudiciais, é de se admitir que a safra de 1958 atinja a 25 milhões de sacas, no mínimo. Temos certeza, entretanto, que o total dos cafés em produção no próximo ano de 1958 atingirá a 3,5 bilhões de pés

que deverão produzir cerca de 28 milhões de sacas, uma vez que a média de produção por mil pés deverá ser igual ou superior à de 1955.

A média anual da produção brasileira, calculada sobre a produção do período de 1948 a 1957 (previsão), em função dos cafeeiros em produção nesse período, consignados no Quadro n.º 6, é de 28 arrobas por mil pés, excluídas do cálculo as produções de 1954 e 1956 prejudicadas pelas geadas dos anos imediatamente anteriores. Nestas condições, deveríamos ter em 1958 uma safra não inferior a 24,5 milhões de sacas.

O absurdo desta hipótese reside no fato da obtenção de uma safra exportável de 22.063.000 de sacas em 1955, depois de prejudicada pela

geada desse ano que lhe reduziu o rendimento nas zonas de maturação atrasada (sudoste paulista e norte do Paraná) e com a existência, nesse ano, de menos 182 milhões de pés formados, segundo a estatística do Quadro n.º 6. Há ainda dois fatos inegáveis a assinalar, que militam a favor de uma melhor média de produção em 1958:

- a) expurgo total de cafesais deficitários da lavoura cafeeira nacional, desde 1930, e
- b) melhoria crescente da média geral de produção, pela entrada anual, em fase produtiva, de grandes contingentes de cafesais novos, cujos plantios ininterruptos foram iniciados desde que os preços de café começaram a reagir, após a crise de 1929.

Diante dos comentários supra e das razões expostas, não temos dúvida em esperar uma safra de 28 milhões de sacos na colheita de 1958.

CONSUMO MUNDIAL

O consumo mundial ou a exportação total de café (que são expressões sinônimas para o caso), de 1948 a 1956, desenvolveu-se conforme o que está registrado no Quadro n.º 7.

Os dados estatísticos ali alinhados apresentam pequenas diferenças em relação aos de outras fontes que, entretanto, não alteram o resultado da análise.

Considerando os seus quantitativos, temos a impressão de que a tendência das importações mundiais, em 1957, será para menor volume dado que aos anos de intensas compras ocorrem, subsequentemente, aquisições abaixo dos níveis normais. Assim foi em 1950 e em 1954. Uma nova ocorrência desse procedimento comercial deve ser prevista, talvez mais intensamente, em 1957, uma vez que, de 1954 para 1956 houve duas sucessivas importações elevadas que atingiram a mais 9 milhões de sacos acima do nível desse ano de 1954. Aliás, as exportações brasileiras de 1957 (até maio inclusive) já registraram um declínio de 16,3% em confronto com as remessas de igual período do ano passado. Vê-se, portanto, que o consumo mundial não dá saltos inesperados. A elevadas importações num determinado ano, ocorrem compras mais baixas nos subsequentes. A sua elasticidade é diminuta. Maiores importações, acima da normal básica, são motivadas por

QUADRO N.º 7

CONSUMO MUNDIAL DE CAFÉ

1948 --- 1956

(Baseado nas importações totais)

Unidade: 1.000 sacos

<i>A n o s</i>	<i>Quantidades</i>	<i>Totais</i>	<i>Média anual do quinquênio</i>	<i>Média anual do quadriênio</i>	<i>Média anual do período</i>
1948	31.542	—	—	—	—
1949	33.122	—	—	—	—
1950	29.384	—	—	—	—
1951	31.533	—	—	—	—
1952	32.335	157.916	31.583	—	—
1953	33.732	—	—	—	—
1954	30.329	—	—	—	—
1955	33.690	—	—	—	—
1956	36.710	134.461	—	33.615	32.486

DADOS ESTATÍSTICOS: 1948-1954 — Instituto Brasileiro do Café
1955-1956 — Boletim Paton

ocorrências comerciais de momento ou por injunções estatísticas.

O problema de determinação da percentagem média de aumento anual de consumo no mundo torna-se de difícil solução tanto por efeito dessas verdadeiras mutações quantitativas das importações, como pela reserva sigilosa, complexidade e extensão do comércio internacional do produto,

podendo ser contestado o valor real de qualquer coeficiente calculado. Todavia possuem eles valor relativo quando não sejam visivelmente exagerados.

Pelo Quadro n.º 8 que anexamos, verifica-se que procuramos fixar um coeficiente percentual de aumento anual o mais próximo possível da verdade.

QUADRO N.º 8
CONSUMO MUNDIAL DE CAFÉ

1948-1956

Unidade: 1.000 sacos

A n o	Importações	Diferenças Quantitativas		Diferenças Percentuais	
		Sobre o ano de 1948	De ano para ano	Sobre o ano de 1948	De ano para ano
1948	31.542	—	—	—	—
1949	33.122	+ 1.580	+ 1.580	+ 5,0	+ 5,0
1950	29.384	— 3.738	— 2.158	— 11,3	— 6,8
1951	31.533	+ 2.149	— 9	+ 7,3	— 0,02
1952	32.335	+ 802	+ 793	+ 2,5	+ 2,5
1953	33.732	+ 1.397	+ 2.190	+ 4,3	+ 6,9
1954	30.329	— 3.403	— 1.213	— 10,0	— 3,8
1955	33.690	+ 3.361	+ 2.148	+ 11,0	+ 6,8
1956	36.710	+ 3.020	+ 5.168	+ 8,9	+ 16,3

Média anual no período: 32.486

NOTA: — 1948 a 1954 — dados do Instituto Brasileiro do Café

1955 a 1956 — dados do Boletim Paton

Percentagem de aumento relativa à média anual do consumo (32.486) sobre o consumo do ano de 1948 2,9%

Percentagem de aumento referente às diferenças entre os anos extremos 2,0%

Esse coeficiente anda ao redor de 1,8 a 2,5%, considerados no caso tanto o estágio atual da propaganda internacional do produto, que, quando intensificada, poderia apenas provocar pequenas alterações passageiras daquelas percentagens, como o índice de crescimento vegetativo das populações das áreas consumidoras. O Quadro n.º 8 contém demonstrativo das flutuações e mutações percentuais e quantitativas que ocorreram no período, em relação ao ano base e de ano para ano.

Fácil, portanto, é a verificação da irregularidade relativa existente no comércio internacional de café.

* * *

Nas exportações mundiais de café, em comércio direto, a situação brasileira confrontada com os demais grupos produtores, é a que consta do Quadro abaixo (n.º 9):

QUADRO N.º 9
 EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ
 COMÉRCIO DIRETO

TOTAIS E PERCENTAGENS POR GRUPOS CONTINENTAIS E DO BRASIL
 1945 A 1955

Unidade: 1.000 sacos

ORIGEM E PERCENTAGEM POR ORIGEM	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956
Brasil	14.172	15.009	14.688	17.492	19.368	14.835	16.358	15.821	15.562	10.918	13.696	16.805
Percentagem sobre total	50,9%	52,9	50,7	54,0	56,1	50,4	51,0	49,0	45,0	37,4	40,5	44,1
Outros Países da América	9.981	9.917	9.887	10.236	10.321	9.447	9.742	10.696	13.052	11.538	12.338	11.683
Percentagem sobre total	35,8%	33,6	34,1	31,6	29,9	32,1	30,3	33,1	37,7	39,5	36,5	30,6
África, Ásia e Oceania	3.698	3.970	4.354	4.633	4.800	5.127	5.958	5.761	5.968	6.687	7.755	9.680
Percentagem sobre total	13,2	13,4	15,0	14,3	13,9	17,4	18,5	17,8	17,2	22,9	22,9	25,4
TOTAIS	27.851	29.496	28.929	32.361	34.489	29.409	32.058	32.278	34.582	29.147	33.789	38.088

Média anual de consumo no período — 31.873.

OBSERVAÇÕES: — Taxa anual de aumento do consumo nos últimos 11 anos, inclusive 1956 (a taxa elevou-se de 0,4% em relação à taxa normal de 2,5%, por causa das importações excepcionais que, nos dois últimos anos se elevaram a quase 9 milhões de sacas = 2,9% aproximadamente.

FONTES: — I.B.C., Escritório Pan Americano do Café (Boletim); Pan American Coffee Bureau, Boletim Paton Coffee Annual-Paton, Café Vert-Federation Nationale du Commerce des Café Vert, Cafés du Congo — Bruxelas, Revista do Café Português, Comércio Exterior de diversos Países.

Uma das evidências do quadro retro é que, sobre as importações mundiais, as médias percentuais exportadas, dos três grupos de produtores, entre o primeiro período de seis anos (1945-1950) e o segundo (1951-1956), tiveram o seguinte comportamento:

Produtores	1945-1950 Média anual	1951-1956 Média anual	Diferença
Brasil	52,5	44,5	— 8,0%
Outros Países da América	32,8	34,6	+ 1,8%
África, Ásia e Oceania	14,5	20,8	+ 6,2%

Do confronto acima resulta que o Brasil perdeu, nos últimos 6 anos, 8,0% em benefício dos outros dois grupos. Dêste total, menos de 1/4 foi absorvido pelos outros Países Americanos e mais de 3/4 pelo grupo afro-asiático. Aliás, está retratada, nesses doze anos transcorridos, a precária e decadente situação do Brasil no mercado cafeeiro internacional. Note-se no Quadro n.º 9 a regularidade do ritmo ascendente das exportações do 3.º grupo (Afro-Asiático).

Comparados os dados de crescimento da produção mundial exportável e os de aumento de consumo total nos últimos 11 anos, verifica-se a seguinte disparidade:

Taxa média de crescimento anual da produção mundial (calculada sobre

a produção brasileira do ano de 1955-56, que deve ser considerada mais regular que a de 1956-57, pelos efeitos da geada sobre esta)	5,5%
Taxa média de crescimento do consumo mundial	2,5%

É indispensável ficar compreendido que o crescimento da produção não vai permanecer naquele ritmo modesto, que é apenas uma média aritmética apurada. Esse crescimento se elevará na proporção direta do volume das lavouras novas que anualmente entrarem em produção. Observem-se os Quadros ns. 2, 3 e 4 e o crescimento das percentagens anuais da produção.

Resta frisar que os dois grupos produtores, concorrentes do Brasil, exportaram toda a produção conseguida, inclusive o afro-asiático, a despeito dos elevadíssimos índices do seu aumento anual.

Em outras palavras isto quer dizer que os ônus representados por esses altos índices de aumento da produção em relação ao do consumo mundial são transferidos para o Brasil e adicionados aos que, normalmente, decorrem da própria produção brasileira.

Confrontadas as estatísticas de produção e exportação dos três grupos produtores — **Brasil, Outros Países Americanos e África-Ásia-Oceania** — verifica-se a seguinte posição dos mesmos no período de 1946 a 1956:

Brasil (1946-1956)

Produção total	172.444.000 sacos
Exportação total	171.152.000 "
Saldo não exportado	1.292.000 "

Considerando a disponibilidade real existente em 30-6-57, conclui-se que ao saldo não exportado verificado no confronto devem ser adicionados mais 5.917.000 sacos, remanescentes não exportados, que vieram constituir aquela disponibilidade em 30-6-57, num total de 7.209.000 sacos.

Outros Países Americanos (1946-1956)

Produção total	119.735.000 sacos
Exportação total	118.857.000 "
Saldo não exportado	878.000 "

Verifica-se que a produção superou a exportação em apenas 878.000 sacos, excedente esse praticamente sem grande significação mas já preocupando esses produtores que procuram de-

fender-se, ativamente, da acumulação de estoques.

África, Ásia e Oceania (1946-1956)

Produção total	60.509.000 sacos
Exportação total	64.693.000 "
Deficit da produção	4.184.000 "

Como se vê, somente em relação a este grupo produtor houve uma exportação que superou a produção em mais de 4 milhões de sacos, excedente esse que só poderia ser coberto por diferenças positivas decorrentes de falhas estatísticas, ou por frações das safras dos anos agrícolas de 1945-46 e de 1957-58 agora denunciadas no balanço.

Diante do exposto, fica evidenciada a precária posição estatística brasileira que, em 30 de junho deste ano de 1957 já apresenta um remanescente de 7.209.000 sacos paralisados à espera de mercados, contra uma situação equilibrada dos demais produtores.

Resulta, portanto, como conclusão do confronto estatístico exposto, que o Brasil já vem suportando o ônus de estoques retidos, sem mercados, o que não ocorre com os demais produtores, principalmente com aqueles que têm sido subestimados (grupo afro-asiático) pelos nossos economistas do café. Poderão alegar que esse remanescente brasileiro é constituído por cafés de baixa qualidade. Essa alegação jamais poderia ser invocada como justificativa da sua disponibilidade (safra sem mercado), uma vez que, fatalmente, ela se constituiria em agravante da situação econômica do nosso café.

* * *

Do confronto dos índices de crescimento da produção mundial exportável e do consumo também mundial, verifica-se a seguinte disparidade:

Consumo Mundial

Índices de aumento anual	2,5%
Média anual de crescimento quantitativo do consumo	806.100 sacos

Produção Mundial Exportável

Média anual de aumento, calculada em função da produção brasileira de 1956-57 sob os efeitos da geada de 1955 (média acidental, falsa)	3,5%
---	------

Média mundial calculada em função da produção brasileira do ano de 1955-56, que deve ser considerada mais regular e, portanto, adotada para quaisquer estudos econômicos	5,5%
Média anual aproximada de crescimento quantitativo da produção no mesmo período ..	1.763.400 sacos

Diante do exposto, o excedente resultante da diferença entre o aumento da produção mundial e o aumento do consumo deveria andar ao redor de 957.000 sacos anuais. Esse aumento anual, considerado o período de 10 anos, a partir de 1946, permitiria a formação de um estoque sem mercado da ordem de 9.500.000 sacos. Já demonstramos não haver, praticamente, estoques acumulados entre os produtores concorrentes do Brasil. A nossa situação, entretanto, em 30 de junho do corrente ano era a seguinte:

Disponibilidades existentes	3.609.000 sacos
Compras do I.B.C.	3.600.000 "
Total de disponibilidades	7.209.000 "

Diante desta realidade nacional, diante do pequeno estoque existente entre os outros países americanos e do quantitativo excedente apurado nos nossos cálculos (9.500.000 sacos), constata-se apenas uma diferença de mais 1.413.000 sacos, que deveriam estar gravando os nossos estoques retidos. Se esta diferença resulta de erros de cálculo, de deficiência de apreciação estatística ou simplesmente da sua precariedade proposital ou não, ela nada significa, pois que a realidade discorda do cálculo de probabilidade estatística somente em pequena percentagem. Com ou sem essa percentagem de erro, o fato inegável é a existência no Brasil, já em 1957, de uma vultosa massa de café sem mercado, que só deixaria de constituir problema se houvesse acentuada queda, repentina e acidental, da produção normal do país.

A situação que acabamos de descrever não chegamos abruptamente, como vimos pelos dados contidos no Quadro n.º 9. Ela veio criando-se lentamente, de ano para ano, no decorrer do último decênio. Aquêlo quadro nos dá uma clara idéia da decadência paulatina das nossas exportações, frente à conquista de mercados pelos outros produtores, sem qualquer demonstração, pelo Brasil da providência que se traduziria no interesse em ampliar seus mercados consumidores, em proporção compatível com o índice de aumento da sua produção, embora muitas tenham sido as advertências, entre as quais as nossas.

O ambiente nacional relativo à nossa economia cafeeira tem se mantido estagnado e apático, como se as forças econômicas internacionais ligadas ao café nada mais fôssem que simples e naturais baluartes defensivos dos interesses brasileiros e não exclusivamente dos seus superlucros.

Esse marasmo dominante, que também poderíamos levar à conta da ignorância nacional dos fatos que se relacionam e entrosam à economia do nosso grande e quase único produto de exportação, foi quebrado recentemente pela Resolução do I.B.C., de 2 de junho de 1957, aprovada pelo governo da República, que estabelece, além de bonificações ao exportador, as duas providências básicas seguintes:

- a) financiamento pelo Banco do Brasil, de conhecimentos de café da safra de 57-58, a 80% dos preços de compra nos portos, consideradas tôdas as despesas, e,
- b) compras de cafés da safra 57-58 no mercado disponível, pelo I.B.C., sempre que se tornar necessário.

O objetivo principal dessas duas medidas é o de assegurar a estabilidade dos preços ou simplesmente a sua defesa.

Justificando êsses atos fundamentais da Resolução do I.B.C. o Sr. Ministro da Fazenda pronunciou discurso contendo os seguintes trechos:

"A providência que acaba de ser aprovada pelo governo da República em prol da cafeicultura nacional é o resultado de cuidadosas e pacientes pesquisas em tôrno da evolução do mercado do nosso principal produto exportável. Não é ela um ato precipitado, surgido da súbita necessidade de recurso a soluções emergentes, que uma repentina agravação de condições da lavoura cafeeira tivesse tornado imperiosa. Representa, ao contrário, o término de estudos e trabalhos, já há meses empreendidos, com o objetivo de melhor fortalecer e caracterizar a política cafeeira do governo, executada sem vacilações e com proveito incomum, **como atestam os quadros estatísticos da exportação brasileira desde janeiro do ano passado.**"

"O momento para o anúncio das medidas de que se vinha cogitando é êste, em que os cafés da safra 1957-58 ainda se encontram em poder dos lavradores, que, dêsse modo, não serão surpreendidos com alterações **nas bases de valor pelas quais o seu produto passará a ser reputado.**"

“O fato de passarem os lavradores, como acontecerá em virtude das providências de agora, a **obter pelos seus cafés preços melhores**, está longe de significar, como à primeira vista poderia parecer, que se venha a descortinar a perspectiva de queda no preço-ouro. É que tal aumento de recursos tem por fim conceder ao lavrador a remuneração que lhe cabe de acôrdo com a qualidade do produto que oferece. E esta, quanto melhor fôr, mais será disputada nos centros externos de consumo, logrando, conseqüentemente, preços melhores.” (Os grifos são nossos).

Na mesma ocasião o Sr. Presidente do I.B.C. declarou também que

“sendo objetivo essencial dessa intervenção **assegurar a estabilidade dos preços**, o I.B.C. ficaria autorizado a recolocar, mediante venda, os cafés que viesse a adquirir.”

e mais que

“Ao I.B.C. serão proporcionados recursos suficientes **para executar o programa de defesa...**” (Os grifos são nossos).

Estas duas medidas básicas da Resolução do I.B.C., isoladas, diante da comprovada elevação da produção de café, tanto no âmbito mundial como no nacional, significam, em última análise, valorização artificial.

O decreto presidencial, de 4-6-57, que remove os recursos financeiros necessários à execução das providências formuladas na Resolução do I.B.C., frisa no seu art. 2.º, letra a, que

os valores e recursos a que se refere o art. 1.º se destinarão à **defesa do mercado do café** (o grifo é nosso) e a outras providências que menciona.

Falando sobre o assunto em resposta à pergunta de jornalistas sobre que medidas estariam sendo tomadas pelo I.B.C. na hipótese de super-produção próxima, teria declarado o presidente desse órgão:

“Das informações colhidas nas estatísticas, chegamos à conclusão de que há ainda uma situação de equilíbrio. Não obstante foram tomadas medidas para evitar uma super-produção, sendo a principal a estabelecida pelos acordos bilaterais.”

Por sua vez e na mesma ocasião o Sr. Ministro interrogado por repórter “sobre se o governo estaria cogitando de estabelecer relações comerciais com os países do leste europeu, aproveitan-

do, desta forma, aqueles grandes mercados para a exportação do nosso café”, teria declarado:

“Não foi programado nada neste sentido. Contudo, há meses, recebi uma representação da China Continental que me propusera tratar do assunto. O início de alguns estudos a respeito dava como possível o estabelecimento de relações por intermédio dos Bancos da China e do Brasil. Nada, porém, ficou concretizado. Os estudos continuam.”

Ao registrar, neste trabalho, as declarações supra, que teriam sido feitas pelos Srs. Ministro da Fazenda e Presidente do I.B.C., nenhum comentário cabe, pois que elas são altamente expressivas, evidentes por si mesmas.

De todo o ambiente formado no país pelo conjunto das medidas oficiais que assinalamos, tanto pelas críticas como pelos comentários elogiosos que determinou, originou-se uma nefasta situação de tranqüilidade que dificulta, aos menos avisados, a apreciação real e objetiva da grave situação econômica que o país atravessa, em que o café desempenha papel de preponderância vital. Por tudo quanto se pode observar neste ambiente de falaz tranqüilidade e segurança onde pouquíssimas vezes ponderadas de críticas certas têm se feito ouvir, não é possível mais a permanência de dúvidas quanto às calamidades que já não nos ameaçam apenas mas se avizinhavam celeremente e que estarão presentes dentro de prazo certo, no bojo da próxima safra cafeeira que o inverno deste ano de 1957 não prejudicou.

SITUAÇÃO ESTATÍSTICA ATUAL DO CAFÉ

Em 30 de maio de 1957, a nossa imprensa diária publicou prognósticos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (F.A.O.) e da Comissão Econômica para a América Latina (C.E.P.A.L.) sobre o montante da próxima produção cafeeira latino-americana de 1958. Esse montante foi calculado pelas entidades citadas em 36.850.000 sacos. Elas não se referiram à produção também em 1958 de outras regiões.

Não podemos depositar senão relativa confiança nas afirmativas desses órgãos internacionais, presos que estão a grandes interesses econômicos. Neste caso, por exemplo, achamos que aqueles prognósticos estarão aquém da realidade futura. Se admitirmos para a produção latino-americana (exclusivo o Brasil), em 1958, apenas 12 milhões de sacos (número inferior às exportações — não produção — dessa mesma origem em 1955) teríamos para o Brasil apenas um con-

tingente de 24.850.000 sacos que reputamos baixo. Se admitirmos que a safra de 1956, dessa mesma origem, e que foi de 14.245.000 sacos se repita no próximo ano de 1958, então o contingente brasileiro seria praticamente igual (22.600.000) à sua produção de 1955, ano da geada (22.063.000) em que essa safra, com parte ainda na árvore, sofreu reduções por efeito do fenômeno climático. Esses fatos nos levam a julgar precária a estimativa ou o prognóstico daqueles dois órgãos.

Todavia, para simples cômputo, vamos admitir aquêlo quantitativo ao lado da produção das demais regiões produtoras:

América Latina	36.850.000 sacos
África, Ásia e Oceania (produção igual à de 1956)	9.590.000 "
<hr/>	
Total	46.440.000 "
Dedução de possível consumo mundial exagerado	35.000.000 "
<hr/>	
Saldo	11.440.000 "

Note-se que a média do consumo mundial nos últimos 12 anos foi de 31.800.000 sacos.

Esse excedente de 11.440.000 sacos deverá ser acrescido dos estoques sem mercados já existentes e dos que advirão da safra em curso.

Diante desta demonstração, utilizados os dados da F.A.O., verificaremos da safra mundial de 1958 um saldo excedente de 11.440.000 sacos, que determinará fatalmente um impasse de tremendas conseqüências para os países produtores, de economia fundamentada no café.

A SITUAÇÃO ESTATÍSTICA DO CAFÉ NO BRASIL

Estoque disponível em 30-6-57	3.609.000 sacos
Estoque adquirido pelo I.B.C. em 30-6-57	3.600.000 "
Safra do presente ano de 1957 (estimativa)	17.700.000 "
Total	24.909.000 "
Previsão otimista da exportação no presente ano (1957) que não deverá ser atingida	14.000.000 "
<hr/>	
Total disponível em 30-6-58..	10.909.000 "
Safra possível em 1958	28.000.000 "
<hr/>	
Total	38.909.000 "
Exportação provável em 1958..	14.500.000 "
<hr/>	
Saldo disponível em 30-6-59 ..	24.409.000 "

Se admitirmos a previsão da F.A.O. e que a produção do grupo afro-asiático em 1958 venha a ser igual à de 1956, assim mesmo os excedentes do Brasil em 30-6-59 deverão ser superiores a 20 milhões de sacas.

Há a considerar novo fator prejudicial ao desenvolvimento das vendas de café brasileiro nos mercados tradicionais da Europa e que é constituído pelo mercado único ali instituído recentemente, passando, portanto, os cafés de origem colonial africana a gosar desse mercado livre, como também continuarão a ter preferência nas praças desse continente os cafés dos países livres da África, por força da comunhão dos interesses dos seus produtores e dos capitais europeus investidos tanto na própria instalação dessa produção como em outros ramos de atividade que formam o conjunto da atual economia africana.

AMPLIAÇÃO DOS MERCADOS

Este capítulo, de capital importância para o Brasil, não somente diante do balanço estatístico de suas disponibilidades atuais de café como da previsão das que sobrevirão em 1958-59, parece não existir na cogitação do governo, em particular dos responsáveis pelas coisas cafeeiras, haja vista as declarações transcritas neste trabalho tanto as de S. Excia. o Sr. Ministro da Fazenda como as do Sr. Presidente do I.B.C.. As máximas preocupações, hoje, se orientam, ainda, somente no sentido de ampliar o consumo nas áreas para onde canalizamos a nossa produção. Acertos internacionais entre os produtores latino-americanos, em estudos e já efetuados, continuam girando ao redor de velhas e caducas pretensões de se conseguir que o povo americano tome mais café, que o inglês substitua a ingestão diária de uma chávena de chá por uma xícara de café, que o italiano e o francês sacrifiquem, diariamente, um copo de vinho de sua dieta normal por mais café. Parece-nos que essas pretensões fogem à realidade dos fatos cafeeiros presentes, que abandonam o critério de objetividade que deve presidir sempre a qualquer plano de aumento de consumo que vise resultados concretos, práticos e positivos. Aquelas fracassadas pretensões tradicionais e por isso mesmo improfícuas, sugerem a nós, observadores, que os responsáveis pela campanha de aumento do consumo se tituam ainda, em plano fora do tempo, talvez propositamente por injunções políticas e econômicas exteriores. Contrariamente a esse estado de espírito suspeito, o Sr. Mc Kiernan, Presidente da Associação Nacional de Café dos EE. UU. por ocasião de excursão que realizou às zonas produtoras da África, teve oportunidade de declarar que os produtores de café

“revelaram uma evidente falta de inclinação para considerar o cultivo como um negócio, um negócio cabal, no qual o volume da produção significa pouco, a menos que seja desenvolvida, também uma atividade constante para aumentar as vendas e **ampliar os mercados**”. (O grifo é nosso).

Declarou mais:

“A indústria do café deve marcar rumos e não limitar-se a segui-los.”

Estas mesmas palavras do Sr. Kiernan, proferidas onde foram (na sua excursão pelas zonas cafeeiras da África), além de revelarem objetividade e indicar erros profundos, encerram ainda, tanto o propósito evidente de insuflar e criar o sentimento de insegurança entre os produtores americanos de café, como o interesse do consumidor norte-americano pela produção africana que, aliás, já está sendo financiada e importada pelos EE. UU.

* * *

A situação cafeeira do Brasil, no presente momento, já está, a nosso ver, com a sua sorte definitivamente selada, desde que já transcorreu o período crítico da possibilidade de ocorrência de uma calamidade menor, que ousaríamos chamar de salvadora. É pouco provável, agora, a ocorrência de uma geada tardia, ou de um período de seca ou de chuvas excessivas que, prejudicando a próxima safra, reduza o seu rendimento e transfira a super-produção para mais tarde, facultando tempo maior para a procura de novos mercados consumidores.

É incrível que tenhamos de considerar as calamidades climáticas como fator econômico benéfico, embora destrua intensa e extensamente o produto do trabalho brasileiro. Outros povos economicamente organizados rejubilam-se com as grandes colheitas. Nós lamentamo-las...

Antes do nosso inverno ou durante êle, estêve o Brasil num dilema: ou crise regional intensíssima pela ocorrência de uma terceira geada em 6 anos, liquidando a economia local, já anemizada pelos efeitos do flagelo em 1953 e 1955, ou crise calamitosa, de amplitude nacional, como efeito da super-produção relativa ou melhor, como efeito da incapacidade administrativa dos nossos dirigentes, que não souberam prever em tempo oportuno para prover de novas áreas consumidoras os excedentes de café que adviriam fatalmente.

Será pouco provável também, que agora, a um ano apenas da primeira grande safra dêste

novo período cafeeiro nacional, consigam as nossas autoridades colocação segura para os estoques excedentes. Por isso dissemos que a situação cafeeira já está com a sua sorte selada.

Por mera questão de interesse, de pretensas convicções ideológicas, na verdade por imposição de grupos econômicos estrangeiros, deixamos criminosamente de iniciar negociações comerciais generalizadas e de venda de café, particularmente, com os países da área socialista, em tempo oportuno e capaz de permitir que organizassem êles seus mercados distribuidores e consumidores. Há já alguns anos poderíamos haver iniciado nossas vendas de café à URSS, China Popular e demais democracias populares. Nesta questão, meramente comercial, deixamos de seguir os exemplos dos grandes países capitalistas que, embora centros de pertinaz reação ao comunismo, continuaram transacionando com a sua área, inclusive os próprios EE. UU.

Estamos convictos, pois, que os motivos desta nossa estúpida e passiva abstenção comercial não decorreu tão somente de convicções ideológicas (?), mas foram resultado de coerção, motivada por interesses econômicos e políticos de potência mais forte, a uma administração nacional subserviente que não ousa defender desassombadamente os superiores interesses nacionais.

Não temos o direito de esperar que hoje, aquêles países da área socialista, mesmo que tivessem boa vontade e quisessem generosamente nos auxiliar, pudessem nos valer na emergência atual ou na terrível contingência a que chegaremos, fatalmente, no próximo ano. A sua provável inexperiência no comércio distribuidor de café, a falta dêstes nos seus mercados internos e a ausência do hábito consumidor das respectivas populações, impediriam, talvez, a sua intervenção em nosso auxílio, mesmo que solicitados.

O que ocorreu com a Checoslováquia e Polônia poderia ter ocorrido também com os demais países da área socialista. Pelo Quadro n.º 10 incluso, ter-se-á idéia das importações de café, de tôdas as procedências, dêstes dois países, assim como a progressão havida nessas importações.

Como se vê pelo referido Quadro, as importações ali assinaladas se elevaram em mais de 325% naqueles prazos reduzidos. Não pretendemos insinuar que os outros possíveis mercados socialistas, tais como a URSS, China Popular, Rumânia, Bulgária, Hungria, Alemanha Oriental, etc. pudessem desenvolver suas compras, num intercâmbio normal, nas mesmas proporções das que estão assinaladas no Quadro retro. Nos dois

países citados houve restabelecimento de importações, é claro que em menor escala que anteriormente à guerra, já existindo antes desta algum hábito consumidor, todavia reduzido por efeito da própria guerra. O que, entretanto, não pode deixar de ser assinalado é que o volume de nossas exportações seria outro se, contemporaneamente ao restabelecimento, embora em nível precário, das exportações para a Checoslováquia, houvessemos iniciado vendas de café aos países que acima relacionamos, sem cogitarmos de questões ideológicas, tal como procederam os governos imperialistas inglês e norte-americano.

QUADRO N.º 10

C A F É

QUANTIDADES IMPORTADAS PELOS SEGUIN-
TES PAÍSES (DE TÓDAS AS PROCEDÊNCIAS)

<i>A n o</i>	<i>Checoslováquia</i>	<i>Polônia</i>
1948	27.257	—
1949	25.361	—
1950	32.756	—
1951	14.590	5.006
1952	25.300	4.146
1953	45.750	4.666
1954	41.512	13.330
1955	83.609	19.720
1956	117.429	21.415

Dados do I.B.C.

Aumento das importações da Checoslováquia em 8 anos	330%
Aumento das importações da Polônia em 5 anos	327%

Sobre a Polônia e Checoslováquia precisamos frisar também que o restabelecimento do seu comércio cafeeiro ocorreu em um ambiente econômico e material devastado pela guerra, não permitindo esse fato que os volumes importados atingissem senão a níveis modestos. Levando-se em conta a relação dos quantitativos populacionais desses dois países (28 e 14 milhões respectivamente) com a imensa massa consumidora dos demais citados, é fácil de se chegar a uma previsão exclusivamente norteadora do volume aproximado de café que poderia ser exportado para aqueles destinos.

Voltando à situação do café brasileiro, que se nos apresenta num beco sem saída se apenas considerarmos as possibilidades normais do mundo ocidental, poderíamos sugerir, ainda que com quase nulas possibilidades de êxito, pelos motivos já expostos, que se iniciassem entendimentos imediatos com representante credenciado do grupo de países socialistas no sentido de se permutar com vantagens recíprocas a maior massa possível de café a preços satisfatórios, bem como outros produtos e matérias primas, por produtos daqueles países que nos interessassem, tais como maquinário, veículos motores e tratores, petróleo e seus sub-produtos, carvão, ferro, óleos vegetais, etc.

Sendo o café mercadoria de fácil armazenagem e de duração prolongada, não seria de todo absurdo admitir-se a hipótese da negociação inicial de uma grande massa que, diluída pelas áreas demográficas de consumo, na máxima proporção quantitativa por ano e per capita, permitisse ao adquirente promover, paralelamente com a operação comercial e distribuição do produto pelas áreas consumidoras, a organização da sua industrialização e venda ao consumidor. Seria conveniente e de grande utilidade para o êxito da tentativa comercial sugerida, que a nossa mentalidade organizadora, habituada a procedimentos construtivos sob velocidade de câmara lenta, que se refletiria entre os nossos possíveis negociadores, não subestimasse a eficiência organizadora comprovada daqueles países, tão interessados na coexistência pacífica e no desenvolvimento das mais amplas e extensas trocas internacionais, como base segura da paz mundial.

Talvez que apenas sorrisos condescendentes de piedosa superioridade dos nossos renomados economistas, conhecidos apologistas de nossa subordinação aos trusts americanos, acolham essas sugestões simplistas, na aparência, porque destituídas de artimanhas e de complicadas fórmulas na solução do problema que aí está e que a sua capacidade acadêmica não soube evitar. Breve, entretanto, essa postura fátua de falsa superioridade, ter-se-á dissolvido ante o fragor crescente da crise econômica que se avizinha e que já não mais poderá ser detida, principalmente pelas panacéias usualmente indicadas pela economia tradicional. Ela atingirá a todos os setores da economia nacional. Dos modestos camponeses aos operários industriais; da pequena burguesia às mais altas classes da nossa lusida alta sociedade; dos grandes chefes da indústria aos mais fracos varejistas do comércio distribuidor do país; dos poderosos banqueiros aos insignificantes e nefastos agiotas e dos Senhores Fazendeiros e La-

tifundiários aos mais modestos chacareiros. As construções civis e a especulação imobiliária nos grandes centros sofrerão colapso prolongado e o afluxo, para os grandes centros, das massas mais empobrecidas e desempregadas do interior, criarão problemas novos e maiores, a desafiar a argúcia das elites dirigentes do país, que terão também de enfrentar o declínio violento das nossas já fracas atividades culturais.

Enquanto isso ocorre, uns poucos brasileiros e associados aos grandes grupos financeiros monopolistas mais superlucros obterão e poderão desfechar esmagadora ofensiva contra as posições e forças nacionalistas, que lutam pela libertação econômica de nosso país.

* * *

A política de procedimento governamental ante os estoques sem mercado que já começam a se amontoar no país foi demonstrada pela citada Resolução do I.B.C., que se resume na manutenção dos preços pela concessão de financiamentos e na compra de estoques sem mercado.

Em suas linhas gerais é a mesma fórmula suicida adotada pela administração paulista que sucedeu ao governo Carlos de Campos e fracassada em 1929. Havia, entretanto, uma diferença entre ambas. Aquêl plano de defesa de preços foi financiado por empréstimos externos ouro. Este terá seu financiamento coberto por emissões sucessivas, principalmente quando se acentuarem as quedas cambiais por deficiência de exportações

e conseqüentemente de divisas que dificultarão o recurso dos ágios. A inflação atingirá níveis até hoje desconhecidos entre nós.

* * *

Boa parte da geração válida, contemporânea da crise de 1929, ainda permanece entre nós, cheia de mossas, de cicatrizes e de recordações dolorosas indeléveis, testemunha e vítima do dantesco e trágico período em que ruiu tôda a economia nacional sob a avalanche dos nossos estoques de café de então, retidos e sem mercados. Parece que de nada valeu aquela tremenda experiência cujo desastroso efeito recuou o progresso do país e o reteve paralizado nos dois lustros subseqüentes.

De nenhuma utilidade são, aos olhos dos atuais dirigentes, para orientar sob outras diretrizes a política cafêira dominante, os remanescentes daquela geração que, amedrontados, presenciaram pela segunda vez o amadurecimento do erro fatal e percebem também, ao lado disso, os velhos indícios, que lhes ficaram na memória, de nova e silenciosa conclamação mobilizadora das múltiplas, complexas e eficientes forças do experiente General Café que, todavia, não poderá controlar os acontecimentos que irá desencadear, nem os rumos e nem a intensidade futura dos mesmos e dos decorrentes. A convulsão próxima, que abalará, no mínimo, os alicerces econômicos do país, servirá de base para a transformação de sua superestrutura política, que se processará ao ritmo da capacidade que revelarem as forças progressistas brasileiras, as forças nacionalistas.

Trajetória poética de Geir Campos

ELYSEU MAIA

Em edição da livraria José Olympio aparecida recentemente, Geir Campos reuniu, sob o título geral de "Canto Claro e Poemas Anteriores", sua obra poética, que começou a ser dada a público a partir de 1950. Naquêle ano, foi editado "Rosa dos Rumos"; "Arquipélago" em 1952 e "Corôa de Sonetos" em 1953. Além dêsses livros, o volume de que ora nos ocupamos contém a coletânea que lhe dá título e com a qual o autor obteve o Prêmio "Ólavo Bilac", da Prefeitura do Distrito Federal. Na presente edição, a obra poética é antecedida de nota biográfica sobre o autor, e a coletânea "Canto Claro" de um aviso a respeito da substituição, que êle houve por bem efetuar, de alguns poemas que originalmente faziam parte do livro.

Dessa forma, fica o crítico informado não apenas dos principais fatos pertinentes à vida do autor, como da recente modificação que se operou em sua conceituação estética. Estes dados, em que pese a opinião dos doutrinadores neo-criticistas, podem ser de grande utilidade, pois, segundo Herbert Read, "a crítica deve interessar-se não somente pela obra de arte em si, como também pelos progressos da escrita, ou seja, pelo estado de espírito do escritor quando se acha inspirado. Isto quer dizer que a crítica não deve interessar-se apenas pela obra de arte acabada, mas também pelo trabalhador, por sua atividade mental e seus instrumentos".

São os dados biográficos, aliás, que nos autorizam a dizer que a temporada em que Geir Campos viveu a experiência de piloto na marinha mercante parece ter marcado, nitidamente, pelo menos boa parte dos seus poemas, e até mesmo fornecido os títulos das coletâneas "Rosa dos Rumos" e "Arquipélago". Só que os elementos marítimos não funcionam aqui paisagisticamente.

O mar contemplado ou viajado, tem sido, desde séculos, aquilo que os cultores da ciência da literatura chamam um "motivo". Não seria necessário nem possível citar quantas vezes êle aparece, desde o singrado pelas naves recurvas de Homero, até o da poesia de Vicente de Carvalho, Cruz e Souza ou Manuel Bandeira. Em Geir Campos, o mar ou o viajar não se revelam com um desdobrar de horizontes, alargamento

de visão ou descoberta em extensão. Antes fornece motivos para que o poeta se debruce "sobre o mar interior" "a abrir-se enigma por todos os lados o horizonte sem pontas". As preocupações do autor tendem para uma conceituação metafísica. O navio êle o descreve solitário "e exilado em si mesmo como um homem".

Estamos examinando até agora os poemas de "Rosa dos Mundos" e, da leitura atenta que realizamos, podemos concluir que, sob o aspecto ideológico, êsse livro nos fornece em síntese as seguintes máximas filosóficas que informaram o autor:

O homem é um ser solitário e incomunicável ("Marinha" — "Pião" — "Verbo"); não encontramos respostas às nossas indagações metafísicas ("Juízo" — "Netuniana" — "Rosa dos Ventos" — "A árvore" — "Soneto"); o amor realizado não é solução e conduz ao tédio ("Amantes" — "5.^a Elegia" — "Corrente"); a própria alegria traz em si o germen da tristeza ("6.^a Elegia"); essas constatações conduzem à descrença e à desesperança ("Momento" — "Marionete" — "O Gigante" — "Gesto" — "1.^a Elegia" — "Bucólica").

Foi essa atitude diante da vida que determinou a forma da poesia de Geir Campos. Identificado o autor com a filosofia de toda uma linhagem de poetas germânicos, e não apenas de Rilke, como se apressaram a constatar certos críticos, seus versos teriam que encontrar o molde adequado e natural nos poemas de língua alemã. E' uma influência, não resta dúvida, mas uma influência tão legítima como a de outros poetas brasileiros que encontraram afinidade com a poesia de língua francesa ou inglesa.

Cultivando um tipo de poesia conceitual, com uma problemática filosófica que não é comum no pensamento nacional, Geir Campos se coloca em uma posição algo insólita em nossa literatura. Daí a estranheza com que muitas vezes é encarada a sua obra poética. De certo modo, êle se pôs à margem da corrente que vem sendo seguida por toda a poesia brasileira, desde o seu aparecimento. Como tem sido dito até à saciedade, o temperamento do povo brasileiro é essencialmente romântico e apaixonado, e isso tem sido refletido e marcado profundamente na

nossa poesia. Não há nela, praticamente, uma solução de continuidade, um novo modo de encarar assuntos como, por exemplo, o amor, desde os românticos até os modernos. Outra constante em nossa poesia é o otimismo. E quando nela aparece o pessimismo, raramente é de índole metafísica, mas quase sempre de raízes sentimentais.

Não resta dúvida de que Geir Campos possui um domínio que se poderia dizer quase magistral, da forma e dos recursos poéticos. Mas há em sua obra uma desvinculação, um rompimento com a maioria dos motivos que informaram até agora a poesia brasileira. Não vamos discutir aqui se esses motivos e ideais são ou não autenticamente nacionais. O certo é que a sensibilidade dos leitores já se encontra trabalhada por toda uma tradição poética, que vem de Gonçalves Dias até os poetas de hoje. E se esses sentimentos e ideais não forem realmente nativos, já se encontram de tal forma vinculados e aceitos que passaram a fazer parte incontestável do nosso patrimônio ideológico.

Essa defazagem entre tudo o que vem sendo o motivo de nossa produção poética e o que foi sentido e expresso por Geir Campos em seus poemas iniciais, é o que constitui, a nosso ver, o principal obstáculo a que sua poesia alcance um público e uma aceitação maiores.

Poderíamos tentar uma análise dos versos, para classificar metódicamente os recursos poéticos de que lança mão Geir Campos na realização de sua obra. Entretanto, como não é essa a preocupação que nos move no momento, sentimo-nos no dever de informar aos leitores que o poeta tem amplo conhecimento do seu *metier*, e se em certos momentos os seus versos possam denotar alguma preocupação de rebuscamento formal, esse fato decorre das exigências da sua própria temática. Em alguns poemas, é certo, parece ainda existir um eco da poesia da fase parnasiana, como por exemplo em "Tempestade", "Ruínas", "Mamoeiro", "Ampulheta", "Urubu", entre outros. Mas, em conjunto, não seria lícito classificar o autor como um neo-parnasiano, uma vez que mesmo nesses poemas encontram-se bem visíveis os elementos daquilo que poderíamos chamar a sua "visão do mundo".

"Rosa dos Rumos" é o livro representativo da fase inicial da obra poética de Geir Campos. E' em torno da ideologia expressa nesse livro até agora analisado, que podemos alinhar toda uma série de poemas incluídos em "Tema com Variação". Aliás, examinando-se as datas de elaboração dos poemas reunidos sob este título, verifica-se que muitos deles formam uma seqüência cronológica com os do primeiro livro.

As mesmas interrogações e perplexidades, como, por exemplo, em "Ser e Tempo" e "Do Amor"; o profundo desencanto de "Voto"; a inadaptação e o sentir-se só de "Noturno", "Claro Escuro" e "Tema sem Variação".

Já em "Corôa de Sonetos", se começa a perceber uma transformação, uma mudança na orientação do seu pensamento, a começar com a afirmativa do soneto I: "— construiremos um mundo substituto, / sem guerra certa e antes com certa paz"; ou no soneto II: "por exemplo descubro, minha amiga, / que nunca é tarde ou cedo para amar". A sua crença e esperança no amor, está expressa aqui em quase todos os sonetos, como nos IV, V, VII e XIV. Evidentemente uma corôa de sonetos, devido às dificuldades de ordem técnica na qual fica prêsso o poeta, limita a expressão e requer um malabarismo e uma contenção enormes para que seja preservada a unidade do conjunto. Não seria na forma intimista, de solilóquio, do soneto, que o poeta poderia buscar a sua nova maneira de encarar o mundo e as relações entre os homens. Continua aqui o poeta o seu monólogo, mas já agora em outros termos.

"Iniciação ao Diálogo" pode ser tomado como o ponto de partida do esforço de Geir Campos para romper com aquela ideologia e conquistar novas áreas para a sua expressão poética. Nos poemas de "Canto Claro", livro do qual faz parte o acima citado, embora ainda em alguns momentos se notem fortes marcas de sua fase anterior, o verso já rompe a estreita barreira em que vinha sendo contido e o poeta, antes demasiadamente preocupado com o processo de elaboração artística, o que não raro o levava ao requinte, se deixa arrastar mais livremente em função da nova temática.

E' evidente que não se poderia esperar, ou exigir que em curto espaço de tempo o poeta conseguisse, abandonando os temas e as formas já longamente elaboradas, apresentar uma obra plenamente amadurecida, em bases ideológicas diversas.

Mas, em poemas como "Tarefa", "Edifício", "Elegia Quase Ode" e "Alba", irrompe um sentido novo que parece indicar um alargamento da visão do poeta, uma esperança na luta dos homens, bem diversa de tudo o que antes constituíra a sua preocupação.

Já o título "Canto Claro" exprime suficientemente bem a nova conceituação estética espçada por Geir Campos. De posse de um seguro domínio formal, o poeta dispõe dos instrumentos adequados para a construção da sua obra futura, da qual, estamos certos, muito podemos esperar.

O Sobrinho de Rameau

E. CARRÉRA GUERRA

As obras literárias de Diderot são, de um modo geral, transposições para o plano artístico dos problemas que, como filósofo, o preocuparam a vida toda, sem, contudo, chegar a resolvê-los.

A forma artística prescinde de soluções não específicas, e, uma vez alcançada, satisfaz o espírito criador e perpetua-lhe as indagações.

E, no caso de Diderot, não só razões de ordem interna, por assim dizer, contribuíam para isso.

Conforme assinala G. Lukacs, quanto mais multiformes e mais intrincados são os problemas levantados pelas épocas de transição histórica, "maior é a parte que a literatura pode representar na evolução social, na preparação ideológica de uma grande crise nas relações sociais". Daí por que "os grandes ideólogos de tais períodos dão a maior atenção ao fenômeno literário". Daí por que "a apreciação e a análise crítica da literatura ocupa uma parte considerável senão principal de suas obras filosóficas e publicísticas".

E' o caso de Lessing, de Tchernichevski, de Belinski, de Dobroliubov. E' o caso também de Diderot.

Mas, Diderot não era apenas o magnífico escritor, dono dos perdidos segredos da prosa francesa do século XVIII (E. Herriot).

Há em seu pensamento, desde o início, uma dialética espontânea, um dinamismo incessante que o leva, não só à audácia das hipóteses, mas ao aprofundamento constante das controvérsias, perquirindo exaustivamente o pró e o contra de uma dada questão.

Mesmo quando discorre ou disserta, o movimento de sua prosa é coloquial, como se, por falta de interlocutor, discutisse consigo mesmo. E, à medida que amadurece, à medida que, por motivos circunstanciais, se isola do grande público e aprofunda os problemas, aguça-se sua dialética espontânea, instintiva, e Diderot se transforma no "homem do diálogo" (Henri Lefebvre). Pode-se dizer diálogos de Diderot, assim como se diz diálogos de Platão. Essa é a sua mais alta forma de expressão literária, a forma de suas obras-primas, entre as quais excele *O Sobrinho de Rameau*.

Entretanto, esse livro único esteve a ponto de perder-se. Vale a pena conhecer sua acidentada história.

Tinha o filósofo bons motivos para não o publicar em vida.

A sátira impiedosa vergastava inúmeros figurões do dia. Ajustava contas com a raça servil dos Palissot, dos Fréron e com todos os inimigos dos enciclopedistas, amarrava ao pelourinho músicos, atrizes, atores, abades, ricos e a chusma dos lacaios, cortesãos e bajuladores, punha a nu, sob luz crua, a hipocrisia e as iniquidades sociais. E o autor já sofrera o cárcere, além de muitas ameaças e perseguições, por causa de seus escritos.

Assim, o manuscrito de *O Sobrinho de Rameau* foi, com a biblioteca do filósofo vendida a Catarina II da Rússia, remetido depois de sua morte para o *Ermitage*.

Diderot, provavelmente, — já que esse era seu hábito — mandara tirar várias cópias do texto e as distribuira entre amigos.

Certo, porém, é que, se a primeira edição de suas obras completas (Naigeon, 1798) não inseriu o *Rameau*, uma cópia vai ter às mãos de Schiller, que a passa às de Goethe. Este se entusiasma com a obra e aceita logo a proposta de traduzi-la. Propunha-se o editor alemão a reproduzir separadamente o texto francês, o que não chega a fazer, pois, sobrevindo a invasão napoleônica, o ódio guerreiro, cego, se estende a tudo que lembra o inimigo, inclusive sua língua, sua cultura.

Depois de traduzi-lo, Goethe devolve a Schiller o manuscrito, que vem a extraviar-se. A tradução de Goethe — fiel, embora pudicamente expurgada de certas passagens — é publicada em 1805. E assim desse extraordinário trabalho de seu famoso patricio, os franceses vão conhecer primeiro o texto alemão.

Dezesseis anos depois, os editores franceses Saur e Saint-Genes resolveram publicar (1821) um suplemento às obras completas, nele incluindo uma muito inexata tradução da tradução de Goethe.

Em 1823, é a vez de Brière, que apresenta uma nova versão, pretendendo ter obtido de Mme. Vendeul, filha de Diderot, um manuscrito original, coisa que foi posta em dúvida. Em todo o caso, pelo testemunho do próprio Goethe, a edição Brière aproxima-se do manuscrito que

pertenceu a Schiller, embora seja também acusado de graves infidelidades.

Nas edições Assézat-Tourneaux (1875-1884) — as mais completas até hoje — as versões do *Rameau*, ainda que melhoradas, apoiavam-se não se sabe em que originais.

Foi por um acaso feliz que Georges Monval, bibliotecário da *Comédie*, encontrou num *sebo* de Paris, em 1890, um manuscrito do célebre diálogo. Publicou-o, no ano seguinte, na revista *Bibliothèque élzévirienne*, com eruditas anotações. Esse texto, o único que merece fé, passou a ser chamado de Monval e é o que aparece em tôdas as edições modernas.

Uma obra-prima como *O Sobrinho de Rameau* suscita forçosamente numerosas questões. Incita o leitor à reflexão e parece inesgotável como fonte de problemas e querelas críticas.

Repassaremos aqui apenas algumas.

A primeira diz respeito ao realismo diderottiano, no tratamento do seu personagem.

Uma crítica primária (Jal) começou por contestar a veracidade do retrato. O personagem existiu mesmo. Chamou-se no século Jean François Rameau, nascido em Dijon, em 1716, e morto não se sabe quando, numa espécie de asilo para onde, no fim da vida, a miséria e a caridade o haviam tocado.

De fato, Rameau foi músico e professor de cravo, lecionando a senhoritas da alta sociedade; de fato, era sobrinho do célebre Rameau; de fato, foi conservador faceto e caráter brigão; de fato, foi casado e cedo perdeu a mulher; de fato, foi boêmio, perdulário, inconseqüente, conhecido de Fréron, protegido de Bertin e freqüentador assíduo do café *la Régence*. Mas, é fato também que, sem inveja, muito admirou o tio; que amou honestamente sua mulher; que era pessoa simpática e afetuosa — testemunham isso seus amigos Mercier e Cazotte —; que nunca teve idéias cínicas e, finalmente, que foi medíocre em música, como em tudo o mais.

Daí o crítico bisonho concluía pela condenação do retrato, por infidelidade ao modelo. Não lhe ocorre que, no processo criador, realista, o pretendido modelo não passa de um bom pretexto, fértil em sugestões. E que, só para descobri-lo, já não bastavam os olhos desarmados de um simples retratista, nem que o modelo jamais teria sobrevivência, jamais teria realidade histórica, se não servisse, nas mãos do artista, como um ponto de partida para a criação de um outro ser. Rameau, homem determinado, ser concreto e efêmero, deve sua memória, sua eternidade, a Rameau personagem, a Rameau ficção, em certo sentido mais real que êle.

Mas, o mesmo argumento da infidelidade serve a um crítico erudito como Henri Bénac,

anotador da edição *Classiques Garnier*, para, da discrepância com o modelo, concluir que há ali “o contrário da atitude realista”, e “um símbolo múltiplo”. Talvez o conceito de realismo para Bénac seja ainda flaubertiano. O seu desacêrto, que nos parece flagrante, traz à tona, desde logo, o problema difícil da conceituação do *típico*, como caráter essencial do verdadeiro realismo.

Não padece dúvida que Diderot, embora conhecendo pessoalmente o seu modelo, não quis absolutamente retratá-lo. Para isso teria escrito uma biografia, coisa que não se faz com material mediocre. Toma-o, sim, como pretexto, como ponto de partida; exagera-lhe as qualidades, isto é, os defeitos, define-o cada vez mais definindo o meio que o circunda e de que é produto, traça-lhe o contorno preciso, fazendo desfilar uma extensa galeria, uma fauna humana completa e variada, criticando, enfim, com extremo vigor, tôda uma sociedade.

Caricatura? Realismo da sátira, pode-se responder, essa caricatura pintada com palavras.

Realismo naturalista seria a exatidão miúda, a reprodução do detalhe, o recorte objetivista e frio do modelo, das cenas, das vozes, sem exageração. Com isso, Zola, autor de tantos romances, jamais criou um tipo. Com isso, jamais se atingiria a sátira.

A apreensão do típico não resulta tampouco da pesquisa da mediana, nem da soma dos valores. Um personagem típico como D. Quixote ou Sancho, Jeca Tatu, o Conselheiro Acácio, Oblomov ou Rameau é sempre produto de uma exageração.

Os indivíduos que, na vida real, os representam — e dos quais foram tirados — inúmeras vezes os desmentem pelo seu comportamento. Mas, os personagens-típos continuam sendo verdadeiros e, de certo modo, mais reais que seus modelos. E' que os indivíduos, na vida real, jamais encarnam um só tipo exclusivo e puro, enquanto aquelas suas imagens revelam, pela exageração, a sua verdadeira essência.

Todavia, essa exageração não pode ser arbitrária, não pode resultar da mera fantasia do autor. Difícil, senão impossível, será formular o processo interno, pelo qual o artista surpreende e capta o essencial, criando o personagem, a situação típicos. Mas, vai-se aferir da revelação da essência, da consecução do típico, pelo grau da universalidade que o artista criador consegue extrair de uma dada realidade concreta.

Exagerando, isto é, levando às últimas conseqüências os defeitos intrínsecos à aristocracia decadente e à sociedade burguesa nascente, *O Sobrinho de Rameau* transcende à sua época, torna-se libelo de tôda e qualquer sociedade di-

vidida em classes, em ricos e pobres, em senhores e servos. Daí a sua perfeita atualidade.

Henri Bénac mesmo reconhece que Diderot “prevê aquilo que será confirmado pelos resultados da Revolução Francesa, uma nova sociedade fundada unicamente sobre o dinheiro”.

Mas, a essência não esgota o conteúdo. Ao contrário, é dele apenas o núcleo irreduzível. Sempre haverá muito o que dizer de *O Sobrinho de Rameau*, neste sentido verdadeiramente um “símbolo múltiplo”.

Bénac ainda o aproxima de Balzac. Enquanto este revelaria as “leis” da sociedade burguesa, Diderot dar-nos-ia deia “uma visão caricatural e burlesca”.

Lukacs por sua vez, tem o *Rameau* como a única obra que merece ser considerada como a precursora ideológica das “Ilusões Perdidas”.

Há, sem dúvida, um aspecto pelo qual os dois realistas muito se aparentam. Ambos levam a apreensão do real, satírico ou novelesco, até contradizerem suas próprias convicções ideológicas. Ambos parecem obedecer instintivamente ao preceito: se os fatos contrariam minhas idéias, pior para minhas idéias. Balzac romancista desmente Balzac legitimista. Diderot moralista é derrotado por sua criatura Rameau, o imoralista.

Em verdade, no célebre diálogo, Diderot põe a moral, a sua moral, no banco dos réus.

Rameau, o cínico, não é todo Diderot mas o seu fundo oculto, a sua tendência dialética irresistível, as suas dúvidas, as suas perplexidades morais. Todos os desmentidos que a reflexão e a observação da realidade podiam trazer à sua teoria moral, Rameau os recolhe e perfilha.

Fara um sincero apologista da Virtude, com maiúscula, entidade abstrata, racional e imutável, era chocante verificar que: “cinto dourado vale mais do que boa reputação” e que “a voz da consciência e da honra é bem fraca, quando gritam as tripas”.

Fara um partidário da igualdade natural dos homens, era imoralismo ter de reconhecer que a verdadeira tradução de *Malus est robustus* será *O mau é uma criança robusta* em vez de *A criança robusta é má*. Então a maldade liga-se inerentemente à saúde, ao vigor? A bondade será então a virtude dos fracos?

Há que discutir também o problema das paixões. Diderot as aceita e valoriza. Mas, como conciliar a educação — da qual tanto esperavam os moralistas do século — com os ensinamentos

da psico-fisiologia, que nega a tão decantada igualdade natural entre as criaturas? Como poderá a educação tornar apaixonado um temperamento frio? Como poderá fazer de um néscio um gênio?

O autor, que já reconhecera sàbiamente que “o paradoxo nem sempre é uma falsidade”, não o teme. E no seu ímpeto teorizador, dele se avizinha freqüentemente.

No elogio das paixões, acentuará, de preferência, as grandes paixões, pois, conforme diz o cínico Rameau, de que valerá a mediocridade nesses assuntos?

E o filósofo não observara que “a regra dos poetas é atirarem-se aos extremos”?

Não escrevera que “a poesia quer qualquer coisa de enorme, de bárbaro, de selvagem”? E até, consoante isso, não aconselhara aos poetas: “sêde tenebrosos”?

Onde ficava então a felicidade que devia decorrer da prática da virtude? Confundir-se-ia com a mediocridade?

Tôdas essas perplexidades encontram guarida no *Rameau*.

No balanço das indagações audaciosas, o moralista é projetado longe, num reino nietzschiano, que fica além do bem e do mal. E daí, para pleitear exceções morais para os fortes, para os grandes, para uma elite, resta apenas um passo.

Rameau sustenta que a perfeição do vício, a grandeza no crime infundem admiração e mesmo um certo respeito geral. O filósofo, por sua vez, já assinalara que “se Tarquínio não ousasse violar Lucrecia, Scévola não manteria a própria mão sobre um braseiro ardente”.

Assim, quem vence na discussão — pelo menos, momentaneamente, e na medida em que se “vence” numa discussão — é Rameau, o caricato, o cínico.

Mas não se conclua daí que Diderot era ir-sincero como moralista. Sua moral, toda tendência do seu pensamento deviam desaguar no humanismo moderno. Não lhe cabia a culpa se, em seu século ainda não se podia surpreender o mecanismo interno, sócio-econômico, das injustiças que contemplava, nem a relatividade da história e da moral. Estava, porém, implícito na filosofia do século que, se todo o conhecimento, bem como o prazer e a dor, vinham do mundo externo, através dos sentidos, era necessário transformar o mundo para promover o progres-

so e a felicidade dos homens. Para que uma nova educação produzisse seus efeitos era preciso que os educadores fôsem, por sua vez, educados.

Isto Diderot não alcançou, nem podia alcançar. O que fez, em sã consciência, foi pensar e repensar audazmente os problemas que o preocupavam e não tergiversar em exibir as contradições que o abalavam. Em última análise, servia sempre e unicamente à verdade. Se a negatividade crítica o domina, não é apenas porque, como dizia Milton, o poeta é, via de regra, partidário do diabo. Hegel, exatamente a propósito de *O Sobrinho de Rameau*, assinalou que "a voz da evolução histórica é ouvida não no retrato isolado do que é bom, mas no que é negativo, no que é mau e perverso". A consciência perversa, negativista, vê com acuidade as conexões em sua natureza contraditória, faz a crítica destruidora das ilusões; enquanto a outra se alimenta precisamente de ilusões, procura captar o que se mantém inexpresso, o que ainda está para vir, e tem de se contentar com pormenores isolados, incidentais.

Se faz a apologia das paixões fortes é natural e lógico que Rameau — aqui coincidindo inteiramente com o seu criador — prefira a música italiana à francesa, Lulli ou Pergolese a Rameau-tio, a melodia carnal, a dramaticidade cá-lida de uma, ao estilo elaborado, ao frio intelectualismo da outra.

A própria forma do texto diderotiano já foi comparada a uma composição musical. Há introdução de temas, desenvolvimentos, contrapontos, recapitulações, *finales*. Tôda uma orquestra de vozes, de imitações. E, desde que estamos no terreno da forma, cumpre indagar: por que um tal mestre do diálogo não foi um grande autor teatral? E' o que, de início, intriga a quem lhe conheça o fracasso das peças *O Filho Natural* (1757) e *O Pai de Família* (1758).

Os críticos concordam, porém, em que o fracasso teatral de Diderot não se deve à fraqueza do diálogo, senão dos personagens espartilhados em suas concepções morais, e das cenas, atravancadas pela pintura ociosa dos detalhes, perdendo-se na preocupação de demonstrar antes de mover.

Diderot, como teatrólogo, fracassa, pois, na criação daquilo que modernamente se chamaria de "herói positivo".

Mas, é sabido também que, apesar desses desastres, foi de suas mãos que saiu um gênero novo: o melodrama; e que, quando se abandonou

à sua inspiração, à sua verve, à sua negatividade, conseguiu uma pequena obra-prima: *Será que êle é bom? Será que é mau?* (1781).

Peça de destino também curioso: até hoje nunca foi encenada, apesar de seu reconhecido valor, apesar dos esforços de um Baudelaire e de diversos outros homens de influência e bom gosto, seus entusiastas.

Diderot, mestre do diálogo, autor da melhor prosa do século XVIII, já foi acusado de não saber escrever, de não ter estilo.

Como vimos, razões intrínsecas e extrínsecas ao evolver de seu próprio pensamento conduziam-no ao diálogo. Acusam-no de abusar das enumerações e de certas expressões coloquiais (como o *c'est*), introdutórias da frase e de outros pecados de estilo ou de falta de estilo.

Como se Diderot não tivesse em alto grau a consciência do artista! Como se desconhecesse o espinhoso e fatigante trabalho de lima na oficina do escritor! Como se não estivesse prevenido contra os obstáculos de uma língua em que quatro expressões de mau gosto matam um bom livro onde se põe reparo à repetição de uma palavra numa mesma página! Como se não atentasse em que escrevia num país onde se exige estilo doce, fácil, elegante, elevado e harmonioso, onde as mulheres escrevem bem e pontificam no assunto, onde, enfim, mesmo ao tratar-se dos mais sérios temas, os leitores preferem divertir-se a instruir-se!

Tudo isso deixou êle expresso. E Rameau permaneceu na banca do ourives, passando por sucessivos polimentos, durante mais de doze anos!

Considere-se: Diderot escrevendo, é um dionisiaco, não um apolíneo. Sua força está no impulso, na fuga do estilo, no movimento sempre amplo e, por vêzes, vertiginoso das idéias. Sua maestria fixa-se nisto e não no trato metuculoso, demorado e frio das palavras ou das frases isoladas. Nestas condições, cabe a conjectura de que, ao burilar, Diderot se preocupasse mais em esclarecer e enriquecer suas idéias, por meio de cortes, acréscimos ou outras modificações, do que com a jardinagem miúda dos vocábulos e das flôres de retórica.

O estilo de um dialoguista tem de guardar forçosamente os sinais da linguagem falada. Mas, os recursos do escritor se põem à prova na medida em que, passando ao plano da linguagem escrita, substitui os elementos de interesse e encanto do diálogo vivo: a presença do interlocutor, sua voz, entonações, gestos, expressões fisio-

nômicas e até o ambiente, a paisagem circundante. O diálogo *escrito* de Diderot reconstitui esses desaparecidos segredos da linguagem falada. Não põe apenas duas vozes sem corpo em presença. Mobiliza todos os recursos, todos os "artifícios" do escritor para recuperar o movimento, o colorido, a vivacidade do diálogo real.

Na verdade, como arte, tende a ser mais perfeito do que este. Dificilmente, duas pessoas conversam desenvolvendo e confrontando teses, ordenadamente, até o fim. Isto raramente se daria, mesmo noutros tempos, quando ainda se cultivava a arte, hoje inteiramente perdida, de bem conversar. As deixas longas, com a sua brilhante arquitetura de conceitos, com seu continuado nexu lógico, não podem nascer da improvisação e, no diálogo real, seriam interceptadas, fragmentadas pela impaciência do interlocutor comum.

Mas, em certas pausas, no abandono enfadado de alguns temas, na aparentemente ocasional entrada de outros, na marcha e contramarcha dos argumentos, dando uma proposital impressão de desordem, o diálogo do *Rameau* se mantém, à custa de muita arte, nos limites do natural, do verossímil perfeito.

Não se diria o mesmo das cenas intercaladas em que se descrevem as incríveis pantomimas do personagem faceto. A exageração, a caricatura aí atingem o auge. Rameau careteiro, Rameau violinista ou pianista de cordas ou teclados imaginários, Rameau imitando todos os instrumentos de uma orquestra, correndo de um para outro, como um possesso, Rameau na pantomima do lacaio, beijando os pés da pequena Hus, Rameau na pele do professor de piano, tagarela e tapeador, Rameau no papel de alcoviteiro e, ao mesmo tempo, no da moça seduzida, tudo isso é completamente inverossímil mas dá dimensão e vigor extraordinários à genial caricatura. A comicidade dessas cenas é irresistível, nem lhes falta o ritmo célere, elemento infalível de hilaridade.

Como resultado dessa multiplicidade de planos, desse desdobramento de um personagem em cem outros, do entrecruzamento de vozes e de histórias diversas, revela-se, em toda sua nudez, a grande pobreza dos sinais comuns de pontuação para marcar as passagens de nível, as interpolações, os estados cambiantes, as mudanças e os matizes de tom, para acompanhar, enfim, as complexidades de movimentação do texto.

Console-se o leitor lembrando-se de que também os sinais musicais falham na transcrição de certos sons e de que, mesmo na partitura clássica, subordinada a regras estritas, descobrem os *virtuosos* lugar para interpretações diversas.

Assim, diante de *O Sobrinho de Rameau*, como se se tratasse de uma partitura para o *virtuose* ou de uma peça teatral para o diretor, o leitor é chamado a colaborar, a interpretar, compondo na imaginação o que os sinais gráficos de pontuação não conseguem expressar.

Não duvidamos de que isso só fará aumentar o prazer e o interesse do leitor pelas cenas vivíssimas que se vão desenrolar ante seus olhos e no palco de sua mente.

Afinal, melhor, mais sugestivo do que qualquer comentário, é o conhecimento direto da obra-prima em si mesma.

BIBLIOGRAFIA

- Diderot*, Henri Lefebvre, Les Editeurs Rennis, Paris, 1949; *Contribution à l'Esthétique*, Henri Lefebvre, Éditions Sociales, Paris, 1953; *Extraits des Philosophes du XVIIIe. Siècle*, G. Lanson e R. Naves, Classiques Hachette, Paris, 1933; *Studies in European Realism*, George Lukacs, Hillway Publishing Co., London, 1950; *Les Pages Immortelles de Diderot*, Édouard Herriot, Éditions Corrêa, Paris, 1949; *Diderot, par lui-même*, Charles Guyot, Aux Éditions du Seuil, Paris, 1953; *Oeuvres Romanesques de Diderot*, texto e notas por Henri Bénac, Ed. Garnier, Paris, 1951; e *Oeuvres de Diderot*, texto e notas por André Billy, Ed. Pleiade, 1951.

Livros do Mês

"Ensaaios Filosóficos"

GARCIA RAMOS

Em volume de quarenta e um capítulos, EURYALO CANNABRAVA (Ensaaios Filosóficos, Inst. Nacional do Livro — 1957) — destina meia dúzia à crítica do marxismo, sucesso raro no Brasil, onde os ensaístas insistem em ignorá-lo. As baterias são assestadas contra a Dialética: "Os escritores marxistas em geral procuram defini-la, mas cada qual defende sua própria interpretação". Por que se chega a tal afirmativa se é notória a uniformidade entre os clássicos?

Concebida como ciência das leis mais universais de todo o movimento, Marx e Engels viam-na como a doutrina da evolução, "ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano" (die Wissenschaft von den allgemeinen Gesetzen der Bewegung, sowohl der äussern Welt wie des menschlichen Denkens) — Engels "Lud. Feuerb"). No trabalho sobre as "Três Fontes e Três Partes Integranes do Marxismo", Lênin a define como a doutrina do desenvolvimento em sua forma mais completa, mais profunda e mais livre de unilateralidade, a doutrina da relatividade do conhecimento humano, que nos dá um reflexo da matéria em constante desenvolvimento.

Lamenta o senhor Cannabrava a contraposição do pensamento dialético a um suposto pensamento estático. "O mais estranho de tudo isso é que os representantes da Lógica dialética jamais tentaram refutar os princípios aristotélicos...".

Há confusão lamentável do ensaísta quando admite Lógica dialética **versus** Lógica formal. Não se cogita disto, pois não há uma Lógica dialética absolutamente oposta à Lógica formal. Esta resolve o problema da verdade de um modo elementar. Responde por um sim ou por um não a determinadas questões, fixando uma distinção definitiva entre a verdade e o erro.

Longe de nós propósito depreciativo de seu papel histórico. Sem as suas categorias, não teria a ciência elaborado um quadro geral do mundo; atingido, no entanto, certo grau evolutivo, passou à Dialética a função histórica de substituí-la. "La logique traditionnelle — diz Politzer — n'est pas fausse en soi; mais si on prétend l'appliquer hors de ses limites, elle engendre l'erreur. La méthode dialectique va plus

loin; elle se donne pour but d'atteindre tous les aspects d'un processus. La logique formelle, en somme, n'atteint que l'aspect le plus immédiat de la réalité" (Principes fondamentaux de Philosophie — Ed. Social — 31-32).

Não se entendendo a Dialética como doutrina, concluiu-se que o sistema marxista devia ser racionalmente demonstrado em critérios lógico-formais. Lembremos que a teoria do pensamento com suas leis é a lógica formal da Dialética; ("ist lehre vom Denken und seinen Gesetzen — die formelle Logik und die Dialektik" — Anti-Dühring, Engels, pág. 29).

No ensaio — O que é Lógica Dialética — não se percebem as razões de seu caráter. A verdade é sempre concreta. A questão de prática como critério da verdade. "La vérité est un processus. De l'idée subjective, l'homme va à la vérité objective en passant par la pratique (et la technique) — Lênin — Cahiers phi., pág. 174. Já o caráter abstrato da Lógica formal tem origem no seu método superficial. Assim se chama porque observa o problema da verdade de modo abstrato.

Alega o senhor Cannabrava: "A ontologia histórica do marxismo, representa, talvez, a sua maior contribuição ao movimento anticientífico da filosofia moderna".

Só no estudo da correlação entre as verdades absoluta e relativa é que se pode perceber a importância da história na Dialética. A verdade absoluta dimana de verdades relativas e isto constitui um processo histórico. A Lógica dialética, por essas razões, reputa o objeto estudado sob tal ponto de vista, coincidindo com a história do conhecimento e com a história da ciência. Arredando-se do curso do conhecimento isto é, daquele que considera a verdade como um processo, afasta-se, por consequência, do movimento. A incompreensão das relações entre as verdades absoluta e relativa, levou Mach, nos princípios do século, ao desenvolvimento do idealismo na Física. Fugir ao processo, ao movimento, à história, é retirar às leis da ciência o conteúdo materialista.

Depois de intempestiva apologia da Lógica clássica, afirma o autor que as diversas tendências de formalização das ciências sociais, assim

como a matematização dos capítulos mais importantes da Física e da Biologia, somente se tornaram possível em virtude da eliminação do fator histórico, considerado irracional por exceção.

Revelam-se assim as limitações do metafísico. Djacir Menezes, adepto do chamado método científico, responde às ilações do autor: "Tôdas as coisas, quer na Natureza, quer na sociedade, não são acabadas e indestrutíveis, mas processos, desenvolvimentos, transformações em via de desaparecimento; e supõem-las invariáveis, imutáveis, ontem iguais a amanhã, é jogar com abstrações. é *posição metafísica* (o grifo é nosso) do espírito...". A Lógica formal é a lógica do estático. Para apanhar o movimento só a logística moderna, movimento na natureza e movimento na sociedade, ambas expressões de *longo processo histórico de desenvolvimento* (o grifo é nosso). "Preparação ao Método Científico", pág. 73-74.

Os fenômenos são processos do mundo, processos históricos da natureza, enquadrando-se numa unidade; a inteligência de tudo isso foi sintetizada por Marx no princípio: Não conhecemos senão uma ciência, a ciência da História.

De volta à matematização, necessário salientar que a preocupação do senhor Cannabrava em demolir a filosofia científica de Marx levou-o a distanciar-se de seus companheiros. Os sectários do método matemático, diante da Dialética, sempre se comportam de modo mais prudente. No Brasil, Pontes de Miranda, na "Introdução à Sociologia Geral", sustenta que o determinismo estatístico já está subentendido na concepção dialética. As noções do determinismo estatístico e das leis estatísticas reconhecem a fenomenalidade universal, motivo por que Djacir escreve: "E' na natureza que se encontram as leis lógicas apreendidas pelo gênio de Hegel... todos os fenômenos são processos históricos da natureza, dentro da qual surge a sociedade..." (op. cit. pág. 301).

Quando os adeptos do método científico se fixam na análise dos estados estáveis em Sociologia, admitindo-os como estados dinâmicos, chegam fatalmente ao salto qualitativo por acúmulo de variações quantitativas. A luta dos contrários é imanente à própria dinâmica da evolução, também afirmam. O próprio senhor Cannabrava contraria toda a crítica que faz à Dialética, ao endossar a tese de que o pensar obedece a um processo de desenvolvimento, ou quando consagra a fecundidade dos princípios dialéticos, apelando para a história da ciência. (Referência a Paul Freedman — "The Principles of Scientific Research").

Entre outras afirmações, três não omitiremos. A primeira consiste em tachar a Dialéti-

ca de credo religioso! Não a compreendemos nos "Ensaio Filosóficos". A segunda anuncia que os conceitos do materialismo dialético são triviais e ingênuos! Por que o senhor Cannabrava consagra tantos capítulos ao marxismo e ousa de ressuscitar Sócrates para a sagrada tarefa de destruir uma concepção tão ingênua?

Afirma-se finalmente que os marxistas costumam lançar injúrias àqueles que fogem à linha hegeliana. E' possível que, diante de certos argumentos primários, alguns se excedam na polêmica. Não creio, porém, que um marxista procedesse dessa forma com o senhor Euryalo Cannabrava, que ilustra a cultura nacional e que, adversário do materialismo dialético, se esforça em combatê-lo com elegância.

"ESBOÇO DOS FUNDAMENTOS DA TEORIA ECONÔMICA"

Caio Prado Júnior — Editora Brasileira, 1947 — São Paulo.

O Sr. Caio Prado Júnior acaba de publicar mais um livro de estudo, intitulado "Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica", no qual, analisando o desenvolvimento do fato econômico, da gênese às suas formas mais elevadas, tenta "articular melhor do que ordinariamente se faz, a teoria e a prática, o pensamento e a ação", tendo em vista particularmente países como o Brasil "onde se é obrigado a partir de modelos teóricos largamente distanciados, em muitos casos, da experiência real e da ação própria".

O livro, que é dividido em oito capítulos, dá ao leitor idéias essenciais sobre alguns dos temas em torno dos quais giram os problemas econômicos de nossos dias, tais como a natureza do capitalismo, seu funcionamento, as interpretações dos clássicos (Smith e Richard), a teoria do valor e as divergências que ela suscita, a análise de Marx, as crises, as novas teorias dos ideólogos da burguesia (Keynes), que procuraram atenuar o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de mercadorias, as características de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos como o Brasil, e os embaraços que lhes causam a dependência e a subordinação em que se encontram no que diz respeito ao sistema monopolista do capitalismo internacional.

O especialista e o leitor interessado nesses temas acham no livro elementos capazes de suscitar discussão e contribuir para o aperfeiçoamento de seus conhecimentos.

A.F.B.

"A SABEDORIA POPULAR"

Reunindo artigos e ensaios publicados em diferentes épocas, sôbre assuntos folclóricos, Edison Carneiro acaba de lançar, pelo Instituto Nacional do Livro, **A Sabedoria Popular**.

Com muita justeza, sem desligar o Folclore das ciências mais próximas dos estudos sociais, êle abre o livro com um interessante ensaio sôbre a interpretação dos fatos demopsicológicos. Assim, escreve: "não se pode dizer que os escritores e artistas brasileiros — exclusive, naturalmente, os folcloristas, — tenham dado a merecida importância aos fatos da vida social que caem no âmbito do folclore". E, mais adiante, referindo-se às danças, às credices, música, poesia anônima, e tôdas as manifestações populares, completa: "revelam, mesmo a um exame superficial, a existência de todo um sistema de sentir, pensar e agir, que difere essencialmente do sistema erudito, oficial, predominante nas sociedades de tipo ocidental". Pois, em verdade, tal sistema é o "reflexo das diferenças de classe e, portanto, de educação e de cultura que dividem os homens".

De fato, observando bem determinados fenômenos folclóricos, chegaremos à conclusão de que nem sempre êles atuam como supraestrutura. Às vêzes, temos que subordiná-los à infraestrutura que lhes deu origem. E sôbre isso Edison Carneiro nos chama a atenção em seu livro, com outras palavras: "através do folclore, o povo se torna presente na sociedade oficial e dá vez aos seus desejos, cria para si mesmo um teatro e uma escola, preserva um imenso cabedal de conhecimentos, mantém a sua alegria, a sua coesão e o seu espírito de iniciativa", porque, conforme explica, "o povo sente, age e pensa diversamente da burguesia, como reflexo da condição econômica".

Estudando a queima de Judas, no sábado da Aleluia, o folclorista baiano aponta o fundo revolucionário que êste fato apresenta. Não se trata de uma simples diversão popular como tantas outras que existem em nosso folclore. É um desabafo que originou de desigualdades sociais; e o tema bíblico não é mais do, que um motivo aproveitado pelo povo para reagir, de acôrdo com suas possibilidades. E é com firmeza que o autor de **A Sabedoria Popular** afirma: "Judas vale como um desabafo, como uma explosão contra as amarguras da inferioridade social, a que sômente a luta política comum pode dar conteúdo e forma superiores e mais vigorosas".

Tanto êsse folguedo popular transmite uma forma de luta e de protesto que vemos, no sábado de Aleluia, serem malhados e queimados, em praça pública, em plena Capital Federal, bonecos representando políticos reacionários e inimigos

do povo. O mesmo sucede no fato dos "enterros", outra representação folclórica de cunho nitidamente revolucionário; ou ainda os inocentes testamentos do boi, cheios, muita vez, de protestos e de reação contra desmandos de fazendeiros e latifundiários.

G.R.



"TERNO DE REIS"

Ricardo Ramos — Livraria José Olympio Editôra, 1957.

Após cêrca de três anos da publicação de seu livro de estréia, Ricardo Ramos aparece agora com "Terno de Reis". Lido êste volume de contos, devemos acentuar, inicialmente, a evolução do seu autor, que nos oferece maior domínio, melhores e mais amplos recursos no tratamento dos temas abordados. Não se trata, no entanto, apenas de um amadurecimento formal; o contista abrange uma área mais extensa, o alargamento da sua escala temática envolve uma variada motivação, a que serve uma visão clara das conquistas do conto moderno, da melhor tradição do gênero em nossa literatura. Se em "Tempo de Espera" o autor procurava fazer o levantamento da pequena burguesia, em "Terno de Reis" temos o operário e o trabalhador rural, o proprietário e o pequeno burguês, a psicologia e as relações de classe, fixadas através de uma fabulação onde estão presentes os mais nítidos elementos de acurada análise.

Harmonizando tendências que só aparentemente se repelem, Ricardo Ramos faz introspecção mas não imobiliza as personagens, ao contrário, examina-as pela ação. Descrevendo exteriores, funde a paisagem e os tipos, numa integração difícil. Há em suas histórias desde o flagrante aos traços de suprealismo. Êsses elementos, assim alinhados a esmo, podem parecer estranhos a uma obra uniforme. Todavia a segurança do autor, que vai dos domínios da forma à consciência do que tem para dizer, sabe torná-los assimiláveis ao tom geral do livro, sem dúvida homogêneo.

"Terno de Reis" é um livro contido, por vêzes severo, o que não exclui momentos de poesia, de forte carga dramática, de comovido acento no traçar de muitas personagens. Ricardo Ramos tem a expressão sempre acorde com o sentido, o motivo de cada conto. Isso, para mencionar apenas um dos seus aspectos, o vem situar entre os mais sérios e conscientes dos nossos escritores mais moços. E se examinarmos, comparativamente, seus dois livros, teremos a medida exata da trajetória ascendente do contista.

P. M.

Cartas Abertas

Sobre "Marxismo e Dogmatismo"

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1957.

Sr. Diretor de NOVOS TEMPOS

Pretendo, tão depressa me seja possível, discutir o artigo "Marxismo e Dogmatismo", escrito pelo Sr. Horácio Macedo e publicado no n.º 1 (setembro) de NOVOS TEMPOS, que teve profunda repercussão; daí o meu açoitamento em lhe escrever.

Por hoje, limito-me às observações e perguntas seguintes:

1.º) Macêdo afirma que a "repetição pedante e acadêmica dos textos dos autores marxistas... é fruto mais da mediocridade dos repetidores, incapazes de um esforço na busca da verdade, do que uma atitude frente à realidade e aos problemas do seu conhecimento".

Então por que Macêdo também transcreve Mao Tsé-Tung?

A repetição é pedante e acadêmica quando um divulgador ou estudioso transcreve largamente textos clássicos, brilhantes e cristalinos, escritos por mestres, quando êsses textos, válidos cientificamente nos dias atuais ajudam e facilitam o leitor a compreender o assunto em tela? Não seria, antes, louvável honestidade e humildade intelectual?

2.º) E' dogmatismo?... atitude de proster-nação e incapacidade de crítica?, como diz Macêdo, o que Prestes escreveu sobre "Problemas Econômicos do Socialismo na URSS", de Stalin, onde se lê:

"Obra genial, de importância histórico-universal"...

Ou então o que o Sr. Diógenes Arruda também escreveu?

Não. Absolutamente. Não se trata de dogmatismo e incapacidade crítica, como acredita generosamente o Sr. Macêdo. Trata-se, no caso de Prestes, de lamentável concessão intelectual, mas no de Arruda, exclusivamente, produto de ridículo arrivismo, com o objetivo único, é de crer-se, de se conservar no cargo ocupado no Partido, para merecer as boas graças de burocratas soviéticos encarregados da seção latino-americana.

Dizer que "Problemas Econômicos do Socialismo na URSS" é a expressão mais alta do marxismo-leninismo é apenas a prova provada de que Arruda, dirigente do PCB, famoso pela sua presunção e grosseria, NUNCA estudou ou leu, pelo menos, "O Capital", de Marx; "Anti-Dühring", de Engels; "Materialismo e Empirocriticismo", de Lênin.

3.º) O Sr. Macêdo afirmou ou, pelo menos, insinua incisivamente a ponto de se confundir insinuação com afirmação, que é "atitude conservadora e receptiva inerte que caracteriza o dogmático", aquêlo que aceita como válida, correta até os dias atuais e futuros, dentro do sistema capitalista de produção, a teoria da pauperização relativa e absoluta da classe operária, de Marx.

Todavia, não provou a razão de ser do seu anátema. Reduziu-se a formular perguntas que, na verdade, êle mesmo deveria responder, para justificar a objetividade da sua objurgatória, que, estou convencido, é apenas produto do desconhecimento das causas do surgimento e do desenvolvimento da pauperização absoluta e relativa da classe operária e dos numerosos dados estatísticos disponíveis, embora falsos, precários e deformados não poucas vezes.

4.º) Diz o Sr. Macêdo que "A qualquer cientista é reconhecido o direito e exigida a obrigação de duvidar, DUVIDAR SEMPRE, de qualquer hipótese ou teoria". Sim, dos cientistas AGNÓSTICOS, isto é, daqueles que, como Hume e Kant, consideravam como inacessíveis ao conhecimento humano a essência dos fenômenos. Há, entretanto, os que julgam de forma contrária, de que não há coisas incognoscíveis, de que há uma diferença entre o que já se conhece e o que ainda não é conhecido, de que a capacidade cognoscitiva humana é limitada no tempo. Êsses são os diamáticos. Os que não acreditando nas verdades eternas, acreditam, porém, nas verdades objetivas e nelas se apoiam. Então, os cientistas ou simples estudiosos diamáticos que pensam diversamente de Hume e Kant são dogmáticos, Sr. Macêdo? Por favor, explique-se.

5.º) Afirma o Sr. Horácio Macêdo que:

"Adotam os dogmáticos a aceitação completa das teses de Marx para os dias de hoje.

Ao observar a realidade social procuram elementos para confirmá-las e refutar as afirmações dos que a negam.

Diante das dificuldades práticas encontradas procuram adaptar os conceitos. Alargam-nos e generalizam-nos. Interpretam-nos livremente. Negam ou ignoram ou não analisam crítica e objetivamente os elementos estatísticos disponíveis. O essencial, na questão é demonstrar que ainda hoje são integralmente válidas as afirmações que Marx fizera como resultado da análise concreta da evolução do capitalismo. Essa posição é bem aparente no "Manual de Economia Política" editado pela Academia de Ciências de U.R.S.S., Instituto de Economia".

Gostaríamos que o Sr. Macêdo, para esclarecer os leitores desta revista, respondesse às poucas questões abaixo, escolhidas ao acaso, entre dezenas que eu poderia apresentar:

1.º) Então, Sr. Macêdo, são dogmáticos quantos, *hoje*, aceitam as verdades concretas e objetivas, enunciadas por Marx, através das suas teorias e teses, econômicas e filosóficas, válidas ainda hoje para os comunistas?

2.º) Poderia o Sr. Horácio Macêdo indicar para os leitores desta revista os erros de Marx em Economia Política e em Filosofia? Ou ainda, as teorias econômicas e filosóficas de Marx que já caducaram? E que, entretanto, são defendidas e nelas se apoiam os que se dizem marxistas?

3.º) A teoria marxista da mais-valia, pedra angular da doutrina econômica marxista, por exemplo, é ainda válida nos dias atuais ou não? A pauperização relativa e absoluta da classe operária é ou não simples manifestação da essência do modo de produção capitalista, da qual é lei econômica fundamental, lei absoluta, a produção da mais-valia?

4.º) A tese de Marx de que o capitalismo seria inevitavelmente sucedido pelo socialismo ainda permanece válida ou não?

5.º) O materialismo dialético e o histórico, como doutrina, ainda são discutíveis, passíveis de dúvidas?

6.º) Os que aceitam as teorias marxistas da mais-valia, da inevitabilidade da sucessão do capitalismo pelo socialismo, e as dos materialismos dialético e histórico, como verdades objetivas, inegáveis, nos dias que correm, são dogmáticos? ou constituem elas verdadeiro passo para a frente no conhecimento?

7.º) Horácio Macêdo afirma que "Essa posição (dogmática — C.F.) é bem aparente no "Manual de Economia Política", editado pela Academia de Ciência da URSS, Instituto de Economia", sobre a teoria da pauperização relativa e absoluta. Certamente, essa afirmação é produto de um lapso. Quem ler esse "Manual" verificará justamente o contrário do que afirmou Macêdo. Nas páginas dedicadas especialmente à pauperização relativa e absoluta do proletariado, o Manual discute-a ligeiramente, mais uma vez, senão deixaria de ser um "Manual", e apresenta dados estatísticos recentes para comprovar, de novo, essa tese de Marx, além de, em vários outros capítulos, apresentar as teses e teorias econômicas que explicam a razão do porque é inevitável a pauperização relativa e absoluta, como manifestação e lei geral e absoluta da acumulação capitalista, expressão concreta do funcionamento da lei econômica fundamental do capita-

lismo, a lei da mais-valia. Lei que, como todas as demais, é modificada em sua aplicação por uma série de circunstâncias que não interessa analisar aqui.

Para terminar, pois esta já está longa demais, lembro aos leitores que, de vez em quando, os "revisionistas" reclamam a "liberdade de crítica", que na verdade é uma coisa boa, em si, mas o que exigem é a revisão interessada dos fundamentos da doutrina marxista.

Desde que Marx reuniu num corpo de doutrina as suas teorias econômicas, filosóficas e sociais, que constituem o fundamento, as bases do que chamamos *marxismo* (concepção integral do mundo, a mais completa), a prática histórico-social tem confirmado ou infirmado essas teorias fundamentais? Até hoje têm sido confirmadas e enriquecidas, dia a dia, em que pesem as críticas, restritivas ou negativas, dos interessados inimigos do marxismo e da sua repercussão nos espíritos de uns poucos menos avisados. Não surgiram ainda fatos novos que exigissem a revisão das teorias de Marx, no sentido de negar-lhes o caráter de verdades objetivas. Pelo contrário. A vida tem determinado, sim, no espírito dos marxistas, a permanente necessidade do continuado reexame do marxismo, no todo ou partes constituintes, pois que sempre mais enriquecido com as novas conquistas das ciências, com a ininterrupta prática social. E como não estão mumificados, os marxistas lutam contra os que querem liquidar o marxismo, "et pour cause".

Opondo enérgica resistência a esses "críticos" superficiais do marxismo, Lênin escreveu há quase meio século:

"Como, porém, o critério da prática — isto é, a marcha do desenvolvimento de todos os países capitalistas durante as últimas décadas — só demonstra a verdade objetiva de toda a teoria econômica e social de Marx em geral, e não a verdade objetiva de uma ou outra parte, formulação, etc., dessa teoria, é claro que falar aqui de "dogmatismo" dos marxistas, significa fazer concessão imperdoável à economia burguesa. A única conclusão que se tira do ponto de vista partilhado pelos marxistas, de que a teoria de Marx é a verdade objetiva, reside no seguinte: pelo caminho da teoria marxista vamos nos aproximar cada vez mais da verdade objetiva (sem nunca esgotá-la); por qualquer outro caminho, porém, não poderemos chegar senão à confusão e ao lógro". (Obras, T. 14, p. 130, ed. russa).

Em Família

Niterói, 30 de setembro de 1957.

Sr. Diretor de NOVOS TEMPOS

Cordiais Saudações.

Antes de mais nada quero felicitá-lo pelo aparecimento dessa revista, que tanto estava faltando no Brasil.

O fim desta é pedir que saia um comentário sobre a última reunião do Comitê Central do PCB, da qual ficamos pouco sabendo. Já fui membro do PCB, no tempo da legalidade e mesmo algum tempo depois de fechado o Partido, e acompanho suas atividades, às vezes com simpatia, às vezes com apreensão.

Nessa divisão que houve ultimamente, é difícil para a gente que está de fora saber quem tem razão. Mas pelo que vejo a direção do Partido quanto mais muda, mais continua a mesma coisa. Basta dizer que a imprensa comunista, dando conta da reunião do C.C., omitiu um fato (como se fôsse um detalhe desprezível), que outros jornais, entretanto, divulgaram com sensacionalismo.

Omitiu o afastamento das posições que ocupavam no Presidium os dirigentes Diógenes de Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois e Sérgio Holmes, ficando porém no Comitê Central. Este último é para mim completamente desconhecido, mas os outros três foram até deputados federais sob a legenda do PCB.

Aliás, eu já estava esperando que alguma coisa assim acontecesse, depois que li a entrevista de Prestes, que sua revista reproduziu, e onde parecia que preparava o terreno para modificações na direção. Dizia êle: "Em nosso Partido não há dirigentes vitalícios e, dentro das regras estatutárias, cabe ao Partido, sempre que julgar necessário, substituir aqueles dirigentes que, pelos erros cometidos ou pela incapacidade de compreenderem as mudanças havidas na situação, não mereçam mais a confiança do Partido."

É curioso lembrar (e foi um amigo meu, também ex-militante do PCB, que até me disse que ia aí tomar uma assinatura da revista e lembrar êste fato) que essa mesma medida foi solicitada por Agildo Barata em fins do ano passado, quando ainda era membro do Partido Comunista. E com os mesmos argumentos: prática de graves erros, crise de confiança no PCB. Mas o mesmo C.C. que aprova a recomendação de Barata, expulsa Barata. Como se explica isso?

Mas o que mais nos chamou a atenção, a mim e outros, foi o tom sigiloso do fato, como se tudo se passasse no regaço de uma família patriarcal e não numa organização política que tem o dever de esclarecer essas coisas aos membros do Partido e também aos trabalhadores a quem pede votos nas eleições, a quem pede dinheiro nas várias campanhas financeiras que faz, etc.

Ora, até eu, que sempre vivi mais próximo do Partido, mesmo depois que deixei suas fileiras, fico em grande confusão, quanto mais os trabalhadores que elegeram êses homens para o Parlamento como sendo alguns dos "melhores filhos do povo", de acordo com os elogios com que Prestes e outros dirigentes os cumulavam. Agora, êses homens são declarados não merecedores da confiança do Partido (e portanto, logicamente, das massas) e não se diz por que. Isso é tratar com desprezo as massas: então as massas só servem para votar "de cabresto", para dar dinheiro e fazer tudo o que o Partido manda fazer? E depois, quando há uma coisa dessas, não se lhes dá a mínima satisfação? Até quando se vai continuar assim? Por isso também que as massas estão arredias do Partido.

Por algumas coisas que li nos jornais, havia dirigentes tachados de mandonistas, dogmáticos, servís ante o P.C.U.S. São êses? Foram afastados por isso? São só êses que são assim? Lembro também que alguns dirigentes mandaram invadir a redação de um jornal comunista e expulsar, pela força, os redatores que não concordavam com os dogmáticos, mandonistas, etc. São êses os dirigentes? Sabê-se que a direção insuflava o ódio entre os próprios comunistas e levou à divisão no Partido. São êses os principais responsáveis? Um amigo meu, ainda membro do Partido, me disse que a direção baixava materiais enganando as bases a respeito dos elementos que divergiam, caluniavam-nos, etc. São êses que foram afastados os responsáveis por tudo isso?

Sr. Diretor: Espero que se publique pelo menos um trecho desta carta, um trecho qualquer em que se estranhe êsse segredo de Polichinelo. Se não fôr das regras dessa revista publicar cartas, faça então o favor de botar num envelope de novo e sobrescritar com o endereço da "Voz Operária", ainda que eu não tenha esperança de ser publicada lá uma carta assim.

Desejo que sua revista tenha muitos anos de vida, espalhando pelo país as idéias marxistas.

(a) José Toribio da Cunha.

Documentos Brasileiros

Manifesto de Convocação da Convenção de Fundação do Movimento Socialista Renovador

Ao Povo Paulista!

A Comissão Provisória de Coordenação da Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro, reunida em sessão ampliada com a participação de representantes de seus diversos grupos e setores, decidiu por unanimidade convocar a **CONVENÇÃO FUNDADORA DO MOVIMENTO SOCIALISTA RENOVADOR**.

Estamos convencidos da necessidade inadiável de uma justa aplicação do marxismo à realidade brasileira, através de uma profunda apreciação crítica de caráter político, teórico e prático, com o objetivo de aglutinar as forças nacionalistas brasileiras que evoluem obrigatoriamente para a emancipação econômica e a libertação política da nação. Voltamo-nos, principalmente, para os que pugnam pelos ideais socialistas, no Brasil; para os que têm em comum a tarefa de elevar as forças revolucionárias brasileiras à altura do poder de atração que as idéias socialistas conquistaram em todo o mundo, superando com ímpeto cada vez maior as concepções caducas das velhas estruturas sociais.

Quanto mais numeroso é o grupo de países que se aproximam do socialismo, mais variados são os caminhos e as formas que levam à socialização. Acreditamos que êsses caminhos, no momento atual do Brasil, se resumem na conquista, ainda dentro dos quadros do atual regime, de um governo nacional e democrático que realize uma política de soberania nacional e adote medidas agrárias progressistas.

Para alcançarmos êsse objetivo, a nação reclama a união de todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas opiniões políticas, suas crenças religiosas ou suas tendências ideológicas, em ampla frente nacionalista para a luta imediata em torno de um programa simples e concreto de emancipação nacional, baseado nos seguintes pontos:

NACIONALISMO — que assegure nossa emancipação, através do monopólio estatal dos seto-

res estratégicos da indústria básica e do estímulo à iniciativa privada, nos demais setores. Medidas efetivas de proteção ao desenvolvimento da indústria nacional e de salvaguarda de nossas riquezas naturais. Seleção, regulamentação e disciplinação dos investimentos e ação do capital estrangeiro, subordinando-se aos interesses do desenvolvimento econômico nacional. Realização de uma política exterior independente, de Paz e Amizade, de relações diplomáticas, econômicas e culturais com todos os países do mundo, sem participação em blocos militares e que revogue todos os tratados lesivos aos interesses nacionais. Contra a entrega de parte alguma de nosso território a qualquer potência estrangeira.

LIBERDADE — que garanta efetivamente os preceitos constitucionais de absoluto respeito à liberdade de pensamento, de reunião, de associação e de imprensa; que garanta plenamente o regime pluripartidário de funcionamento de todos os partidos e possibilite o surgimento de novos; que garanta a extensão do voto aos analfabetos, cabos, soldados e marinheiros; que anistie todos os patriotas; que garanta a plenitude do direito de greve, revogando o decreto antigreve (9.070); que garanta a liberdade, autonomia e unidade sindical.

BEM ESTAR DO POVO — através de medidas que garantam o levantamento do nível de poder aquisitivo da população rural e urbana, ampliando o nosso mercado interno; que detenha a ascensão do custo de vida e a inflação, garantindo um salário mínimo vital; que revise o sistema de previdência social; que amplie as conquistas dos trabalhadores contidas na C.L.T.; que incentive o municipalismo por meio de uma discriminação tributária mais justa; que possibilite a melhoria das condições de transporte, moradia, saúde pública, ensino e urbanização; extinção do latifúndio improdutivo, estímulo ao cooperativismo, especialmente na esfera de produção e consumo, e elaboração de uma legislação trabalhista para o campo.

Estas são as linhas gerais programáticas que, acreditamos, deverá cumprir o governo nacional e democrático. Tal governo poderá surgir do atual, através do alijamento dos elementos entreguistas e serviçais dos trustes e monopólios internacionais dos postos chaves, e de sua substituição através das próximas eleições. Este governo introduzirá na vida da nação um democratismo que elevará a união de todos os brasileiros, possibilitando profundas transformações que abrirão caminho para a meta que nos propomos atingir: O SOCIALISMO.

Em vista disso, sem pretensões ao monopólio de idéias e conscientes da necessidade do livre espírito de pesquisa científica, de debate fecundo e de luta de opiniões, colocando acima de todas as demais considerações a da renovação do movimento socialista brasileiro, convocamos a Convenção de Fundação do MOVIMENTO SOCIALISTA RENOVADOR, a realizar-se em São Paulo, no dia 13 de outubro, em local a ser anunciado.

Pretendemos, nessa data, organizar um movimento amplo, que atue dentro das tradições

da vida política brasileira, da ordem e respeito à Constituição, guiando-se pela viabilidade da conquista revolucionária do socialismo, através de um desenvolvimento pacífico, compatível com as tradições de luta patriótica e democrática assinaladas ao longo da história de nossa gente.

Apelamos aos grupos de renovadores da capital e do interior, nos bairros, fábricas, sindicatos, etc., a todos os renovadores pertencentes a outros agrupamentos políticos, aos homens de esquerda e ao povo em geral, para que se façam representar na Convenção Fundadora do MOVIMENTO SOCIALISTA RENOVADOR.

São Paulo, 7 de setembro de 1957.

A Comissão Promotora

AA) *Carleto Ferrer Favalli, Agenor Barreto Parente, Leonor Petrarca, Gerhard Mayer, Waldomiro Ament, Heron Amaral Lima, Juvenal de Carvalho Costa, Agenor Pereira Mendonça, Alcides Ribeiro Soares, Moysés Amaro Pereira.*

O Partido Socialista e a Política Internacional

Em sua última Convenção, o Partido Socialista Brasileiro aprovou alguns documentos políticos, entre os quais o que ora publicamos, definindo a orientação oficial dessa agremiação em questões de política exterior.

POLÍTICA INTERNACIONAL

A situação internacional caracteriza-se, na atualidade, por tendências contraditórias das grandes potências para o desarmamento, tendências que decorrem das crescentes ameaças de nova guerra mundial, sem vencedores nem vencidos, em consequência da monstruosa concentração dos armamentos atômicos e termonucleares, cujo uso significaria a destruição do próprio gênero humano. Somente o temor da guerra total obriga as grandes potências a procurar relutantemente o caminho do desarmamento parcial. O Partido Socialista Brasi-

leiro denuncia as contradições em que se debatem os governos das grandes potências, condena as manobras destinadas a abolir apenas determinados recursos bélicos e, preconizando o desarmamento universal, solidariza-se com os povos do mundo inteiro na luta contra o regime capitalista e em prol da democracia socialista, único meio de eliminar as causas da inquietação atual.

O Partido Socialista Brasileiro opõe-se à concessão de bases militares em nosso território, a quaisquer potências, e repele a intromissão dos países fortes na vida interna das nações, militar e economicamente fracas, exprimindo o

seu repúdio a tôdas as formas de imperialismo e assim advoga a denúncia do acôrdo militar Brasil-Estados Unidos, bem como de qualquer outro protocolo internacional firmado pelo govêrno brasileiro, que por ventura fira ou tenha ferido a soberania nacional e entrave o nosso desenvolvimento econômico.

Regozija-se o Partido Socialista Brasileiro com os triunfos dos povos subdesenvolvidos, na sua velha luta para livrar-se da tutela estrangeira e do feudalismo que durante séculos os reduziu à mais triste servidão. Igualmente se regozija o Partido Socialista Brasileiro com a significativa vitória do Partido Socialista Argentino, nas recentes eleições da vizinha República. Resolutos adversários da ditadura Perón, os socialistas argentinos sempre lutaram para ampliar em regime de liberdade democrática, as conquistas do operariado e do homem do campo, enquanto o anti-peronismo dos partidos conservadores objetivava tão somente recuperar as posições que detinham, isto é, a predominância dos grupos capitalistas, ferrenhamente adversos a qualquer ampliação daquelas franquias.

O Partido Socialista Brasileiro, reclamando o cumprimento da Carta das Nações Unidas, condena o sistema em razão do qual as grandes potências reservaram para si o direito de veto no Conselho de Segurança, ao mesmo tempo que evitam o debate de problemas como o da Argélia, o de Chipre, o da Guatemala, o da Hungria e outros, sob o pretexto de que se trata de "questões internas". Impõe-se, como necessidade imediata, a reforma da Carta da ONU, para que seus princípios se concretizem, sem encontrar os obstáculos deliberadamente

criados pelas grandes potências nas questões de processo.

A reunificação da Alemanha constitui um dos problemas mais graves da atualidade mundial e deve ser resolvido através da realização de eleições livres em todo o antigo território alemão, em conformidade com o que os próprios chefes de govêrno das quatro grandes potências decidiram em Genebra em julho de 1955.

Na América Latina, o Partido Socialista Brasileiro protesta contra qualquer auxílio militar, parta de onde partir, a governos ditatoriais e espera que as nações do continente procurem no mercado comum o caminho mais rápido de sua libertação, por meios pacíficos, do imperialismo que as vem escravizando.

Recomenda o Partido Socialista Brasileiro conduta mais realista no campo da política exterior, inclusive o estabelecimento imediato, pelo nosso govêrno, de relações comerciais e diplomáticas com todos os povos, a fim de que possamos obter novos mercados para o fortalecimento e desenvolvimento da economia nacional. Como princípio geral, para a intensificação das relações comerciais entre todos os povos e a conseqüente diminuição da miséria que aflige tantas nações, o Partido Socialista Brasileiro é pela livre navegação através de todos os caminhos marítimos, tais como Suez, Dardanelos, Panamá, etc, sob fiscalização da ONU e assegurados, de um lado, iguais direitos a tôdas as nações e, de outro, o pagamento de taxas uniformes de trânsito aos países aos quais pertencem aquelas vias de comunicação.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1957.

Anteprojeto de um Programa para o Partido Trabalhista Brasileiro

Alguns trabalhistas, tendo à frente o deputado Fernando Ferrari, elaboraram um anteprojeto do programa que pretendiam submeter à apreciação da Convenção do PTB, realizada nos primeiros dias de outubro corrente. Esta, no entanto, decidiu transferir a discussão do assunto para outra oportunidade. — Damos abaixo a íntegra desse documento:

A) *POLÍTICA EXTERNA:*

- 1) Solidariedade entre os povos, sem distinção de raça, língua, culto religioso ou ideológico;
- 2) Relações diplomáticas e comerciais com todos os países, independentemente do credo ideológico que professem;
- 3) Política vigorosa de paz internacional pela condenação do emprêgo da energia atômica para fins bélicos. Repulsa veemente à corrida armamentista por aumentar a tensão entre os povos e desviar recursos dos seus orçamentos para fins não reprodutivos;
- 4) Arbitragem nas contendas e conflitos.

Disposição Transitória:

— Manutenção dos compromissos externos, desde que não sejam lesivos à soberania e aos interesses econômicos do País.

B) *POLÍTICA INTERNA:*

1) *Ordem Política :*

- a) Aparelhamento adequado da máquina do Estado, que lhe possibilite o atingimento pleno e rápido dos seus grandes fins sociais, políticos e econômicos;
- b) Fortalecimento e purificação do regime representativo, pelo expurgo completo da ingerência do poder econômico nos pleitos e pela punição severa dos crimes contra

o patrimônio público, com o conseqüente confisco dos bens mal havidos;

- c) Incentivo ao municipalismo como expressão real das mais legítimas aspirações da consciência federativa;
- d) Lei orgânica para os partidos políticos, que os possibilite cumprir fielmente, com independência e desenvoltura, os seus deveres para com o povo e a democracia;
- e) Responsabilização sumária dos agentes do poder público que atentarem contra as garantias democráticas do cidadão.

2) *Ordem Econômica:*

- a) Uniformidade dos balanços das empresas, assegurando-se ao poder político do Estado elementos hábeis à contenção dos excessos do poder econômico;
- b) Código tributário com igual planejamento para a União, Estados e Municípios, de acôrdo com os princípios da capacidade contributiva e da justiça social;
- c) Monopólio estatal na exploração das fontes básicas de energia, dos seguros e da capitalização;
- d) Isenção tributária dos bens da alimentação do consumo necessário;
- e) Planejamento econômico com a cooperação, inclusive, dos responsáveis pela indústria nacional que, respeitando a propriedade e esti-

mulando a iniciativa privada, condicionadas sempre ao interesse coletivo, possibilite o desenvolvimento pleno das forças da produção, promova o aumento do poder aquisitivo nos mercados internos e assegure a independência econômica da Nação;

- f) Acesso à terra de quantos a queiram trabalhar, assegurando-se-lhes os meios necessários à sua fixação nela, através da instituição de regime jurídico do trabalhador rural e pela desapropriação progressiva, por interesse social, e conseqüente distribuição das áreas não aproveitadas ou exploradas de maneira antisocial;
- g) Taxação progressiva das heranças, cujos fundos custearão planos objetivos de aquisição da casa própria do trabalhador.

3) *Ordem Social:*

Asseguramento de acesso a todo trabalhador braçal ou intelectual, através de legislação adequada, aos meios de produção, repartição, distribuição e consumo dos bens econômicos, objetivando extinguir a pobreza e o antagonismo entre as classes.

Em conseqüência, participação de todo indivíduo hábil nos frutos do seu trabalho e num sistema equitativo de administração e controle das indústrias e dos serviços.

Disposição geral e permanente:

— A Convenção e o Directório, nos termos dos Estatutos, tendo em vista o interesse público e os elementos que lhe fornecerem ambiência político-social, reverão, sempre que julgarem oportuno, este programa, adaptando-o às conveniências do trabalhismo e à realidade da Nação.

Documentos Internacionais

A PLATAFORMA DA OPOSIÇÃO (Alemanha Oriental)

WOLFGANG HARICH

I — QUEM SOMOS NÓS

Somos um grupo de elementos do Partido Socialista Unificado que representa uma grande corrente organizada e uma corrente desorganizada ainda maior. Esta corrente se desenvolveu particularmente nas instituições culturais da República Democrática alemã — Universidades, Colégios e Escolas Técnicas, redação de jornais, casas editoras.

Aprendemos muito graças às resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da URSS e graças aos contactos com os camaradas de outros países. Discussões pessoais com os camaradas poloneses, húngaros e iugoslavos confirmaram nossas conclusões. Nosso desenvolvimento ideológico deve muito ao camarada George Lukacs.

Bertolt Brecht cooperou com simpatia com o grupo até sua morte e considerava-o como a melhor esperança do Partido; em nossas frequentes discussões com êle, constatamos o amargor e a decepção que lhe inspiravam as condições atuais da República Democrática alemã.

Ferremos um longo processo de clarificação ideológica, que começou logo após a morte de Stálin e que recebeu um forte impulso com os acontecimentos de 17 de junho de 1953. Após o XX Congresso do Partido, elaboramos para a discussão interna no Partido, uma plataforma sobre o caminho alemão para o socialismo.

Procuramos apresentar esta plataforma à direção do Partido, mas foi impossível aproximar-se dela. Paul Wandel, Fred Dolssner e Kurt Hager recusaram-se a nos receber, a conhecer nossas intenções, ou a ler nossa plataforma. Então, nos encontramos na obrigação de transmitir a "plataforma" ao embaixador soviético, o camarada Puchkin, visando alcançar nossos dirigentes através dêle.

O sentido de nossa plataforma era o de constituir uma base para a discussão interna sobre o problema da reforma do partido. Não é nossa intenção romper com o Partido e nos tornarmos renegados à maneira, por exemplo, de Koesler. Não queremos repudiar o marxismo-leninismo, mas libertá-lo do stalinismo e do dogmatismo e restaurar suas bases do pensamento humanista não dogmático.

Pedimos, de forma inteiramente legal, a discussão e a realização de nossas idéias no seio do Partido e da República Democrática alemã. Nossa legalidade, contudo, encontra limites quando a própria direção atual do Partido age ilegalmente. Isto, em nossa opinião, já aconteceu. Apesar das afirmações oficiais em contrário, nosso Partido está a caminho de voltar sistematicamente ao culto da personalidade.

A discussão interna no Partido foi estrangulada, a imprensa amordaçada; o descontentamento da classe operária é explicado, de uma maneira completamente não marxista, como sendo o resultado do trabalho de agentes imperialistas. Em tal situação, a disciplina do Partido não pode ser um fim em si mesma. Tomamos Karl Liebknecht como um modelo que, em 1914 e também em 1918, violou a disciplina do Partido a fim de salvá-lo.

Nossa ruptura com a atual direção do Partido, não significa de nenhum modo nossa ruptura com o Partido Comunista. Os dois não são idênticos. Não queremos nos afastar da República Democrática alemã ou nos esquivar dos deveres de cidadãos por causa da situação atual.

Todos nós partilhamos da culpabilidade do estado em que nosso Partido colocou a República Democrática alemã. É então nosso dever transformar este estado e lutar por esta transformação.

Uma parte dêste dever consiste em uma modificação de nossa atitude com relação ao Partido Social Democrata, que é o mais forte partido operário da Alemanha e que fêz da unidade da classe operária uma realidade na Alemanha Ocidental. Estamos em desacordo com o Partido Social Democrata acêrca de vários pontos de detalhes e não partilhamos das perspectivas democrático-burguesas e oportunistas de certas tendências em seu seio. Mas estamos de acôrdo com o Partido Social Democrata no essencial. Êste acôrdo no essencial torna possível ultrapassar a divisão da Alemanha.

II — NOSSAS CONCEPÇÕES IDEOLÓGICAS

Pensamos que o capitalismo na Europa Ocidental está ultrapassado e que o socialismo é inevitável, mas não pensamos que a vitória do socialismo na Europa ocidental exija uma revolução. Pensamos que o socialismo substituirá o capitalismo de uma maneira pacífica.

E mais, nossa opinião é de que o processo de transformação do capitalismo para o socialismo, na Europa Ocidental, não se fará em tôdas as partes sob a direção do Partido Comunista, mas que em muitos países os comunistas não terão nenhuma parte nesta direção.

A transição para o socialismo é um processo histórico objetivo: nenhum partido tem o monopólio dêle. Pensamos que na Alemanha Ocidental sômente o Partido Social Democrata pode caminhar rumo ao socialismo porque os comunistas perderam aí tôda influência sôbre a classe operária. Pela mesma razão, na Inglaterra sômente o Labour Party, na Itália sômente o Partido Socialista podem conduzir ao socialismo. Em uma Alemanha reunificada, o socialismo pode sômente ser obra do Partido Social Democrata em aliança com as forças realmente socialistas que se encontram no Partido Socialista Unificado, ou então obra de um novo Partido operário que pode nascer da fusão do Partido Social Democrata com o Partido Socialista Unificado, reformado e depurado do stalinismo e dos stalinistas. De qualquer forma, rejeitamos, no que tange à Alemanha, a pretensão comunista à direção para a construção do socialismo, porque esta concepção é sectária, irreal e condenada ao fracasso.

Vemos as possibilidades realistas para um desenvolvimento socialista na Europa, do seguinte modo: os países da Europa oriental têm necessidade de reformas políticas radicais, mas estão, em sua estrutura econômica, mais à frente

que grande parte da Europa Ocidental. Com uma desestalinização radical, a URSS e as Democracias Populares influenciarão, com seu exemplo, gradualmente, os desenvolvimentos econômicos da Europa ocidental. Simultaneamente, as concepções da democracia liberal influenciarão o Leste e paulatinamente reforçarão o abandono do totalitarismo político.

É nesta influência mútua e recíproca que vemos a verdadeira significação da coexistência, que poderia terminar por dar ao Leste a liberdade política e a democracia e ao Ocidente as modificações da estrutura econômica que, ao menos nas indústrias de base, se revelarão indispensáveis. Queremos acelerar êste processo na República Democrática Alemã; embotar o fio do antagonismo Leste-Oeste e contribuir para estabelecer a paz na Europa.

Nossas relações com a URSS são determinadas pelas seguintes considerações: a URSS é o primeiro Estado socialista sôbre a terra. Mesmo o stalinismo não pode modificar êste fato. Mas o tipo de socialismo da URSS não pode ser um modelo para todos os outros países; na verdade, a própria URSS terá de modificá-lo, porque em sua forma atual, mesmo na URSS, êle se torna um obstáculo para progressos socialistas ulteriores.

Esta forma que o socialismo tomou na URSS está condicionada historicamente. Afora o caráter atrasado da Rússia e a falta de tradição democrática, a excrescência do aparelho do Partido e do Estado que a caracteriza, resultou da necessidade de alcançar o Ocidente no terreno econômico. Esta primeira industrialização da URSS era necessária: a êste respeito, Stálin tinha razão e Trotsky estava errado.

Mas os métodos e as formas pelas quais a industrialização foi realizada implicavam em uma degenerescência do Partido Bolchevique e do Estado Soviético, e, mostrando isto, Trotsky tinha razão, enquanto que Stálin, negando, estava errado. Foi esta degenerescência do Partido e do Estado que levou o XX Congresso a criticar os métodos e as formas do stalinismo. Contudo, tal crítica de Stálin não era uma análise marxista, ela não abordou mesmo as razões profundas da degenerescência do sistema soviético.

Não abordou também as questões fundamentais das relações entre a URSS e as Democracias populares.

Após o ano de 1945, a União Soviética tem sido, ao mesmo tempo, um fator progressista e um fator reacionário na Europa Oriental. De-

sempenhou um papel progressista liquidando o capitalismo e o feudalismo. Mas, ao mesmo tempo, a União Soviética exportava um sistema político que já se tornara um obstáculo ao progresso na própria URSS; nisto, desempenha um papel reacionário. Mais ainda, busca explorar as Democracias populares e desdenhar seus direitos soberanos iguais e sua independência nacional.

Hoje é claro que a política da URSS com relação às Democracias Populares é um fracasso completo. Ela levou à desintegração e à ameaça de dissolução do campo socialista. A resistência das Democracias Populares contra a hegemonia da URSS faz parte integrante da luta de classe revolucionária das massas populares contra o aparelho do Partido stalinista e do Governo e seus métodos. Nos países em que as forças sãs do Partido tomam a direção nesta luta de classe, chega-se a uma regeneração e a uma renovação do progresso para o socialismo. A Polónia é o exemplo mais claro.

Na própria URSS, o aparelho stalinista compreendeu que desde a morte de Stálin enfrenta sua própria morte. Resolveu fazer concessões às massas populares. Daí a linha econômica de Malenkov, assim como a crítica de Stálin por Khrushchiov. O XX Congresso foi uma tentativa de evitar uma ameaçadora revolução da base com a ajuda de uma reforma na cúpula e de guardar o controle nas mãos do aparelho. Tal tentativa não podia lograr êxito na prática, porque a existência do aparelho é em si mesma o obstáculo principal a uma reforma.

Em suas relações com as Democracias populares, a União Soviética, após o XX Congresso, tentou impôr a desestalinização tão mecânica quanto antes tinha imposto a stalinização. Isto produziu fricções e tentativas por parte das Democracias populares de realizar a desestalinização a sua maneira. Isto levou a União Soviética, como contra-golpe, a reagir com métodos stalinistas e, na verdade, com métodos fascistas. Exemplos: reação contra a intervenção de Togliatti após o XX Congresso; a circular do Partido Comunista soviético a todos os Partidos Comunistas a respeito da Iugoslávia; a reação contra a Polónia e a Hungria; a manutenção do stalinismo na República Democrática alemã.

O único comentário possível sobre esta recuada da União Soviética no stalinismo é que ela retira qualquer justificação à pretensão da URSS de um papel de direção no campo socialista, sem negar o fato de que a URSS é o mais poderoso país do mundo. O Partido Comunista soviético defende hoje o stalinismo e o nacionalismo; para

abandonar esta posição ele deve ser forçado a voltar ao menos à linha Malenkov e à posição do XX Congresso.

NOSSO PLANO

Do exame da situação atual nós tiramos as seguintes conclusões no que concerne ao Partido Socialista Unificado e à República Democrática Alemã.

1 — *O Partido* — Nós pretendemos uma reforma interna do Partido. Continuamos fiéis ao marxismo-leninismo. Rejeitamos o stalinismo. Isto significa, no que diz respeito à teoria marxista-leninista, que esta deve ser completada e ampliada, tendo-se em conta o pensamento de Trotsky e mesmo o de Bukharin, Rosa Luxemburgo e, particularmente, de Karl Kautsky; ela deve ser enriquecida por uma adoção crítica do pensamento de Fritz Sternberg e outros teóricos social-democratas. A teoria marxista-leninista deve, também, abordar a experiência acumulada da Iugoslávia e as novas idéias levantadas nas recentes discussões teóricas na Polónia e na China; o VIII Congresso do Partido Comunista chinês produziu um material particularmente importante para isto.

No que toca à organização, requermos as seguintes medidas: a dominação dos membros do Partido pelo aparelho deve ser radicalmente eliminada; o "centralismo democrático" deve tornar-se realmente democrático; os princípios de Marx, Engels e Lênin devem ser reintroduzidos na vida prática do Partido; os stalinistas devem ser excluídos do Partido.

2 — *O Estado* — As seguintes reformas são necessárias: o plano de produção deve ser revisado, objetivando a elevação do nível de vida (linha Malenkov). Diminuição das normas de trabalho. A partilha dos lucros deve ser introduzida na indústria e no comércio socialista. A cobrança das aposentadorias dos trabalhadores idosos deve ser regulamentada pelos mesmos princípios que regem a dos intelectuais. Menos privilégios para os funcionários dirigentes. Conselhos operários, de acordo com o modelo iugoslavo, nas empresas socialistas.

Igualdade de tratamento entre as grandes indústrias nacionalizadas e as pequenas indústrias privadas.

Abandono da coletivização forçada, inadaptada às condições especiais da agricultura alemã; liquidação das fazendas coletivas não rentáveis; política agrícola que favoreça os pequenos e médios camponeses.

Restauração da liberdade completa de pensamento. Paz com a Igreja, a fim de terminar com a hostilidade da parte religiosa da população. Autonomia das Universidades.

Restauração integral dos direitos. Abolição da polícia de segurança do Estado. Abolição dos processos secretos.

Reintrodução do Parlamento como poder supremo. Manutenção do bloco dos Partidos sob a direção do Partido Socialista Unificado reformado. Eleições de acordo com o sistema de lista única, porém com mais candidatos que vagas parlamentares, a fim de permitir ao eleitor uma possibilidade verdadeira de escolha.

Em política externa, manutenção das alianças existentes com os países do campo socialista, sob reserva de uma completa independência e igualdade; a política comum deve ser livremente elaborada por consultas, em pé de igualdade e independência com todas as demais Democracias Populares.

IV — UNIDADE ALEMÃ

Se realizamos estas reformas e atingimos um nível de vida mais elevado (mesmo que este ainda continue inferior ao da Alemanha Ocidental) nós reclamamos o direito de propor condições para a reunificação. O princípio para nossa política alemã é que a reunificação não deve significar a restauração do capitalismo.

Antes que possamos nos reunificar com a Alemanha Ocidental, uma futura maioria social-democrata no Bundestag teria que realizar as seguintes medidas na República Federal: rejeitar a remilitarização, retirar-se da NATO, expurgar os fascistas militaristas das posições administrativas na República Federal, nacionalizar as indústrias básicas, fazer a reforma agrária, com a partilha das grandes propriedades, fazer a reforma do ensino, de modo que a instrução superior não fique um privilégio para os ricos.

Uma tal política da social-democracia permitiria um acordo para a realização de eleições livres em toda a Alemanha. Nestas eleições as forças restauracionistas na República Federal e os stalinistas na República Democrática revelar-se-iam, sem a menor dúvida, minorias isoladas.

Nós sabemos que em tais condições o Partido Social-Democrata, muito possivelmente, teria a maioria no conjunto da Alemanha. Um Partido

Socialista Unificado aceitaria e respeitaria uma tal decisão do povo alemão.

V — UNIDADE DOS TRABALHADORES

A condição prévia para uma futura unidade do movimento operário alemão é um Partido Socialista Unificado liberto do stalinismo e completamente independente dos Partidos estrangeiros na sua política e na sua ideologia. Depois da reforma que nós empreendermos, o Partido Socialista Unificado seria simplesmente um Partido Marxista de esquerda, que não possuiria nada em comum com o Partido Comunista de tipo antigo, tal como ele se tornou em consequência da degenerescência stalinista. Isto destruiria o principal obstáculo para a unificação do movimento operário. Como na Alemanha Ocidental, onde a unidade da classe operária alemã realizou-se no Partido Social-Democrata, um futuro movimento operário reunificado daria, inevitavelmente, um maior peso a este e se aproximaria mais do Partido Social-Democrata do que do Partido Socialista Unificado. Entretanto, isto daria à social-democracia uma ala esquerda bem mais poderosa do que a existente atualmente. Porém, antes de abordar os social-democratas e ter exigências a seu respeito, nós devemos tirar o cisco que está em nosso olho.

Até agora estamos separados dos social-democratas por muito daquilo que criticamos nêles (ilusões democrático-burguesas, tendências ao oportunismo, etc.), mas a coisa principal que nos separa deles é nosso próprio stalinismo. Por isso o Partido Socialista Unificado deve, primeiramente, proceder sua própria separação do stalinismo antes que uma cooperação com o Partido Social-Democrata se torne honestamente possível.

Somente quando nos purgarmos de nossas próprias faltas poderemos criticar os erros dos social-democratas; mesmo então, a difamação dos social-democratas como agentes do capitalismo deve ser extirpada de uma vez por todas.

Contudo, como primeiro passo para uma futura cooperação, uma coisa seria possível desde agora: a cooperação clandestina dos camaradas oposicionistas do Partido Socialista Unificado com os social-democratas para combater o stalinismo na República Democrática alemã. Tão logo a oposição anti-stalinista ganhe o controle do Partido Socialista Unificado, no seu interior, seguir-se-iam contactos oficiais entre o PSD e o PSU. Partindo daí, os germes da unidade futura poderiam se desenvolver. Nenhum stalinista que participou a fundo nos crimes do grupo Ul-

Ulbricht deve ser admitido no novo Partido Operário, mas unicamente pessoas que combateram ativamente contra a degenerescência stalinista do Partido Socialista Unificado.

VI — NOSSA TÁTICA ATUAL

Contra nós se colocam o Partido stalinista e o aparelho do Estado. Devemos combater este aparelho reacionário com todos os meios de que dispomos.

As bases de nossa atividade opositora são os estatutos do Partido Socialista Unificado, o XX Congresso e as resoluções do 38.º Pleno do Comitê Central do PSU. Nestas bases, empreendemos uma posição aberta e legal. Mas, estamos prontos, também a utilizar métodos fracionistas e conspirativos se formos forçados a isto.

Tomamos contacto com as forças de oposição nas Democracias Populares e comparamos nossas posições.

Os camaradas opositores devem permanecer em contacto estreito com os trabalhadores, criticar a política da direção do Partido entre eles, aprofundar o abismo entre a população e a atual direção, mas, ao mesmo tempo evitar uma insurreição popular.

Existe o perigo de uma insurreição na República Democrática alemã se o grupo stalinista de Ulbricht se mantém no poder e se as forças opositoras fracassam em sua tentativa de afastar os stalinistas da direção. Porém, se conseguirmos reformar o Partido no interior na base da presente plataforma, então, não haverá uma segunda insurreição popular na República Democrática alemã.

É então nosso dever fazer tudo o que esteja em nosso alcance no sentido de limpar o Partido dos stalinistas e de ganhar novamente a confiança da classe operária e de todo o povo, graças a uma política diferente.

“O OBSERVADOR”

Apareceu em São Paulo uma publicação mimeografada, que se intitula “O Observador” e se proclama órgão marxista. Trata-se de uma iniciativa de jovens comunistas, organizados em oposição à direção do PCB.

O número 2, correspondente a setembro, vem acompanhado de uma espécie de suplemento em que se critica o último informe do Secretário Geral do PCB e também de um artigo em que se analisa e critica determinada posição política da corrente renovadora.

Notas e Comentários

EE.UU.: INTEGRAÇÃO RACIAL

A guerra de raças que se trava atualmente nos Estados Unidos está longe de constituir mais um episódio fortuito do chovinismo branco, tão exacerbado na parte meridional do país. Basta dizer que na capital do Arkansas (Estado onde a segregação incluía até mesmo os hospitais para tuberculosos), a luta se desenvolve não apenas entre brancos e negros, mas também entre dois poderes: o poder central (Côrte Suprema, Presidente da República) e o poder estadual (Governador de Arkansas).

E' que o Sul, tão característico por seus resquícios escravistas, está modificando sua fisionomia, com o avanço da industrialização, que não pode admitir uma discriminação total. Ora, o capitalismo é muito realista. Ao capitalista pode não agradar o odôr ou o pigmento da pele dos negros, mas agrada-lhe a fôrça muscular ou intelectual de que os negros dispõem e com a qual poderão acionar as usinas dos patrões brancos.

O capitalista admite, propicia, inventa a discriminação entre os americanos brancos, de um lado, e os negros, os amarelos ou os imigrantes, de outro lado, uma discriminação que se expresse sobretudo nos salários. De fato, isso existe; os brancos americanos sempre ganham mais por trabalho igual aos outros. Mas quando se trata de fazer despesas extras para segregar os trabalhadores, isso já não convém ao capitalista.

Imagine-se a segregação nas fábricas de Arkansas, onde os negros constituem um quarto

(cêrca de 500 mil) da população (que é de pouco mais de 2 milhões). E' um transtôrno dos diabos! A integração racial nas escolas é o comêço da integração racial em todos os locais de estudo, de trabalho e de recreação.

Mas isso não quer dizer que as transformações se operem por mágica. Para que um homem como Eisenhower possa tomar as medidas enérgicas que tomou nesse sentido, é preciso que algo mais tangível, mais atuante, mais consciente se faça sentir, estimulando-o, exigindo dêle, dando-lhe apoio. Êsse algo tem sido a luta abnegada dos homens progressistas dos Estados Unidos, somada à determinação dos próprios negros de combater e derramar seu sangue para fazer respeitar sua simples condição humana.

CONFERÊNCIA: REVOLUÇÃO DE 30

Em obediência ao programa que se traçou, expresso no editorial de apresentação, esta revista patrocinou um debate sobre o movimento de 30, sob seus múltiplos aspectos — econômico, político e social.

Essa reunião, que teve como conferencista o escritor Leôncio Basbaum, realizou-se na sede de NOVOS TEMPOS, dia 1º de outubro, e contou com a presença de elevado número de leitores e assinantes da revista, bem como de convidados especiais.

A conferência suscitou vivos debates em tôrno de alguns pontos controversos, dividindo-se as opiniões sôbre se se podia ou não considerar êsse movimento como revolução, em sua acepção marxista; se já existe

ou não capital prôpriamente financeiro no Brasil; se foi justa ou não a atitude do P.C.B., então, em face dêsse movimento.

Em seu terceiro número NOVOS TEMPOS publicará, em resumo ou na íntegra, o texto da conferência de Leôncio Basbaum, depois de algumas alterações que êle pretende realizar.

MOSCOU: OS VIVOS, NÃO!

Telegramas de Moscou informam sôbre a determinação do atual govêrno soviético de liquidar não só o abuso, como o próprio uso de dar a ruas, cidades, acidentes geográficos, instituições, etc., os nomes de pessoas vivas — uso e abuso tipicamente stalinistas e, em geral, antidemocráticos.

Trata-se de uma determinação altamente louvável e de acôrdo com o critério adotado desde os primeiros tempos da atividade de Marx e Engels no movimento operário, que foi o de combater tôdas as formas de culto ao indivíduo.

Recorda-se que os comunistas chineses, embora não estejam isentos dêsse pecado, tiveram suficiente bom senso para evitar exageros. Quando as tropas de libertação, ao fim da guerra civil, se aproximavam da vitória definitiva, o CC do PC Chinês baixou ordem proibindo crismar com os nomes dos dirigentes do Partido e do novo govêrno as localidades e instituições.

Assim aquêle êrro lamentável, em que incorreram todos ou quase todos os partidos comunistas do mundo inteiro, especialmente ali onde chegavam ao poder, começa afinal a ser corrigido. Ainda bem.

JAPÃO: MOMENTO OPERÁRIO

Após o 20º Congresso do PCUS, revelaram-se quatro facções no seio do partido dos comunistas japoneses: a facção Nosaka Miyamoto, a facção Kamiyama, a facção Shida (que tenta criar um chamado P.C. nacional) e uma facção que ainda está em busca de sua verdadeira orientação, pretendendo basear-se no leninismo.

O P.C. japonês, que surgiu após a guerra como grande força política, perdeu o controle de todas as organizações de massa, com exceção da Federação Nacional dos Estudantes, o Zengakuren, com 250.000 membros.

O movimento operário japonês está dividido. Dos 15 milhões de trabalhadores, 6 milhões estão sindicalizados. O Sohyo (Conselho Geral dos Sindicatos) agrupa três milhões e é controlado pelos social-democratas de esquerda. O Zenro (Congresso Sindical Nacional) agrupa 300.000 operários e é controlado pelos socialistas de direita. Os outros 2.200.000 trabalhadores sindicalizados não se diferenciam politicamente.

O Sohyo passa por um período de transição. A direção da esquerda social-democrata foi substituída por uma direção mais radical mas que não é comunista. Assim, nenhum partido controla mais Sohyo. Todos os seus membros dirigentes fazem parte também do PS, mas há um conflito entre o Sohyo e o PS, estando aquele mais radicalizado que este.

BOLÍVIA: MINEIROS QUEREM GOVERNO OPERÁRIO-CAMPONÊS

Segundo notícia divulgada em "Frente Operária", órgão de orientação trotskista que se edita em São Paulo, reuniu-se

em Pulacayo, há pouco tempo, o 8.º Congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia. Participavam do conclave representantes de dez sindicatos. Foi aprovado, como tese central, o documento "Tarefas e Programa do Proletariado Mineiro para Impulsionar a Revolução Boliviana". Dessa tese é o capítulo IX que abaixo transcrevemos:

"A Central Operária Boliviana e os Sindicatos, pelo desenvolvimento peculiar de nossa revolução, desempenham, como diz "Rebelião", um triplo papel: organismo sindical, partido político e órgão de poder dos trabalhadores. Através da Central Operária Boliviana, fundamentalmente, exercem os trabalhadores os atributos de poder conquistados na revolução.

A reação trata, para fazer retroceder a revolução, de arrebatar estas atribuições da C.O.B. e de concentrá-las todas no aparelho do Estado burguês. Os trabalhadores devem lutar para fazer avançar a revolução, por defender estas atribuições, desenvolvendo-as permanentemente até concentrar todo o poder na Central Operária Boliviana.

O novo impulso da revolução, através do fortalecimento das conquistas de abril e dos órgãos de poder das massas, através do Plano Operário de Estabilização e Desenvolvimento Econômico, através de sua aplicação pelos órgãos das massas e com a intervenção coletiva destas, deve conduzir à derrota da reação e ao fortalecimento do poder da C.O.B., base para o estabelecimento do Governo Operário Camponês, culminação vitoriosa de nossa revolução.

Os operários mineiros declararam que contra todas as tentativas de fazer retroceder e afogar em sangue a revolução e contra todos os que facilitam estas tentativas ao pretender ilusoriamente manter a revo-

lução imóvel, lutarão com todas as suas energias proletárias para o avanço da revolução até seu objetivo e sua saída revolucionária: o governo dos operários e camponeses da Bolívia.

(as.) Sindicato Mineiro de Catavi — Sindicato Mineiro Colquiri — Sindicato Mineiro de São José — Sindicato de Comibal Oruro — Sindicato Mineiro de Kami — Sindicato Mineiro de Santa Fé — Sindicato Cooperativa de Potosi — Sindicato Mineiro de Porco — Sindicato Mineiro de Machacamarca — Sindicato Mineiro Caracoles."

NITERÓI: CENTRO INDEPENDENTE MARXISTA

Por iniciativa de pessoas que procuram orientar-se dentro dos princípios do marxismo, fundou-se, em Niterói, uma instituição denominada Centro Independente Marxista (C.I.M.), com os seguintes objetivos:

I — Análise da realidade à luz do marxismo;

II — Ação política independente das atuais correntes marxistas existentes.

III — Solidariedade aos países e aos movimentos socialistas, sem, contudo, abdicar do direito de criticar, construtivamente, os erros e as deformações praticadas pelos governos, partidos e dirigentes;

IV — Divulgação e estudo do marxismo.

Ficou decidido, na assembléia de fundação do C.I.M., que a entidade reger-se-á pelas seguintes normas:

I — Respeito absoluto à democracia interna, dando, inclusive, direito de se manifestarem livremente as minorias, com liberdade de tendência;

II — Direito aos membros de pertencerem a quaisquer partidos e correntes de esquerda.

A Corrente Idealista em Fisiologia

M. G. DURMIAHIAN

A questão da correlação entre o excitante e a reação do substrato vivo é uma importante parte integrante do problema geral da biologia — a interdependência do organismo com o meio.

Nos trabalhos de Descartes sobre o reflexo, apesar de seu caráter limitado, de seu esquematismo e indecisão, esse problema foi resolvido na base do reconhecimento do papel determinante da excitação exterior no aparecimento da reação correspondente nos animais. Mas, já a subestimação de Haller do papel da excitação na correspondente reação do substrato vivo inclinou-o a favor do idealismo.

Esta tendência na questão que nos interessa, foi desenvolvida por Johannes Müller, que completou-a ao formular a sua lei da "energia específica". Müller afirmou que o caráter das particularidades qualitativas das reações do organismo e dos tecidos e órgãos que entram na sua composição, não são determinadas pelas particularidades qualitativas dos excitantes, mas dependem integralmente das particularidades específicas do sistema reagente. Em sua opinião, os excitantes do meio exterior somente revelam a reação específica, aceleram ou retardam seu aparecimento, sem se refletir no "matiz", na "fisionomia" dessa reação. São pré-determinados, pré-estabelecidos pela própria natureza do substrato reagente e não têm nenhuma relação com as particularidades qualitativas dos fatores do meio que atuam sobre o substrato. Expressão característica dessa tese de Johannes Müller é a lei da "energia específica" por ele formulada, segundo a qual cada substrato vivo reage segundo sua energia específica própria, que é por ele reproduzida na forma de uma atividade completamente determinada, em resposta à ação de excitantes de qualquer característica qualitativa.

O discípulo de Johannes Müller, Herman Helmholtz, revelando a essência dessa tese de Müller, escreveu: "O modo como se manifesta a excitação do nervo, seja pela contração muscular ou pela secreção das glândulas ou por um determinado gênero de sensação, depende de que espécie de nervo haja sofrido a excitação; porém,

a ação provocada não depende absolutamente do modo pelo qual haja sido a excitação provocada... Do mesmo modo — e isto constituiu um grande passo à frente dado por Müller, — o gênero das sensações percebidas pela excitação do nervo sensível, não importa sejam estas sensações de luz ou som, táteis, olfativas ou gustativas, dependem somente de quais sejam os sentidos exteriores a que correspondem o nervo excitado, e não do gênero da excitação." (1)

A concepção de Müller, que nega o papel dos excitantes do meio exterior na formação das funções e reconhece o caráter pré-determinado das reações do organismo, significa uma completa rutura entre a qualidade dos excitantes e o caráter correspondente das reações do organismo.

Em seu desenvolvimento lógico, a questão sobre a correlação entre o excitante e as reações correspondentes suscitou a apreciação da importância dos índices quantitativos, isto é, da força e da duração dos excitantes para provocar a reação correspondente. Tem ou não importância a elevação dos umbrais da força e da duração da excitação para a grandeza da reação correspondente? Conquistas parciais da ciência — as observações empíricas de Boudich, em 1871, demonstrativas de que o coração das rãs em resposta à ação dos excitantes, tanto nos limites dos umbrais como de força superior a estes, dá de modo idêntico uma contração máxima — serviram de base para a solução equivocada deste problema. Chegou-se à conclusão de que o substrato reagente responde aos umbrais da excitação com o máximo efeito possível. Conseqüentemente, na medida em que fôr elevada ulteriormente a intensidade da excitação, aquela não se acha em condições de crescer mais. Tal é a lei do "tudo ou nada", que passou por uma evolução original. O discípulo de Müller, Wilhelm Wundt, em 1876, levantou a tese de que a atividade do aparelho refletor, isto é, do sistema nervoso central, é dirigida por essa lei. Por conseguinte, não somente as características qualitativas como também as

(1) Helmholtz — *Novíssimos Êxitos da Teoria da Visão*, pág. 37, 1929.

quantitativas dos excitantes do meio não têm importância na determinação das particularidades refletoras, qualitativas e quantitativas, bem como das outras reações do organismo. Assim pensava também Sherrington, rompendo claramente com a realidade. A lei da "energia específica" e a do "tudo ou nada" encontrou rapidamente um defensor na pessoa de Marx Fervorn. Os fisiologistas de Cambridge: Lucas, Adrian; o fisiologista japonês Kato e outros ocuparam-se da fundamentação da lei do "tudo ou nada" e foram por um caminho falso.

A real solução do problema ligada ao estudo dos fatos que serviam de base para a formulação das "leis", exigia uma análise profunda da história do desenvolvimento do sistema reagente. Era necessário não somente estabelecer as semelhanças como separar com precisão as reações, por exemplo, dos órgãos da visão (incluindo também as sensações correspondentes), sob a ação de excitação luminosa, das suas reações sob a ação de outro qualquer gênero de excitação. Era necessário estabelecer por que e como no curso da evolução formaram-se órgãos específicos pré-determinados para a percepção da ação de certas formas de movimento da matéria. Entretanto, os discípulos de Müller seguiram o caminho do coroamento das conclusões gnosiológicas estabelecidas pelo próprio Müller. A eles não perturbou em nada o fato de que esse caminho conduziu à rutura das bases da verdadeira ciência.

Com efeito, as ações exteriores não determinam as particularidades das reações do organismo, se não há uma correspondência entre os fatores do meio que atuam sobre nós e as sensações surgidas nessas condições, isto significa que está excluída a possibilidade do conhecimento exato. Isto conduz diretamente ao idealismo e ao agnosticismo. O seguidor de Müller, G. Burne, tinha consciência clara disto quando escrevia: "Estou convencido da exatidão dessa lei simples, que uma e mesma excitação, que um e mesmo processo do mundo exterior, que uma e mesma "coisa em si" (Ding an sich), atuando sobre os nervos de diferentes órgãos dos sentidos, provoca sempre sensações diferentes; e que diferentes excitações, atuando sobre um e mesmo nervo, provocam uma e mesma sensação. Por conseguinte, os processos do mundo exterior nada têm de comum com as nossas sensações e representações. O mundo exterior é para nós um livro com sete chaves e unicamente os estados e processos de nossa própria consciência são diretamente acessíveis à nossa observação e conhecimento". (1)

Essa conclusão deveria também ser estendida à lei do "tudo ou nada", erradamente elevada à categoria de princípio geral da reação do sistema dos excitantes, desde que uma apreciação mais profunda demonstra que o princípio do "tudo ou nada" é uma variação quantitativa da lei da "energia específica".

Os discípulos de Müller, Dubois-Raymond e Helmholtz, modificaram somente na forma os princípios originais de seu mestre, conservando intacto seu conteúdo idealista. O primeiro desenvolveu a tese da incognoscibilidade — a impossibilidade do conhecimento, criticado severamente por Engels. Engels coloca na mesma linha a Dubois-Raymond e Hegel, Helmholtz, Kant e Hume. (2) Helmholtz criou a teoria dos hieróglifos, afirmando que a essência das nossas sensações não é constituída pelas imagens da realidade, mas sinais condicionais ou símbolos dos quais não se exige qualquer semelhança com aquilo de que são símbolos. Criticando o "idealismo fisiológico" de Müller e a teoria dos hieróglifos, de Helmholtz, V.I. Lênin, de modo genial, revelou sua essência idealista, kantiana.

Como que eco da luta de V.I. Lênin contra o idealismo e o agnosticismo e expressando sua fé na força e no poderio do conhecimento científico, I.P. Pávlov escreveu em 1912: "A incognoscibilidade agora já não está em moda. A seu tempo, o pronunciamento de Dubois-Raymond produziu profunda impressão... Afirmavam: bem, aqui, tu, inteligência, sabes; porém, adiante, senhora inteligência, não irás". Não sei por que encontram certa alegria em que o homem não saiba tudo. Eu considero o oposto. A mim é muito mais agradável ter consciência de que posso saber tudo. No último meio século as ciências naturais avançaram tão rapidamente que o hábito de estabelecer limites para o conhecimento humano desaparece. Quantas derrotas já sofreram aqueles senhores que quiseram estabelecer fronteiras ao conhecimento humano?" (3)

O grande fisiologista russo A.A. Ukhtomski expressou com as seguintes palavras ásperas seu desacôrdo com a corrente idealista em fisiologia: "...em todos os casos em que a fisiologia vê no organismo excitante somente um violador estranho à vida e não admite a correspondência

(1) G. Burne — *Idealismo e Mecanicismo, Essência da Vida*, Artigos Escolhidos, págs. 171-172 — 1903.

(2) I. P. Pávlov — *Conferências sobre Fisiologia*, pág. 1 — 1942.

(3) I. P. Pávlov — *Conferência sobre Fisiologia*; 1912/1913 pág. 57.

específica entre o receptor e o excitante para êle "adequado", silenciosamente admite que as diferenças no meio pertencem, em essência, exclusivamente a nós e a nossos centros: com isto damos ao nosso meio um colorido de qualidades originais, matizes, sons, objetos e figuras que na realidade não existem.

Teorias dessa espécie, a começar pela notável doutrina de Johannes Müller, trazem as evidentes marcas da tradição do idealismo alemão com suas tendências solipsistas ("ego ipse solus") (1).

A tese de Müller quanto à predisposição específica das reações do organismo acha-se estreitamente ligada com o weissmanismo-morganismo em biologia. Com efeito, se os fatores externos estão privados de uma significação determinante na formação das particularidades características das reações do organismo, se essas reações são predeterminadas, daqui decorre a impossibilidade da transmissão pela hereditariedade dos caracteres adquiridos, a impossibilidade de uma influência orientada sobre o organismo. Recentemente, em seu livro "Teoria Evolutiva", Weissmann encara os atos reflexos como reações predeterminadas, com o que adere inteiramente à concepção de Müller. Há pouco tempo, morganistas contemporâneos como, por exemplo,

I. I. Shmalgauzen, atribuíram uma importância essencial, ao mecanismo da evolução do mundo orgânico, à lei da "energia específica" e à do "tudo ou nada". (2)

Os representantes da corrente idealista em fisiologia, do mesmo modo que os weissmanistas-morganistas, se opuseram à integridade do organismo, à unidade do organismo e às condições de sua existência. Compreendendo a integridade do organismo como algo predeterminado, tornavam-na absoluta, separavam o organismo, como algo fechado em si mesmo, das condições de sua existência, com o que chegaram à negação da unidade do organismo com o meio. Esse aspecto do "idealismo fisiológico" encontrou sua expressão acabada nos representantes do "espontaneísmo" dos processos neuro-psíquicos, como também nas reacionárias teorias estrangeiras contemporâneas do integrismo e do gestaltismo.

(1) A. A. Ukhtomski "Excitante e Irritante do Ponto de Vista da Endocrinologia e da Fisiologia do Sistema Nervoso" — 1927 — Obras escolhidas, t. I — Pág. 324 — 1950.

(2) I. M. Shmalgauzen — Revista "Natureza", 1945, n.º 4.

NOVOS TEMPOS se encontra à venda entre outras, nas seguintes bancas, no Rio: Central, Estação Rodoviária (Praça Mauá), Praça 15, Barcas, Rua 1.º de Março, Esplanada, Cinelândia, Galeria Cruzeiro, Largo do São Francisco, Taboleiro, Praça Paris, Lapa, Santo Amaro, Glória, Largo do Machado, Largo dos Leões, Gávea e nas principais bancas de Copacabana.

Em São Paulo se acha em tôdas as bancas do centro e mais nos pontos abaixo:

Livraria Dinucci — Av. São João, 601

Livraria Parthenon Ltd. — Rua Barço de Itapetininga, 140 - Sobreloja, S. 14

Livraria Brasiliense — Rua Barão de Itapetininga, 99

MARX, ENGELS, LÊNIN, STÁLIN E OUTROS

IMPERIALISMO

Compilação de CALVINO FILHO

O TOMO IV CONTÉM:

Índice dos tomos I a III	5 a 6
Prefácio	7 a 10
PAUPERIZAÇÃO CRESCENTE DAS MASSAS TRABALHA-	
DORAS	11 a 196
Generalidades	11
Superpopulação relativa	41
Pauperização absoluta e relativa	99
Nos Estados Unidos	136
Na Inglaterra	177
Nos países coloniais e semi-coloniais	182
AGRAVAMENTO DA LUTA DE CLASSES	197 a 262
O operário britânico	228
O operário inglês e a exploração colonial	238
POSFÁCIO	263 a 280
ANEXOS	281 a 284

Preço deste volume - Cr\$ 100,00

Pedidos, acompanhados do cheque, vale postal ou registrado com valor para

NOVOS TEMPOS

Caixa Postal 2.477 - Rio de Janeiro, D. F.

ou na redação: Av. Rio Branco, 185 - Grupo 509

ÚLTIMAS EDIÇÕES DE "CONQUISTA"

LUIZ EDMUNDO

O RIO DE JANEIRO NO TEMPO DOS VICE-REIS, 1. ^a edição, 3 vols.	210,00
A CÔRTE DE D. JOÃO NO RIO DE JANEIRO, 2. ^a edição, 3 vols.	210,00
O RIO DE JANEIRO DO MEU TEMPO, 2. ^a edição, 5 vols.	350,00
RECORDAÇÕES DO RIO ANTIGO, 2. ^a edição 70,00	
(Todos os volumes profusamente ilustrados)	

MINISTRO EDUARDO ESPÍNOLA

A FAMÍLIA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO, enc.	350,00
DOS CONTRATOS NOMINADOS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO, 2. ^a edição, enc.	350,00
POSSE, PROPRIEDADE, CONDOMÍNIO, DIREITOS AUTORAIS, enc.	350,00

B. CALHEIROS BOMFIM

JURISPRUDÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO 200,00	
JURISPRUDÊNCIA DO PROCESSO TRABALHISTA 250,00	
DICIONÁRIO DE DECISÕES TRABALHISTAS (1956) 200,00	

J. C. DE MELO E SOUSA

FOLCLORE DA MATEMÁTICA 100,00	
MEU ANEL DE SETE PEDRAS (folclore) 80,00	

IVETE CAMARGOS

DIREITO ADMINISTRATIVO (para concursos) 60,00	
DIREITO CONSTITUCIONAL (para concursos) 60,00	
DIREITO CIVIL (para concursos) 50,00	
DIREITO PENAL (para concursos) 30,00	
ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO (com toda a legislação posterior) 60,00	

VALMIRO RODRIGUES VIDAL

CURIOSIDADES, 2. ^a vol., 2. ^a edição	70,00
CURIOSIDADES, 1. ^a vol.	60,00
CURIOSIDADES, 5. ^a vol.	70,00
CURIOSIDADES, 6. ^a vol.	70,00
EXTRANUMERÁRIOS (toda a legislação sobre o assunto) 80,00	

ÁLVARO MOREIRA DA SILVA

DO MONTEPIO E PENSÕES DOS MILITARES (toda a legislação sobre o assunto) 150,00	
--	--

OTTO ALCIDES OHLWEILER

A ENERGIA ATÔMICA NA PAZ E NA GUERRA 50,00	
--	--

ABGUAR BASTOS

SOMANLU, O VIAJANTE DA ESTRÉLA (novela) 100,00	
--	--

MALBA TAHAN

A SOMBRA DO ARCO-ÍRIS, 3 vols.	150,00
O HOMEM QUE CALCULAVA 70,00	
MINHA VIDA QUERIDA 50,00	
MAKTUB (estava escrito!) 50,00	
CÉU DE ALLAH 50,00	
MIL HISTÓRIAS SEM FIM, 1. ^a vol.	50,00
MIL HISTÓRIAS SEM FIM, 2. ^a vol.	50,00
LENDAS DO CÉU E DA TERRA 50,00	
LENDAS DO POVO DE DEUS 50,00	
LENDAS DO DESERTO 50,00	

JURACI SILVEIRA

LER E BRINGAR (Cartilha), 7. ^a edição 25,00	
--	--

HELOÍSA RAPOSO LAGE

A CARTILHA QUE EU QUERIA (Histórias e Cantigas), 10. ^a edição 25,00	
--	--

NAZIR CARDOSO

LEITURA INTERMEDIÁRIA 20,00	
ENSINO SUPLETIVO - Preliminar ... 35,00	
ENSINO SUPLETIVO - Básico, 1. ^o ano. 50,00	

MARIA HELENA, EPONINA e ELLEN PORTILHO

TRECHOS PARA DITADOS (5. ^a Série e Admissão. Principais dificuldades ortográficas) 70,00	
---	--

IRENE DE ALBUQUERQUE

JOGOS E RECREAÇÕES MATEMÁTICAS, 2. ^a edição 80,00	
--	--

CÉLIA CÔRTEZ ABDON

PRIMEIROS PASSOS NA LINGUAGEM, 2. ^a edição 60,00	
---	--

LUCY SERRANO VEREZA

LINGUAGEM PARA A QUARTA SÉRIE 60,00	
---	--

AD. FERRÈRE

EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA ABANDONADA 25,00	
---	--

JOAQUIM DE SALES

DICIONÁRIO DE ELEMENTOS GREGOS 35,00	
--	--

A. TENÓRIO D'ALBUQUERQUE

A ARTE DE ESCREVER 50,00	
ANÁLISE LÉXICA E SINTÁTICA 40,00	
CORREÇÃO DE FRASES 40,00	
DICIONÁRIO DE LINGUAGEM, 2. ^a ed. 60,00	
GEOGRAFIA DO BRASIL 60,00	

Atende-se pelo Reembólso Postal para todo o Brasil. Pedidos a

CONQUISTA

AVENIDA 28 DE SETEMBRO, 174 — RIO DE JANEIRO